

E03. Estratégia “Beira Baixa 2030”

Revisão da estratégia integrada de desenvolvimento da Beira Baixa e definição de quadro estratégico “Beira Baixa 2030”

novembro 2019 | PR-04443

E03. Estratégia “Beira Baixa 2030”

Revisão da estratégia integrada de desenvolvimento da Beira Baixa e definição de quadro estratégico “Beira Baixa 2030”

novembro 2019 | PR-04443



Índice

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	REFERENCIAL A REVISITAR – EIDT BEIRA BAIXA 2020	6
3	EVOLUÇÃO E MUDANÇAS DE CONTEXTO – QUADRO DE REFERÊNCIA ATUAL.....	10
3.1	Introdução.....	10
3.2	Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade .	11
3.3	Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento	21
3.4	Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	29
3.5	Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.....	44
3.6	Novo quadro de competências descentralizadas	57
3.7	Balanço da evolução – Quadro SWOT	66
4	QUADRO ESTRATÉGICO 2030	71
4.1	Os exercícios/referenciais estratégicos nacional e regional.....	71
4.1.1	União Europeia: Quadro financeiro plurianual 2021 – 2027	71
4.1.2	Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027 a favor de Portugal	74
4.1.3	Portugal 2030: o futuro da política de coesão – elementos para reflexão	77
4.1.4	Declaração Conjunta sobre a Posição preliminar de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE.....	79
4.1.5	Síntese	81
4.2	Estratégia Beira Baixa 2030	82
4.2.1	Visão, eixos, prioridades e objetivos estratégicos	83
4.2.2	Fichas individualizadas de prioridades/domínios de atuação.....	87
4.3	Alterações nas condições/acesso de projetos subregionais a programas de financiamento comunitário ..	119
4.4	Modelo de governação	121

Índice de Figuras

Figura 1. Metodologia de trabalho adotada na revisitação da EIDT Beira Baixa 2030	5
Figura 2. Mapeamento das áreas de especialização prioritária da Beira Baixa	8
Figura 3. Relação entre as prioridades do Portugal 2020 e os eixos do Portugal 2030	11
Figura 4. Desemprego registado na Beira Baixa, entre dezembro de 2014 e agosto de 2019, segundo o género ...	13
Figura 5. Acessibilidade digital, por concelho, 2016.....	16
Figura 6. Proporção do número de empresas, segundo CAE - rev. 3, em 2014 e 2017.....	30
Figura 7. Pessoal ao serviço nas empresas, segundo CAE - rev. 3, em 2014 e 2017.....	31
Figura 8. Volume de Negócios das empresas, segundo CAE - rev.3, em 2014 e 2017.....	32
Figura 9. Principais indicadores de atividade turística por regiões NUTS II, em 2016	37
Figura 10. Aumento projetado de exposição a perigos múltiplos relacionados com o clima, 2030	44
Figura 11. Proporção do consumo de energia elétrica (%) por tipo de consumo.....	45
Figura 12. Evolução da quota da produção da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção.....	47
Figura 13. Emissões de CO ₂ pelos transportes rodoviários, por concelho (2015)	48
Figura 14. Cronologia de documentação relevante para o período 2021-2027	71
Figura 15. Linhas gerais de prioridades pós 2020.....	78
Figura 16. Domínios centrais definidos para cada Eixo.....	80
Figura 17. Quadro estratégico revisitado – referencial Beira Baixa 2030	84

Índice de Tabelas

Tabela 1. Prioridades transversais da Beira Baixa 2020 e objetivos estratégicos associados	7
Tabela 2. Correlação das medidas a desenvolver e eixos/objetivos estratégicos.....	8
Tabela 3. Variações da população residente e densidade populacional	12
Tabela 4. Evolução dos grupos etários e índice de envelhecimento	13
Tabela 5. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, entre 2014 e 2018	14
Tabela 6. Listagem de CLDS no território da Beira Baixa.....	15
Tabela 7. Projetos inscritos no PDCT (versão atualizada) na PI 9.7	18
Tabela 8. Projetos inscritos no PDCT (versão atualizada) na PI 9.1 (antigas PI 9.1 e 9.4).....	18
Tabela 9. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018	21
Tabela 10. Indicadores de educação por município	23
Tabela 11. Despesas em I&D, por tipo de instituição 2014 – 2017 (milhares de €).....	24
Tabela 12. Projetos inscritos no PDCT para a PI 10.1	25
Tabela 13. Projetos inscritos no PDCT para a PI 10.5	25
Tabela 14. Exemplos de projetos desenvolvidos por entidades estratégicas da Beira Baixa	27
Tabela 15. Indicadores de empresas, entre 2014 e 2016.....	29
Tabela 16. Indicadores da dinâmica empresarial na Beira Baixa, entre 2014 e 2017.....	33
Tabela 17. Importações, exportações e grau de abertura, em 2014 e 2017.....	34
Tabela 18. Empresas da indústria transformadora (CAE Rev3.) na Beira Baixa, 2014 e 2017.....	35
Tabela 19. Dados dos estabelecimentos hoteleiros na Beira Baixa, entre 2014 e 2018.....	38

Tabela 20. Dados dos estabelecimentos hoteleiros na Beira Baixa, entre 2014 e 2018.....	39
Tabela 21. Estratégias DLBC no território da Beira Baixa	40
Tabela 22. Projetos inscritos no PDCT para as PI 08.03, 08.08, 09.06 e 09.10	41
Tabela 23. Projetos aprovados para o território.....	41
Tabela 24. Proporção do consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo, entre 2014 e 2017	45
Tabela 25. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais... 49	
Tabela 26. Projetos aprovados no âmbito dos PEDU/PARU na Beira Baixa	52
Tabela 27. Projetos e valores de apoios inscritos no PDCT	53
Tabela 28. Projetos aprovados para o território no âmbito do Centro 2020	54
Tabela 29. Projetos aprovados na Beira Baixa, até agosto 2018, no âmbito do Programa Valorizar	55
Tabela 30. Competências assumidas pelas autarquias em 2019 e 2020, ao abrigo da Lei n.º 50/2018	58
Tabela 31. Competências assumidas pelas freguesias em 2019, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro e n.º 57/2019, de 30 de abril	59
Tabela 32. Síntese - transferência de competências relativa às “Praias marítimas, fluviais e lacustres”	61
Tabela 33. Síntese - transferência de competências relativa à exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	62
Tabela 34. Síntese - transferência de competências relativa às vias de comunicação	62
Tabela 35. Síntese - transferência de competências relativa à Justiça	62
Tabela 36. Síntese - transferência de competências relativa às Associações de Bombeiros	62
Tabela 37. Síntese - transferência de competências relativa às Estruturas de Atendimento ao Cidadão.....	63
Tabela 38. Síntese - transferência de competências relativa à Habitação	63
Tabela 39. Síntese - transferência de competências relativa ao património imobiliário público sem utilização.....	63
Tabela 40. Síntese - transferência de competências relativa ao Estacionamento público	64
Tabela 41. Síntese - transferência de competências relativa à Cultura	64
Tabela 42. Síntese - transferência de competências relativa à Educação	64
Tabela 43. Síntese - transferência de competências relativa aos Transportes em vias navegáveis interiores.....	65
Tabela 44. Síntese - transferência de competências relativa às Áreas protegidas	65
Tabela 45. Síntese - transferência de competências relativa à Saúde.....	66
Tabela 46. Síntese - transferência de competências relativa à ação social	66
Tabela 47. Síntese - transferência de competências relativa à promoção turística e outras competências	66
Tabela 48. Revisitação da matriz SWOT da Beira Baixa.....	67
Tabela 49. Arquitetura do quadro financeiro plurianual 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas	72
Tabela 50. Níveis globais de autorizações por programa para todo o período de vigência do quadro financeiro plurianual.....	73
Tabela 51. Objetivos estratégicos e necessidades de investimento	74
Tabela 52. Eixos, domínios de atuação e objetivos estratégicos	85
Tabela 53. Correlação dos indicadores com as prioridades de atuação.....	117

Siglas e Acrónimos

ACICB – Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

ADRACES – Associação para o desenvolvimento da Raia Centro e Sul

AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações

ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

BLF – Banda Larga Fixa

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CIM – Comunidade Intermunicipal

CIMBB- Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais

DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia

DL – Decreto-Lei

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DOC – Denominação de Origem Controlada

DOP – Denominação de Origem Protegida

DRAPC – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

FC – Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI - Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local

GEE – Gases com Efeito de Estufa

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IGP – Identificação Geográfica Protegida

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ITI – Investimentos Territoriais Integrados

NRBQ – Nucleares, radiológicas, biológicas e químicas

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE – Objetivos Estratégicos

PA – Projetos âncora

PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PI – Prioridades de Investimento

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNAC – Programa Nacional para as Alterações Climáticas

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PO – Programa Operacional

PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

RH – Recursos Humanos

RSI – Rendimento Social de Inserção

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SIZE - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VN – Volume de Negócios

1 Introdução



O **Acordo de Parceria 2014-2020**, assinado entre Portugal e a Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adotou os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagrou a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial de suporte ao crescimento e à criação de emprego em Portugal. No Portugal 2020 definiram-se os domínios [(1) Competitividade e internacionalização; (2) Inclusão Social e Emprego; (3) Capital Humano e (4) Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos], as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento identificadas como necessárias para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020 em Portugal.

Para os vários domínios ou agendas como denominadas em alguns documentos estratégicos e que sustentaram a arquitetura dos Programas Operacionais (PO) nacionais e regionais, foram identificados constrangimentos e potencialidades que nortearam as opções de investimento e a definição de requisitos de acesso aos apoios.

O modelo de governação e respetiva arquitetura institucional foi estabelecido visando quatro objetivos: (i) a simplificação do modelo de governação, privilegiando por um lado a segregação das responsabilidades e dos suportes institucionais para o exercício das funções de orientação política e técnica, e valorizando por outro lado o envolvimento dos parceiros; (ii) a orientação para resultados, através da valorização dos resultados nas decisões de financiamentos e a sua avaliação e consequências daí decorrentes nos pagamentos de saldo final dos projetos; (iii) o estabelecimento de regras comuns para o financiamento, que assegurassem condições de equidade e de transparência e a competição entre beneficiários; (iv) e a simplificação do acesso dos beneficiários ao financiamento e a redução dos respetivos custos administrativos.

De especial relevância para o trabalho em desenvolvimento e apresentado no presente relatório, destacam-se as *“estratégias de desenvolvimento territorial adotadas que contribuirão para o reforço territorial da Estratégia Europa 2020, assegurando que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das sub-regiões são tidos em consideração, garantindo o envolvimento das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos respetivos programas e projetos”*¹.

No Acordo de Parceria foi estabelecido que as oportunidades propiciadas pelos regulamentos comunitários no âmbito das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial são

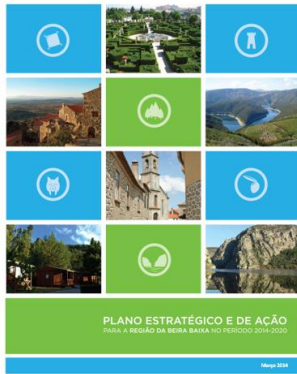
¹ Acordo de parceria 2014-2020, Portugal 2020, julho de 2014.

significativamente valorizadas e concretizadas em Portugal no período de programação 2014-2020 como dimensão essencial da promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. No mesmo documento lê-se que os novos desafios colocados ao nível sub-regional, no horizonte 2020, em áreas como a valorização dos recursos estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. Foi assim estabelecido que as Estratégias Territoriais configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, constituindo um mecanismo que assegura que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões e sub-regiões são devidamente tidos em consideração e que garante a implicação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes, conduzindo a um maior sentido de apropriação dos objetivos de desenvolvimento europeus, nacionais e regionais, a todos os níveis.

Conforme estabelecido no Acordo de Parceira, as Estratégias de Desenvolvimento Territorial (denominadas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial – EIDT) definidas à escala das NUTS III serviram de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos, procurando-se criar um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) respetiva, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas (ITI ou DLBC), e que permita assumir explicitamente o desenvolvimento rural, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das zonas costeiras como parte integrante do desenvolvimento regional.

Sendo global, este quadro estratégico sub-regional, dinamizado pelas associações de municípios, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional, deverá igualmente ser assumido como referencial no âmbito de outras intervenções, para além das que vierem a estar integradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI) ou em DLBC promovidos no território; por exemplo, a componente das estratégias sub-regionais centrada na promoção da competitividade empresarial deve ser ponderada no âmbito dos mecanismos de governação associados às estratégias de especialização inteligente regionais ou no âmbito dos mecanismos de ponderação do mérito regional dos incentivos a PME.

No contexto exposto, coube a cada CIM desenvolver a sua Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), num quadro de envolvimento e mobilização dos agentes estratégicos regionais, com o acompanhamento da respetiva CCDR.



A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), ciente da relevância deste exercício estratégico, tão mais importante dadas as especificidades existentes a nível territorial, social e económico e as necessidades de adequação das respostas estruturais e dos mecanismos de apoio, desenvolveu a **EIDT Beira Baixa 2020**², sustentada num processo mobilizador que aferiu o potencial de desenvolvimento da sub-região, com especial enfoque nos domínios diretamente associados às metas 2020 assumidas por Portugal e que estabeleceu o referencial de desenvolvimento da Beira Baixa identificando desafios transversais e desafios nas áreas de especialização definidas.

É sobre este documento, a EIDT Beira Baixa 2020, que versa o presente exercício de reavaliação, enquadrado nas ações de preparação do período de programação financeira 2021-2027. Neste contexto, assegurando o cumprimento das orientações estabelecidas pela comunicação, de 29 de julho de 2019, do Gabinete da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, iniciou-se o processo de reavaliação da EIDT Beira Baixa 2020, simplificando o exercício e antecipando o calendário de fecho do período de programação 2014-2020. O processo iniciado assenta num modelo de construção estratégica sustentado numa abordagem evolutiva face ao anterior exercício do Portugal 2020, para o qual se chamaram os agentes de desenvolvimento estratégicos, e se cumpriram os seguintes pressupostos:

- Integração de uma abordagem às competências municipais e intermunicipais no exercício de reavaliação da EIDT, uma vez que estas são efetivamente uma mudança de contexto face ao exercício anterior;
- Integração de uma abordagem à dimensão urbana com especial enfoque na dimensão do desenvolvimento urbano sustentável e da regeneração urbana, assumindo a escala intermunicipal como um importante nível de abordagem, tendo presente o modelo territorial do PNOPT;
- Alinhamento com exercícios estratégicos do Portugal 2030, desenvolvidos à escala nacional e regional (Centro);
- Quadro de apoio com as fontes de financiamento existentes, considerando a manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto da programação financeira poder ser suportada por fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (pública e privada).

² O processo de elaboração da EIDT Beira Baixa 2020 decorreu entre 2013 e primeiro trimestre de 2014.

O presente documento resulta do exercício de revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Beira Baixa 2020.

A metodologia adotada assenta em quatro etapas distintas, com tarefas específicas, mas interdependentes:

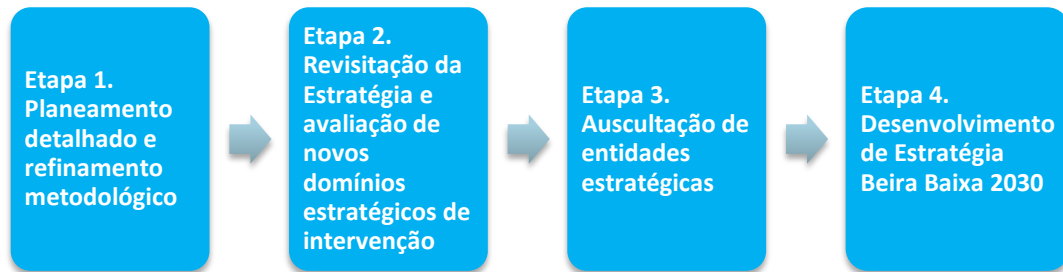


Figura 1. Metodologia de trabalho adotada na revisitação da EIDT Beira Baixa 2030

Para a construção da presente Estratégia Beira Baixa 2030 foram realizadas diversas tarefas de recolha de informação (presencial e não presencial) e mobilizadas entidades estratégicas³ representativas do contexto económico e social da Beira Baixa, as quais, em diferentes escalas de intervenção, são responsáveis pela definição e implementação de estratégias, políticas públicas e projetos. Foram auscultados os municípios e entidades regionais que transmitiram a sua perceção sobre a evolução alcançada do ponto de vista do desenvolvimento sub-regional, entre 2014 e o presente, e sobre a sua experiência na valorização de oportunidades de financiamento no contexto do Portugal 2020. A CIMBB dinamizou uma primeira sessão de trabalho que decorreu a 15 de outubro de 2019, com a participação de um conjunto de entidades estratégicas que acompanharam também o exercício estratégico realizado em 2013/14 e uma segunda sessão que decorreu a 23 de outubro de 2019, dirigida aos municípios da CIMBB que permitiu complementar a informação recolhida, refletir sobre a evolução sub-regional no território no período 2014-2019 e o Portugal 2020 e perspetivar os desafios que se colocam para o período 2020-2027.

Como previamente referido, o relatório agora entregue corresponde à revisitação da estratégia e definição da estratégia 2030, prevendo-se que o mesmo possa posteriormente sofrer os ajustes necessários decorrentes do imprescindível alinhamento com exercícios de escala nacional e regional.

³ ACICB – Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco, AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa, ADRACES – Associação para o desenvolvimento da Raia Centro e Sul, CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, DRAPC – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, IEFP, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Castelo Branco, InovCluster - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro, IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco.

2 Referencial a visitar – EIDT Beira Baixa 2020

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa liderou, entre 2013 e 2014, a construção da EIDT Beira Baixa 2020, visando (i) o reforço da competitividade da Beira Baixa no contexto regional, nacional e internacional; (ii) uma cooperação estratégica articulada entre municípios; e (iii) o fomento de ligações privilegiadas com parceiros estratégicos.

Decorrente do trabalho de diagnóstico e avaliação do potencial de desenvolvimento regional e do alinhamento com os quadros de referência e premissas do quadro europeu e nacional, respetivamente Europa 2020 e Portugal 2020, a Visão definida para a Beira Baixa no horizonte temporal de 2020 foi a seguinte:

Em 2020 a Beira Baixa deve afirmar-se como um espaço de ligação à Europa, através da aposta em dinâmicas socioeconómicas e empresariais transfronteiriças, da valorização económica dos seus recursos naturais e do reforço de um sistema urbano policêntrico como elemento chave para a retenção e captação de talento.

Esta visão constituiu uma resposta a sete fatores críticos identificados ao longo do diagnóstico, realizado com a participação de um conjunto alargado de entidades estratégicas que constituíram grupos de trabalho regionais⁴:

- : Posicionamento geográfico central na Península Ibérica;
- : Economia fortemente assente na valorização económica dos recursos naturais potenciando a sustentabilidade dos mesmos;
- : Reforço das dinâmicas de um sistema urbano policêntrico onde a cidade de Castelo Branco se destaca e promove relações interdependentes com a evolução;
- : Capacidade da Beira Baixa para atrair e captar recursos humanos qualificados colmatando as tendências de envelhecimento da população;
- : Processo de cooperação nacional e internacional assente em entidades promotoras de educação e de IDI;
- : Existência de um elevado valor patrimonial natural capaz de atrair turistas e novas abordagens de gestão territorial;
- : Fortalecimento da coesão e promoção da internacionalização e da cooperação transfronteiriça como neutralizadores dos efeitos da baixa densidade.

Construído com base no referencial de posicionamento e potencial de desenvolvimento, o quadro estratégico sub-regional, para além da visão, integra prioridades/eixos estratégicos de carácter transversal (Tabela 1) e de especialização inteligente (

⁴ Foram constituídos três grupos de trabalho – crescimento inclusivo; crescimento sustentável e crescimento inteligente.

Figura 2), aos quais foram associados objetivos estratégicos. Destaca-se a preocupação sub-regional de avaliar o potencial de desenvolvimento e desafios associados a agendas e prioridades definidas a escalas e em exercícios estratégicos e de programação mais abrangentes, numa abordagem que se pautou pela premência de assegurar a adequada adaptação ao contexto específico sub-regional, certamente distinto dos contextos registados nas restantes NUTS III do território nacional.

Tabela 1. Prioridades transversais da Beira Baixa 2020 e objetivos estratégicos associados

Prioridades/Eixos transversais	Objetivos Estratégicos
Agenda digital e tecnológica	OE1. Promover o uso das tecnologias de informação e comunicação de forma transversal atenuando os efeitos da excentricidade face aos centros de decisão e concentração e serviços à escala nacional
Inovação e desenvolvimento	OE2. Apostar na investigação e ensino orientado para a valorização de setores/fileiras produtivas estratégicas para a Região da Beira Baixa, articulando o desenvolvimento agrícola e agroindustrial com o desenvolvimento rural
Internacionalização	OE3. Promover a internacionalização da Beira Baixa potenciando a sua posição transfronteiriça
Educação e formação	OE4. Afirmar um sistema de ensino e formação ao longo da vida de referência, com ligação a áreas de especialização económica e social da Beira Baixa desde o pré-escolar ao nível superior
Empreendedorismo e emprego	OE5. Fortalecer a rede regional de apoio ao desenvolvimento económico e negociar junto da administração central mecanismos de discriminação positiva do interior
Sustentabilidade urbana e rural	OE6. Requalificar e revitalizar o sistema regional garantindo a complementaridade funcional dos diferentes aglomerados urbanos e rurais e a qualidade de vida da população
Inclusão social	OE7. Garantir respostas sociais de proximidade promovendo uma abordagem multidisciplinar à inclusão (ensino, saúde, cultura, emprego, tecnologias, etc)
Cooperação e organização administrativa	OE8. Fortalecer a unidade regional “Beira Baixa” de acordo com os seus novos limites administrativos e apostar na cooperação com Espanha e com territórios europeus de baixa densidade na definição de áreas de atuação conjunta

No contexto da especialização inteligente e diferenciação sub-regional foram identificadas três áreas estruturais de especialização prioritária: **Agroindústria, Floresta e Turismo**, as quais encontram alinhamento e sustentação na estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente definida à escala da Região Centro.

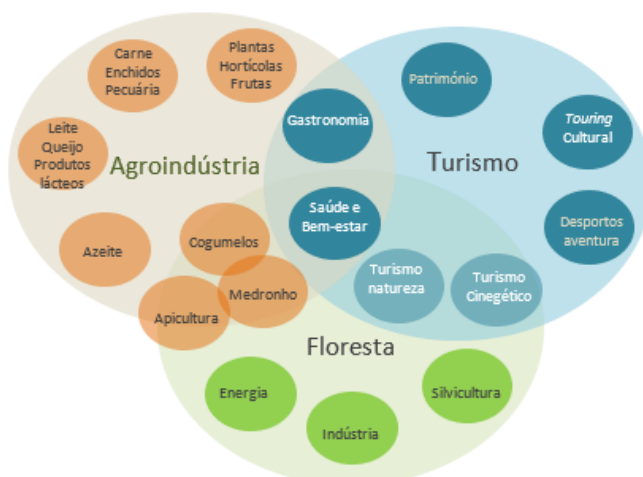


Figura 2. Mapeamento das áreas de especialização prioritária da Beira Baixa
Fonte: SPI, 2013

A EIDT integra ainda o conjunto de medidas proposto para a sua implementação e alcance de resultados positivos para a coesão e competitividade da Região da Beira Baixa, estando estas medidas diretamente relacionadas com os eixos e objetivos estratégicos definidos, conforme Tabela 2 e cuja implementação se perspectivava como um exercício de forte cooperação entre entidades regionais e locais, com ligações diretas a entidades nacionais das respetivas tutelas em causa em cada medida.

Tabela 2. Correlação das medidas a desenvolver e eixos/objetivos estratégicos

Nº	Eixos estratégicos Medida (designação)	Agenda Digital e Tecnológica	Inovação e Desenvolvimento	Internacionalização	Educação e Formação	Empreendedorismo e emprego	Sustentabilidade Urbana e Rural	Inclusão Social	Cooperação e organização administrativa	Agroindústria	Floresta	Turismo
1	Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa											
2	Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial											
3	Programa de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais											
4	Rede Regional de Educação, Formação e Emprego											
5	Programa de Revitalização Integrada do Sistema Urbano Regional											
6	Programa Beira Baixa inclusiva											
7	Redes de Cooperação Beira Baixa											
8	Programa Beira Baixa terra de excelência											
9	Cluster Agroindustrial Beira Baixa											
10	Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa											

Fonte: CIMBB, 2013.

Este exercício, conforme expresso no Acordo de Parceria Portugal 2020, seria a âncora para o exercício de negociação sub-regional de apoios comunitários⁵. Contudo, após o desenho da EIDT, no âmbito da aplicação das abordagens integradas de desenvolvimento territorial previstas no Portugal 2020, foi aberto o convite nº 03/2015, de 17 de março de 2015, para a apresentação de candidaturas aos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) concretizados através dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), no qual constavam prioridades de investimento (PI) pré-definidas que em alguns casos respondiam a necessidades evidentes da Beira Baixa, mas que não permitiam a abordagem/necessária adaptação a outros desafios prementes no contexto sub-regional (a título de exemplo, as questões da eficiência energética e adaptação às alterações climáticas na Beira Baixa exigem abordagens e mecanismos distintos das regiões densamente povoadas/litoral; o mesmo na eficiência no uso de recursos por via da valorização do património cultural e natural também singular na Beira Baixa; ou mesmo na gestão de serviços públicos de proximidade).

⁵ “No quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, visando a promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) serão concretizados através de **Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial**, ancoradas nas estratégias de desenvolvimento territorial acima referidas. A afetação de recursos, provenientes de um ou de diversos PO, a cada um dos ITI estará dependente da ponderação de critérios pré-definidos de adequação, coerência e compatibilidade estratégica do quadro de desenvolvimento territorial proposto e de relevância dos domínios de intervenção e do nível de compromisso com os resultados a obter. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial poderão ser financiados pelo FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEADER e, na ótica das modalidades de financiamento, incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como ser articulados com outros instrumentos financeiros.” Pág. 306, Portugal 2020

3 Evolução e mudanças de contexto – quadro de referência atual

3.1 Introdução

Na Estratégia Europa 2020 foram definidas metas a alcançar através de transformação da União Europeia (UE) numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, capaz de proporcionar níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Neste sentido foram estabelecidas as seguintes prioridades complementares que nortearam o exercício estratégico e programático nacional, Portugal 2020 e também o exercício realizado na Beira Baixa para a construção da EIDT:

- : **Crescimento inteligente:** melhorar a qualidade da educação, fortalecer o desempenho da investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimento e utilizar todo o potencial das TIC;
- : **Crescimento sustentável:** introduzir soluções tecnológicas que possibilitem o cumprimento das metas de redução de emissões com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos;
- : **Crescimento inclusivo:** fomentar uma economia de empregabilidade elevada marcada pela coesão territorial e social.

No respeitante ao exercício estratégico de suporte à programação do período 2021-2027, consubstanciado pelo **Portugal 2030**⁶, e que tem por base o objetivo central de fazer da próxima década uma década de convergência de Portugal com a Europa, a visão preconizada para Portugal consubstancia-se em quatro eixos temáticos:

- : Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- : Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento;
- : Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente;
- : Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.

Verifica-se assim uma necessidade de ligeira adaptação terminológica e de alinhamento temático no atual exercício de revisão, uma vez que se considera relevante a atualização do referencial não só num contexto de verificação de progressos de contexto como também na aferição de necessidades de atualização da Estratégia. Face ao exposto, e uma vez que a estrutura da EIDT Beira Baixa 2020 refletiu as três prioridades estabelecidas no Portugal 2020, a revisão para o quadro do Portugal 2030 obriga à adaptação, conforme esquematicamente se apresenta na Figura seguinte.

⁶ Documento disponível [aqui](#) e no site www.portugal2030.pt/

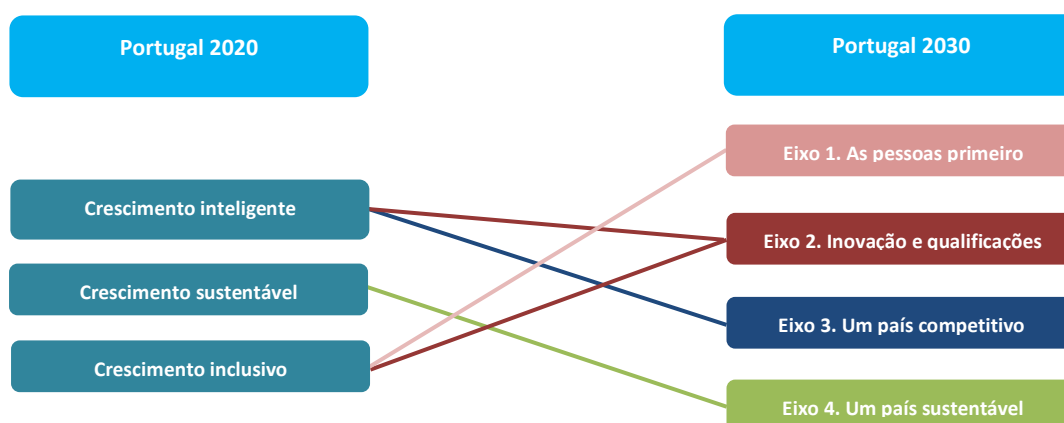


Figura 3. Relação entre as prioridades do Portugal 2020 e os eixos do Portugal 2030

Nos pontos seguintes, de forma não exaustiva como o exercício de revisitação assim o dita, são verificadas as principais mudanças de contexto face a 2013, verificando registos estatísticos disponibilizados por diferentes entidades e incorporando informação qualitativa e quantitativa disponibilizada pelas entidades regionais que complementam a existente na CIMBB.

3.2 Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

Em 2018, de acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a Beira Baixa (NUTS III) registaria um efetivo populacional de 80.782 habitantes (cerca de 4% da população do Centro – NUTS II), o que corresponderia a um decréscimo de 8,3% face ao último exercício censitário, em 2011. Esta percentagem estimada de perda populacional é superior à estimada para a região Centro e para Portugal (Tabela 3). Para esta estimativa de perda de população contribuíram transversalmente as dinâmicas demográficas, nomeadamente os saldos natural e migratório, de todos os concelhos da sub-região, mas mais significativamente dos concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor com perdas de 14,7% e 13,5% respetivamente.

A um cenário de manutenção de perdas demográficas está associada a diminuição da densidade populacional da sub-região da Beira Baixa que se estima em 2018 na ordem dos 17,5 habitantes/Km² (em 2011 era de 19,1 habitantes/km²).

Este quadro demográfico mostra uma das características mais marcantes da sub-região e que determina a necessidade de adoção de modelos e medidas diferenciadas ao nível da descentralização de serviços e respostas sociais à população e ao nível da gestão e proteção do território dada a extensão destes territórios e o número de habitantes por km².

Tabela 3. Variações da população residente e densidade populacional

Unidade Territorial	População residente				Variação 2011-2018		Densidade populacional (N.º/km²)		Variação 2011-2018
	1991	2001	2011	2018	(n.º)	(%)	2011	2018	(%)
Portugal	9.867.147	1.0356.117	10.542.398	10.276.617	-265.781	-2,5	114,3	111,4	-2,5%
Centro	2.258.768	2.348.397	2.316.169	2.216.569	-99.600	-4,3%	82,1	78,6	-4,3%
Beira Baixa	99.870	94.410	88.134	80.782	-7.352	-8,3%	19,1	17,5	-8,4%
Castelo Branco	54.310	55.708	55.600	52.192	-3.408	-6,1%	38,7	36,3	-6,2%
Idanha-a-Nova	13.630	11.659	9.566	8.157	-1.409	-14,7%	6,8	5,8	-14,7%
Oleiros	7.767	6.677	5.648	5.045	-603	-10,7%	12,0	10,7	-10,8%
Penamacor	8.115	6.658	5.585	4.831	-754	-13,5%	9,9	8,6	-13,1%
Proença-a-Nova	11.088	9.610	8.240	7.390	-850	-10,3%	20,8	18,7	-10,1%
Vila Velha de Ródão	4.960	4.098	3.495	3.167	-328	-9,4%	10,6	9,6	-9,4%

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001, Censos 2011 e Estimativas da população residente 2018

A atual estrutura etária da NUTS III Beira Baixa revela uma população envelhecida, com uma grande disparidade entre o grupo etário dos 0 aos 14 anos (10,6% do total de população) e o grupo etário com 65 ou mais anos (29,9% do total). Apenas Castelo Branco se destaca com o grupo etário com 65 anos ou mais a corresponder a 25,7% da população total, situação semelhante à verificada em 2011. Da evolução observada nos últimos anos (entre 2011 e 2018) verifica-se que o grupo etário dos 0 aos 14 anos apresenta um decréscimo menos significativo nos concelhos de Vila Velha de Ródão e Castelo Branco (-5,9% e -10,6%, respetivamente) (Tabela 4).

A Beira Baixa mantém uma clara tendência de envelhecimento, com índices⁷ que superam os 600% em alguns concelhos (Tabela 4). Entre 2011 e 2018 este cenário agravou-se, sendo exceção o concelho de Vila Velha de Ródão que registou uma ligeira variação positiva (diminuição do índice de envelhecimento na ordem dos 8%, mas ainda acima dos 600%).

De um modo geral, os dados analisados mostram que se mantém uma dicotomia entre o concelho de Castelo Branco e os restantes concelhos da Beira Baixa, em que o primeiro apresenta quadros demográficos mais positivos e com características tendentes a aproximarem-se das da região Centro; e que a sub-região da Beira Baixa apresenta uma limitada capacidade de renovação demográfica, com dinâmicas regressivas que se têm verificado de uma forma contínua, nas últimas décadas.

⁷ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos). (metainformação – INE)

Tabela 4. Evolução dos grupos etários e índice de envelhecimento

Unidade Territorial	Variação 2011-2018 por grupo etário (%)					Índice de envelhecimento		
	Total	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	2011	2018	Variação
Portugal	-2,5	-10,5	-4,2	-5,0	11,8	127,6	159,4	24,9%
Centro	-4,3	-14,6	-5,2	-5,6	5,8	160,7	199,2	24,0%
Beira Baixa	-8,3	-14,1	-13,5	-7,9	-5,1	256,0	282,7	10,4%
Castelo Branco	-6,1	-10,6	-11,2	-8,3	3,6	181,4	210,2	15,9%
Idanha-a-Nova	-14,7	-20,0	-2,9	-12,1	-18,0	420,4	431,0	2,5%
Oleiros	-10,7	-32,1	-24,3	-7,1	-7,6	503,3	684,4	36,0%
Penamacor	-11,9	-30,7	-24,4	-2,4	-18,8	530,7	621,8	17,2%
Proença-a-Nova	-10,3	-21,2	-18,3	-7,1	-9,4	330,2	379,8	15,0%
Vila Velha de Ródão	-9,4	-5,9	-31,7	-2,2	-13,6	695,1	638,0	-8,2%

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas da população residente 2018

Este quadro demográfico obriga a abordagens específicas a esta sub-região e aos territórios de baixa densidade com características semelhantes, com a necessidade de medidas e de abordagens programáticas que permitam contrariar estes cenários e que não os utilizem como sustentação para a impossibilidade de acesso a apoios de base territorial indexados a densidades e quantitativos populacionais impossíveis de alcançar/cumprir na Beira Baixa. A impossibilidade de aceder a políticas e instrumentos adequados às especificidades e que permitam às entidades locais, nomeadamente à administração pública, atuarem nas áreas mais prementes e que poderiam paulatinamente inverter estes cenários e aumentar a qualidade de vida da população, tem vindo a revelar-se altamente penalizadora da Beira Baixa.

Nos domínios da inclusão e igualdade importa verificar a evolução no domínio do emprego, uma vez que é uma matéria com claras implicações nos mesmos. Os dados mais recentes do IEFP mostram uma tendência de redução do desemprego na Beira Baixa. No período compreendido entre dezembro de 2014 e agosto de 2019 verificou-se um decréscimo na ordem dos 48% do número de desempregados na Beira Baixa, sendo, contudo, de salientar que o desemprego feminino apresenta, ao longo deste período, um valor ligeiramente superior ao masculino, o que pode indicar problemas ao nível da igualdade de género e do equilíbrio social.

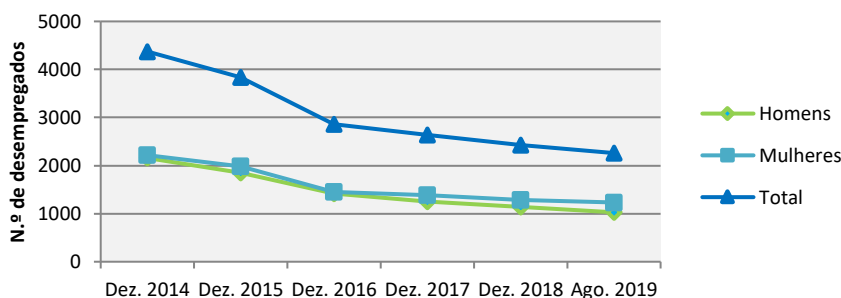


Figura 4. Desemprego registado na Beira Baixa, entre dezembro de 2014 e agosto de 2019, segundo o género

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais, dezembro 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e agosto 2019

Ainda nos mesmos domínios de análise importa averiguar a evolução registada nos indicadores relacionados com as transferências sociais. Para o período compreendido entre 2014 e 2017/2018, os indicadores de prestações da Segurança Social revelam um aumento no valor médio das pensões (3.972€/ano, em 2014 e 4.279€/ano, em 2018), tendência verificada igualmente na Região Centro e a nível nacional (ver Tabela 5). Na sub-região a distribuição é relativamente equitativa, destacando-se o concelho de Vila Velha de Ródão que apresenta valores muito superiores aos da região e aos nacionais (5.458€/ano, em 2018), situação que se infere poder estar relacionada com as empresas transformadoras de grande dimensão sedeadas no concelho. No respeitante ao valor médio anual do subsídio de desemprego, o valor médio registado na Beira Baixa (3.114€/ano, em 2014 e 2.696€/ano, em 2017) é inferior ao registado a nível nacional, mas, em 2017, posicionava-se acima da média regional (2.628€/ano). Estes valores permitem concluir que o rendimento médio por adulto que auferir estes subsídios e/ou pensões mantém-se inferior ao limiar de risco de pobreza, fixado em 5.607€/anual, em 2017.

De referir ainda que, em termos de número de beneficiários de pensões e de subsídio de desemprego, a região acompanha a tendência de decréscimo registada em Portugal. Apenas no respeitante ao rendimento social de inserção (RSI), na sub-região da Beira Baixa (NUTS III), os municípios que a compõem (com exceção de Castelo Branco) apresentam um aumento do número de beneficiários, situação contrária ao registado a nível nacional e regional (NUTS II).

Tabela 5. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, entre 2014 e 2018

Unidade Territorial	Beneficiários (n.º)						Valor médio anual (€)					
	Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego		Rendimento Social de Inserção		Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego		Rendimento Social de Inserção	
	2014	2018	2014	2017	2014	2018	2014	2018	2014	2017	2014	2018
Portugal	3.024.590	2.997.488	583.523	405.795	320.811	282.288	4.998	5.436	3.391	2.826	n.d.	n.d.
Centro	742.323	724.496	111.589	74.255	48.559	42.493	4.412	4.781	3.184	2.628	n.d.	n.d.
Beira Baixa	33.227	31.146	4.153	2.556	2.250	2.015	3.972	4.279	3.114	2.696	n.d.	n.d.
Castelo Branco	17.752	17.227	3.103	1.868	1.605	1.280	4.093	4.432	3.026	2.554	n.d.	n.d.
Idanha-a-Nova	4.655	4.128	307	251	416	436	3.692	3.953	3.190	3.131	n.d.	n.d.
Oleiros	2.850	2.626	180	68	45	54	3.724	3.935	3.493	2.911	n.d.	n.d.
Penamacor	2.500	2.170	158	118	94	98	3.455	3.620	3.299	2.797	n.d.	n.d.
Proença-a-Nova	3.734	3.380	308	192	53	91	3.744	4.030	3.275	3.241	n.d.	n.d.
Vila Velha de Ródão	1.736	1.615	97	59	37	56	5.117	5.458	4.173	3.081	n.d.	n.d.

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, Instituto de Informática, 2018 e AERC 2017, 2018

Complementarmente à análise atualizada de contexto é importante visitar o quadro de projetos âncora/ações propostas em 2013/2014 face ao contexto registado na altura. Na EIDT Beira Baixa 2020, para a prioridade transversal “Inclusão Social”, concorriam quatro projetos âncora (PA) “6. Programa

Beira Baixa Inclusiva”, “1. Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa”, “2. Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial” (na vertente do apoio ao empreendedorismo) e “4. Rede Regional de Educação, Formação e Emprego (4.1. Talento Regional e 4.2. Emprego)” que integravam diversas ações consideradas estratégicas para o desenvolvimento do território.

Neste contexto, de destacar o trabalho de proximidade implementado pelos seis municípios que inclui medidas de combate à pobreza e à exclusão social, objetivando o atenuar de desigualdades entre as pessoas e garantir que os estratos mais desfavorecidos beneficiam de recursos e serviços disponíveis na comunidade. A atuação dos municípios e de entidades parceiras, com destaque para as instituições privadas de solidariedade social (IPSS), no âmbito das suas atividades correntes e da valorização de oportunidades de apoio permitiu reforçar a intervenção sub-regional ao nível da inclusão social, com a continuidade de medidas sociais de discriminação positiva, nomeadamente a nível fiscal: tarifas sociais, programa de comparticipação de medicamentos (ações integradas no PA 6); a provisão e reforço de respostas de proximidade no domínio da habitação, saúde e bem-estar e inserção social, nomeadamente de idosos e grupos mais desfavorecidos, salientando neste caso a atuação das IPSS, e à primeira infância (ações também alinhadas e integradas no PA 6 da EIDT).

Neste domínio verificou-se fundamental o papel e intervenção complementar das autarquias e das entidades sociais existentes nos territórios, importantes facilitadores das intervenções, sendo exemplo os **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)** (ver Tabela 6) existentes nos concelhos da Beira Baixa e sustentados em parcerias de proximidade.

Tabela 6. Listagem de CLDS no território da Beira Baixa

Concelho/Território	Âmbito Geográfico	Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP)
Castelo Branco	Castelo Branco	Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento
Idanha-a-Nova	Idanha-a-Nova	Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento
Oleiros	Oleiros	Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
Penamacor	Penamacor	Santa Casa da Misericórdia de Penamacor
Proença-a-Nova	Proença-a-Nova	Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão

Importa analisar também uma importante dimensão que influencia a coesão territorial, a conectividade digital e acesso às redes de informação e conhecimento disponíveis online. Como se verifica pelos dados da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) de 2017, persistem na Beira Baixa contextos de grande fragilidade nesta dimensão, sendo no concelho de Castelo Branco que se regista o valor mais elevado da sub-região, contudo mediano se avaliado à escala nacional (com

acessos BLF⁸ residenciais por 100 alojamentos, entre os 31% e 45%). Segue-se o concelho de Proença-a-Nova, com valores entre os 16% e 30%, estando os restantes concelhos no intervalo entre os 5% e os 15% (o mais baixo da escala de análise).

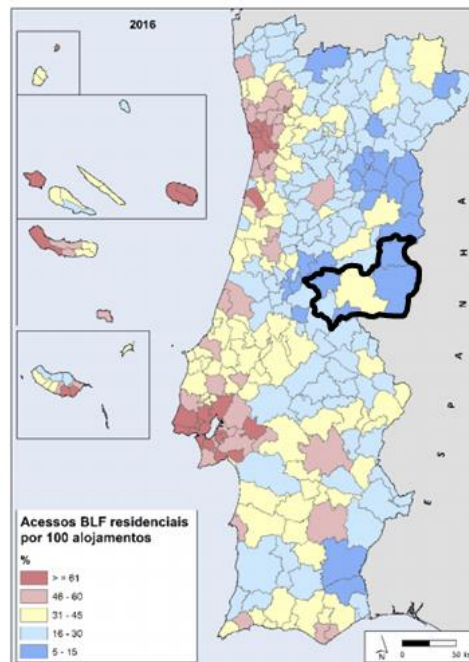


Figura 5. Acessibilidade digital, por concelho, 2016

Fonte: ANACOM, integrado no PNPOT - [Lei n.º 99/2019](#), de 5 de setembro

No domínio da inclusão digital, destacam-se também as medidas de reforço da rede *wifi* (apoios do Turismo de Portugal, através do Programa Valorizar), com especial enfoque nos centros urbanos, e que respondem apenas parcialmente aos desafios existentes.

Passando a uma análise retrospectiva, o referencial regional diagnosticado em 2013 determinou o desenho da EIDT 2020 (sumariamente apresentada no capítulo 2) na qual, como explanado, constam os PA e as medidas essenciais à melhoria do desempenho regional. Após o desenho da EIDT, tendo por base as PI passíveis de mobilização no ITI para o domínio da inclusão social, a CIMBB e os municípios optaram pela mobilização das PI disponíveis do Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) e do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), a saber:

- PI 9.7. “Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais” (inclui saúde) – FEDER/Centro 2020;
- PI 9.4. “Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral” – FSE/POISE;

⁸ Banda Larga Fixa

- PI 9.1. “Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria de empregabilidade” – FSE/POISE.

Também foi mobilizada para os ITI, mas como PI opcional⁹ a “2.3. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização de qualidade: apoio à modernização da administração local”.

No PDCT assinado em 2015 foram mobilizadas e contratualizadas as PI 9.7, 9.1 e 9.4, sendo de destacar que na reprogramação do Pacto em 2018, as PI 9.1 e 9.4 foram agregadas, passando a constar apenas a PI 9.1. no PDCT, passando os apoios para o PO regional.

No âmbito da PI 9.7 foram identificadas várias necessidades, adaptadas às especificidades sociais e territoriais da Beira Baixa, como são exemplo os serviços móveis e redes integradas de serviços de saúde, contudo estes projetos adaptados às especificidades regionais não tiveram dotação/acolhimento, tendo sido dotados de apoio apenas alguns dos investimentos propostos (Tabela 7) relativos a requalificações e/ou construção de extensões de Centros de Saúde.

No âmbito das PI mobilizadoras de FSE, apesar de estarem integradas no PDCT, o primeiro aviso (Aviso Centro 30-2019-08 – PDCT – Cultura para todos) foi aberto em 2019, sendo ainda omissa a informação relativa à totalidade dos apoios previstos para as comunidades locais no âmbito da “Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria de empregabilidade”. Este contexto penaliza a região e a capacidade de intervenção dos municípios e demais parceiros para fazer face às problemáticas ainda patentes na comunidade da Beira Baixa. Na Tabela 8 listam-se os projetos inscritos no PDCT (atualizados de acordo com a reprogramação do PDCT de 2019), não existindo até ao momento qualquer execução face ao contexto exposto.

⁹ “Apenas poderão ser mobilizadas por via de ITI (...) as seguintes prioridades de investimento: PI4.3; PI5.2; PI 9.7; 10.5”; “as PI referenciadas no ponto 7.1 e que não constam dos pontos 7.5 e 76 têm integração facultativa nos ITI”. Convite nº 03/2015

Tabela 7. Projetos inscritos no PDCT (versão atualizada) na PI 9.7

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Extensão do Centro de Saúde de Salgueiro do Campo	9.7	Município de Castelo Branco	0,00		FEDER
Construção da Extensão de Saúde de Póvoa de Rio de Moinhos	9.7	Município de Castelo Branco	148.667,78	126.367,61	FEDER
Remodelação do Centro de Saúde de S. Tiago	9.7	Município de Castelo Branco	150.310,73	127.764,12	FEDER
Total Município de Castelo Branco			298.978,51	254.131,73	
Rede integrada de serviços de saúde no Concelho de Idanha-a-Nova	9.7	Município de Idanha-a-Nova	221.850,00		FEDER
Total Município de Idanha-a-Nova			221.850,00		
Unidade móvel de saúde de Oleiros	9.7	Município de Oleiros	0,00		FEDER
Equipamentos desfibrilhadores	9.7	Município de Oleiros	0,00		FEDER
Total Município de Oleiros			0,00		
Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor	9.7	Município de Penamacor	400.000,00	340.000,00	FEDER
Total Município de Penamacor			400.000,00	340.000,00	
Rede integrada de serviços de saúde e sociais no Concelho de Proença-a-Nova	9.7	Município de Proença-a-Nova	0,00		FEDER
Total Município de Proença-a-Nova			0,00		
Total Beira Baixa (NUTS III)			920.828,51	594.131,73	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fontes: Alteração ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, 7 de junho de 2019, [Centro 2020, www.centro2020.pt/index.php/projetos-aprovados](http://centro2020.pt/index.php/projetos-aprovados)

Tabela 8. Projetos inscritos no PDCT (versão atualizada) na PI 9.1 (antigas PI 9.1 e 9.4)

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI	
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: atuar para Aproximar	9.1	Município de Castelo Branco	250.000,00		FSE	Aviso aberto
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Atuar para Amenizar	9.1	Município de Castelo Branco	250.000,00		FSE	Aviso aberto
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: atuar para Integrar	9.1	Município de Castelo Branco	270.000,00		FSE	Aviso aberto
Cuidar ++: criação de uma rede móvel e dinâmica para a prestação de cuidados de proximidade	9.1	Município de Castelo Branco	193.000,00		FSE	Sem aviso
SOS Vida - criação de uma tecnologia de informação e comunicação para promover a proximidade e contacto dos idosos à comunidade de proximidade	9.1	Município de Castelo Branco	100.000,00		FSE	Sem aviso
Total Município de Castelo Branco			1.063.000,00			
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Lab-Social Investiga(k)tivo- Experimentação de Práticas Inovadoras para a Intervenção e Partenariado Sociais e Culturais	9.1	Município de Idanha-a-Nova	400.000,00		FSE	Aviso aberto
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Ação com parcerias nacionais e internacionais para Intervenção Social Comunitária	9.1	Município de Idanha-a-Nova	130.000,00		FSE	Aviso aberto

IDANHA+QUALIDADE SÉNIOR: atividades culturais e educacionais de convívio de carácter regular	9.1	Município de Idanha-a-Nova	200.000,00		FSE	Sem aviso
Total Município de Idanha-a-Nova			730.000,00			
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Plano cultural gerontológico de Oleiros	9.1	Município de Oleiros	290.000,00		FSE	Aviso aberto
QUALIDADE SÉNIOR: atividades culturais e educacionais de convívio de carácter regular de Oleiros	9.1	Município de Oleiros	110.000,00		FSE	Sem aviso
Total Município de Oleiros			400.000,00			
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Projeto de promoção da inclusão social de Penamacor	9.1	Município de Penamacor	150.000,00		FSE	Aviso aberto
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Penamacor Igual + - programa multicultural	9.1	Município de Penamacor	140.000,00		FSE	Aviso aberto
Penamacor Idade +: Programa pró-sénior cultural, social e educacional	9.1	Município de Penamacor	100.000,00		FSE	Sem aviso
Total Município de Penamacor			390.000,00			
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: Proença-a-Nova	9.1	Município de Proença-a-Nova	300.000,00		FSE	Aviso aberto
QUALIDADE SÉNIOR: atividades culturais e educacionais de convívio de carácter regular de Proença-a-Nova	9.1	Município de Proença-a-Nova	110.000,00		FSE	Sem aviso
Total Município de Proença-a-Nova			310.000,00			
Promoção da inclusão social pelo acesso à cultura - Cultura para todos: atuar para Aproximar	9.1	Município de Vila Velha de Ródão	240.000,00		FSE	Aviso aberto
QUALIDADE SÉNIOR: atividades culturais e educacionais de convívio de carácter regular de Vila Velha de Ródão	9.1	Município de Vila Velha de Ródão	90.000,00		FSE	Sem aviso
Total Município de Vila Velha de Ródão			330.000,00			
Total Beira Baixa (NUTS III)			3.344.450,00			

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEL – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fontes: Alteração ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, 7 de junho de 2019, [Centro 2020](http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados), www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Importa igualmente destacar o trabalho relevante promovido por Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e demais entidades que asseguram respostas integradas aos grupos mais vulneráveis do território com intervenções de apoio (i) a vítimas de violência; (ii) à comunidade imigrante; (iii) à inserção profissional; (iv) a crianças e jovens em risco; (v) social, familiar e de solidariedade; (vi) ao desenvolvimento de atividades para os seniores. Neste âmbito, e complementarmente ao referido para avisos apoiados pelo FSE, destaca-se a valorização de apoios FEDER através da PI 9.7, por parte destas entidades, para remodelação, ampliação e adaptação infraestrutural da rede social e solidária da Beira Baixa, viabilizando a promoção de respostas de qualidade aos utentes dos serviços.

Em síntese, no Eixo “Crescimento Inclusivo”/”Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” importa sistematizar alguns aspetos críticos a ter em consideração para a implementação da EIDT Beira Baixa e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentado do território em matérias de inclusão social:

- : Quadro demográfico obriga a abordagens específicas a esta sub-região e aos territórios de baixa densidade com características semelhantes, com a necessidade de medidas e de abordagens programáticas que permitam contrariar estes cenários e que não os utilizem como sustentação para a impossibilidade de acesso a apoios de base territorial indexados a densidades e quantitativos populacionais impossíveis de alcançar/cumprir na Beira Baixa.
- : Inexistência/impossibilidade de aceder a políticas e instrumentos adequados às especificidades e que permitam às entidades locais, nomeadamente à administração pública, atuarem nas áreas mais prementes e que poderiam paulatinamente inverter estes cenários e aumentar a qualidade de vida da população, tem vindo a revelar-se altamente penalizadora da Beira Baixa.
- : Inexistência de apoios adequados/à medida das necessidades e características da sub-região, com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos.
- : Atraso na abertura de avisos nas PI contratualizadas, sendo o mais gravoso o da PI 9.1./Projetos inovadores sem aviso disponível. Estes atrasos comprometem não só a execução das verbas contratualizadas, mas principalmente o alcance das metas definidas, não contribuindo para a valorização e desenvolvimento da sub-região.
- : Demora na análise das candidaturas, chegando a contabilizar, nalguns casos, mais de um ano e meio para conhecimento da sua aprovação. Esta demora do processo condiciona o início das operações, a sua correta implementação e o alcance e/ou maximização de resultados.
- : Inexistência de um sistema integrado de monitorização sub-regional de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas localizadas na Beira Baixa, que permita à CIMBB ir acompanhando e avaliando os progressos feitos a nível territorial, inferindo assim o grau de concretização da EIDT.
- : Escassez de mão-de-obra na Beira Baixa, com impactos diretos na capacidade de atração de empresas.

3.3 Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento

A formação e qualificação do capital humano é determinante para fazer face aos desafios da economia e do mercado de trabalho, condicionando a capacidade de empreendedorismo e inovação.

No respeitante à taxa de retenção e desistência no ensino básico¹⁰, na Beira Baixa, verificou-se uma evolução positiva com uma diminuição significativa entre os anos letivos de 2013/2014 e 2017/2018, apesar de algumas oscilações distintas entre os diferentes ciclos do ensino básico, conforme se pode verificar pelos dados da Tabela 9. Ressalva-se que esta evolução positiva não está ainda relacionada com a implementação de projetos de combate ao insucesso escolar (PI 10.1 mobilizada no ITI), uma vez que os mesmos tiveram início no ano 2017/2018 após aprovação de candidatura ao aviso n.º Centro 66-2016-15.

Tabela 9. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018

Unidade Territorial	Ano letivo 2013/2014 (%)				Ano letivo 2017/2018 (%)			
	Total	1.º C.E.B.	2.º C.E.B.	3.º C.E.B.	Total	1.º C.E.B.	2.º C.E.B.	3.º C.E.B.
Portugal	10,0	5,0	11,4	15,1	5,1	2,8	5,3	7,8
Centro	8,8	4,4	9,9	13,2	4,4	2,5	4,0	6,8
Beira Baixa	10,1	6,0	11,9	14,3	7,0	3,4	7,9	10,8
Castelo Branco	10,4	5,6	11,8	15,8	7,0	3,2	7,0	11,6
Idanha-a-Nova	12,4	9,5	20,3	10,6	11,9	5,7	20,9	14,3
Oleiros	4,1	2,3	3,3	6,5	5,0	3,8	6,5	5,3
Penamacor	17,6	12,6	23,3	18,6	6,0	3,9	11,8	5,0
Proença-a-Nova	3,5	2,5	0	6,2	2,6	2,3	n.d.	4,4
Vila Velha de Ródão	10,6	8,2	9,4	14,3	6,3	2,7	2,8	14,6

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, 2013/2014 e 2017/2018

No que se refere a outros indicadores que permitem verificar a evolução ao nível da escolarização e qualificações, não existindo dados atualizados dos censos de 2011, utilizaram-se os dados dos anuários estatísticos da região Centro de 2015 a 2017 (Tabela 10). Conforme se verifica, nos últimos três anos registou-se uma ligeira descida da taxa bruta de pré-escolarização, numa dinâmica contrária ao registado à escala regional e nacional, sendo contudo de salientar que este indicador tinha na sub-região da Beira Baixa valores superiores na Região Centro e no Continente, nos anos de 2015 e 2016 e, em 2017, mantém um valor superior ao registado no continente. O desempenho positivo é garantido essencialmente pelos indicadores municipais de quatro dos seis concelhos.

Também a taxa bruta de escolarização nos níveis de ensino básico e secundário possuem valores superiores aos registados a nível regional e no continente, sendo de destacar o aumento deste

¹⁰ Alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo.

indicador no ensino básico. Em relação às taxas de transição/conclusão do ensino secundário, apesar da evolução positiva, ainda não foram alcançados os valores registados a nível nacional e regional.

No que se refere à proporção de mulheres no ensino secundário, também se registaram aumentos, sendo o último valor semelhante ao registado no continente, mas ligeiramente inferior à região Centro.

Por último, também se regista uma evolução positiva no rácio alunos/computadores e alunos/computadores com acesso à internet sendo de salientar contudo que as médias se encontram abaixo dos valores regionais e nacionais, com oscilações nos diferentes níveis de ensino.

Conforme referido anteriormente estas evoluções positivas de contexto ainda não possuem qualquer correlação com a implementação de apoios do período 2014-2020, uma vez que em 2017 ainda eram poucos os investimentos em curso. Neste contexto, é notória a prioridade de atuar no sentido de favorecer a convergência com as metas assumidas na prioridade “Crescimento inteligente”, nomeadamente a (i) redução da taxa de abandono escolar para menos de 10% e o (ii) aumento da percentagem de pessoas entre os 30 e os 34 anos que concluíram estudos superiores para, pelo menos, 40%.

De acordo com o último anuário estatístico da região Centro (ano de 2017, publicado em 2018) a Taxa de escolarização no ensino superior (alunas/os com idade entre 18 e 22 anos) na Beira Baixa era de 54,8%, um valor substancialmente superior ao registado a nível nacional e regional (33,1% e 36% respetivamente). No ensino superior, a percentagem de alunas inscritas é também elevada, ultrapassando na Beira Baixa os 55%, o mesmo sendo registado para a proporção de mulheres diplomadas, que ultrapassa os 65%¹¹.

¹¹ INE, [Anuário Estatístico da Região Centro, 2017](#)

Tabela 10. Indicadores de educação por município

Ano	Unidade territorial	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Proporção de mulheres no ensino secundário	Média de alunas/os matriculadas/os por computador				Média de alunas/os matriculadas/os por computador com ligação à Internet					
			Ensino básico	Ensino secundário	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos/profissionais		Total	Ensino básico			Ensino secundário	Total	Ensino básico			Ensino secundário
										1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
2017	Continente	94,5	108,8	119,0	85,1	82,6	89,5	49,0	4,3	6,3	3,9	3,8	3,5	4,8	7,5	4,4	4,3	3,9
	Centro	97,7	107,9	116,4	86,5	84,1	90,3	49,4	4,0	5,4	3,9	3,7	3,4	4,5	6,3	4,4	4,1	3,7
	Beira Baixa	95,3	112,2	123,6	83,8	80,8	88,8	49,0	3,5	5,6	2,9	3,0	3,2	4,2	6,4	3,6	3,5	3,7
	Castelo Branco	90,6	111,7	136,0	83,9	81,9	87,2	48,6	4,4	5,9	3,8	3,9	4,1	4,7	6,4	4,0	4,1	4,4
	Idanha-a-Nova	122,1	115,8	143,6	85,9	80,0	92,6	50,5	2,6	6,4	1,9	2,0	2,1	8,5	9,2	18,5	13,3	4,7
	Oleiros	122,5	100,4	93,6	79,6	66,7	100,0	52,4	3,0	11,1	2,4	2,4	2,3	3,4	11,1	2,7	2,8	2,8
	Penamacor	96,3	113,6	76,3	82,2	77,0	93,1	45,6	1,6	3,5	1,3	1,3	1,3	2,0	8,4	1,5	1,6	1,6
	Proença-a-Nova	100,8	105,2	87,5	83,2	81,3	90,9	51,1	2,3	6,7	1,8	1,8	1,8	2,3	7,0	1,8	1,8	1,8
Vila Velha de Ródão	111,4	175,6	//	//	//	//	//	//	2,1	2,1	1,9	2,1	//	2,2	2,2	2,3	2,2	//
2016	Continente	91,0	109,3	115,0	84,5	82,1	88,8	49,0	3,5	5,3	3,1	3,0	2,9	4,0	6,6	3,6	3,5	3,2
	Centro	95,3	108,3	112,7	86,0	83,8	89,4	49,6	3,3	4,5	3,1	3,0	2,7	3,8	5,5	3,7	3,4	3,1
	Beira Baixa	96,2	109,8	125,1	83,5	80,7	88,7	48,0	2,6	3,9	2,1	2,2	2,6	3,1	4,7	2,5	2,6	3,1
	Castelo Branco	93,5	109,3	141,9	82,9	80,3	87,6	47,4	3,2	4,0	2,6	2,7	3,3	3,4	4,5	2,7	2,9	3,7
	Idanha-a-Nova	117,1	110,9	124,2	84,4	79,3	88,4	49,4	2,1	4,1	1,4	1,5	2,1	5,6	9,4	4,8	4,9	4,1
	Oleiros	116,0	90,5	89,6	91,6	87,9	100,0	60,0	1,6	5,3	1,3	1,3	1,3	2,0	7,6	1,7	1,6	1,6
	Penamacor	94,7	106,3	80,8	83,5	72,2	97,7	45,4	1,6	3,7	1,3	1,3	1,3	2,1	8,7	1,6	1,6	1,6
	Proença-a-Nova	90,6	110,0	84,8	83,8	83,8	84,6	48,5	1,8	4,1	1,5	1,5	1,5	1,9	4,4	1,6	1,6	1,5
Vila Velha de Ródão	102,3	202,7	//	//	//	//	//	//	1,8	1,8	1,8	1,7	//	2,1	2,1	2,1	2,2	//
2015	Continente	90,8	110,1	118,0	83,6	81,7	87,0	49,1	3,0	4,9	2,7	2,6	2,5	3,6	6,2	3,1	3,0	2,9
	Centro	96,5	108,7	115,2	84,7	83,3	86,7	49,6	2,9	4,1	2,7	2,6	2,5	3,4	5,0	3,2	3,1	2,8
	Beira Baixa	98,8	110,9	129,9	83,5	81,1	87,7	47,9	2,5	3,6	2,0	2,0	2,6	2,9	4,3	2,3	2,3	3,0
	Castelo Branco	95,5	112,0	150,2	83,2	81,0	87,2	47,8	3,0	3,5	2,4	2,5	3,4	3,3	4,0	2,6	2,7	3,7
	Idanha-a-Nova	119,6	102,1	115,1	82,2	77,8	85,4	43,9	2,0	6,2	1,2	1,3	1,9	4,4	9,7	3,3	3,5	3,6
	Oleiros	105,5	92,5	89,4	90,5	82,5	97,7	57,1	1,7	5,2	1,3	1,3	1,3	1,7	5,9	1,3	1,3	1,3
	Penamacor	108,2	113,3	77,1	81,3	75,5	88,1	42,9	1,5	3,3	1,3	1,2	1,2	1,9	9,1	1,5	1,5	1,5
	Proença-a-Nova	100,0	109,4	89,9	86,0	85,0	92,3	54,2	1,6	3,2	1,4	1,4	1,4	1,7	3,8	1,5	1,4	1,4
Vila Velha de Ródão	95,6	175,9	0,0	//	//	//	//	//	1,6	1,6	1,6	1,6	0,0	2,1	2,0	2,2	2,0	0,0

Fonte: INE; Anuários estatísticos da Região Centro, 2015, 2016 e 2017, dezembro 2016, dezembro 2017 e dezembro 2018, respetivamente

Passando a uma análise da evolução da aposta em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), entre 2014 e 2017 (Tabela 11), com base nas despesas registadas, a Beira Baixa apresenta uma evolução positiva, a par da evolução registada à escala nacional e regional. Contudo existe uma divergência no que respeita às despesas incorridas pelo Estado, setor em que se verificou uma diminuição (-8,5%). Neste contexto verifica-se que o aumento se deve essencialmente a uma aposta em I&D por parte das empresas da Beira Baixa, assim como ao aumento deste tipo de despesa por parte das instituições de ensino superior, neste caso, o Instituto Politécnico de Castelo Branco. A Beira Baixa apresenta um aumento de 44,2% de despesa em I&D por empresas, face à região Centro que apresenta 21,5% e Portugal 25,8%; e um aumento de 15,7% de despesa em I&D pelo Ensino Superior, em comparação com 0,0% na região Centro e 8,0% em Portugal.

Tabela 11. Despesas em I&D, por tipo de instituição 2014 – 2017 (milhares de €)

Tipo de instituição	Portugal		Centro		Beira Baixa	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Estado	139.833,3	141.743,4	8.413,2	10.150,9	376,7	344,6
Empresas	1.035.966,2	1.303.484,0	211.352,5	256.774,0	3.706,7	5.346,8
Ensino Superior	1.018.024,6	1.099.649,3	216.230,2	216.150,2	3.290,3	3.807,6
Instituições privadas sem fins lucrativos	38.424,8	40.222,9	2.964,0	2.426,4	0,0	0,0
Total	2.232.248,9	2.585.099,5	438.959,80	485.501,8	7.373,8	9.499,0

Fonte: DGEEC, potencial científico e tecnológico nacional (setor institucional e setor empresas), 2014-2017

A aposta na inovação e qualificações como motores de desenvolvimento foi transposta na EIDT em diferentes PA com medidas diversificadas, destacando-se os PA “1. Agenda Digital e Tecnológica da Beira Baixa”, “4. Rede Regional de Educação, Formação e Emprego (4.1. Talento Regional e 4.2. Emprego)”, “2. Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial” e “7. Redes de Cooperação Beira Baixa”, assim como os PA mais diretamente associados aos eixos de especialização inteligente, i.e., os PA “8. Programa Beira Baixa terra de excelência (8.1. Marca Beira Baixa e 8.2. Destino turístico)”, “9. Cluster Agroindustrial Beira Baixa” e “10. Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa”, os quais compreendiam ações consideradas estratégicas para o desenvolvimento do território.

A transversalidade de responsabilidades na implementação das medidas associadas a este eixo torna difícil a aferição da amplitude da implementação, sendo de ressaltar o trabalho de proximidade implementado pela CIMBB e pelos seis municípios em domínios chave como o combate ao insucesso escolar (PI 10.1) e valorização do contexto escolar (PI 10.5) e aposta em parcerias estratégicas para a valorização dos recursos endógenos da região, sendo neste último caso de ressaltar os projetos implementados no âmbito do PROVERE Beira Baixa Terras de Excelência e perspetivados para a sua segunda fase.

Ainda de salientar os trabalhos de diagnóstico das necessidades de formação e qualificação da sub-região e das empresas sedeadas e o diagnóstico das necessidades do tecido empresarial da região.

Neste domínio a CIMBB celebrou um protocolo com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), prevendo o desenvolvimento, pela CIMBB, de um módulo de aprofundamento regional, tendo em vista a antecipação das necessidades regionais de qualificações para o território, e a articulação do trabalho com os municípios. A CIMBB participa também na definição da Rede de Cursos Profissionalizantes para o ano letivo 2019-2020, no âmbito das suas atribuições de articulação das atuações dos municípios com os serviços da administração na área da rede educativa e de formação profissional.

No domínio da qualificação e formação destaca-se o papel ativo do IEPF e Centro de Formação Profissional com respostas diversificadas que oferece, assim como a rede de ensino profissional, tendo sido identificada a necessidade de trabalho em rede no sentido de potenciar áreas de formação e diversificar públicos evitando a sobreposição de iniciativas.

O apoio ao empreendedorismo tem sido uma matéria trabalhada por múltiplas entidades da Beira Baixa, desde a CIM em parceria com os municípios, para o universo escolar (ensino obrigatório e profissional) ao Instituto Politécnico com o apoio e capacitação dos alunos do ensino superior.

Uma área em que se iniciaram recentemente os trabalhos é o da modernização administrativa, identificada como uma área essencial na EIDT, não apenas no contexto da melhoria do acesso à informação como no contexto da simplificação e melhoria do acesso aos serviços públicos por parte de toda a população. Não tendo sido uma PI integrada no ITI, está neste momento a ser preparada uma operação intermunicipal para que possa ser possível candidatar, assim que houver um aviso específico para as entidades que não “itizaram” a PI.

A possibilidade de implementação da EIDT por via do ITI da Beira Baixa concretizou-se na implementação de projetos visando (i) a melhoria do sucesso educativo dos alunos, a melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação (PI 10.1. - Tabela 12) e (ii) o investimento nas infraestruturas educativas, de modo a tornar a região mais qualificada e coesa, com reduzidas taxas de insucesso e de abandono escolar (PI 10.5 - Tabela 13).

Tabela 12. Projetos inscritos no PDCT para a PI 10.1

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	10.1	Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB)	2.609.872,13	2.218.391,31	FSE
Total CIMBB			2.609.872,13	2.218.391,31	
Total Beira Baixa (NUTS III)			2.609.872,13	2.218.391,31	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fontes: Alteração ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, 7 de junho de 2019,

www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Tabela 13. Projetos inscritos no PDCT para a PI 10.5

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Requalificação dos edifícios e dos pátios exteriores, em elevado estado de degradação, em diversos Centros Escolares do Concelho de Castelo Branco	10.5	Município de Castelo Branco	0,00		FEDER
Escola Integrada JI e 1º ciclo nº 9 em Valongo	10.5	Município de Castelo Branco	0,00		FEDER
Requalificação e Modernização da Escola Secundária Nuno Álvares	10.5	Município de Castelo Branco	3.333.432,78	2.833.417,87	FEDER
Requalificação e Modernização da Escola Secundária Amato Lusitano	10.5	Município de Castelo Branco	433.223,53	368.240,00	FEDER
Total Município de Castelo Branco			3.766.656,31	3.201.657,87	
Construção e qualificação dos centros escolares de Idanha-a-Nova	10.5	Município de Idanha-a-Nova	128.384,00		FEDER
Adaptação do edifício do JI à Conservatória em, Idanha-a-Nova e Creche no Rosmanihal	10.5	Município de Idanha-a-Nova	0,00		FEDER
Total Município de Idanha-a-Nova			128.384,00		
Beneficiação da Escola Básica de Oleiros	10.5	Município de Oleiros	211.006,00		FEDER
Beneficiação do Agrupamento de Escola Padre António de Andrade	10.5	Município de Oleiros	0,00		FEDER
Escola Básica do 1º ciclo com Jardim de Infância do Estreito	10.5	Município de Oleiros	36.840,00		FEDER
Total Município de Oleiros			247.846,00		
Requalificação das Escolas EB1 da Sobreira Formosa	10.5	Município de Proença-a-Nova	239.238,87	203.353,04	FEDER
Total Município de Proença-a-Nova			239.238,87	203.353,04	
Requalificação da Escola EB2+3 de VVR	10.5	Município de Vila Velha de Ródão	225.756,83		FEDER
Remodelação e Modernização do Jardim de Infância do Porto do Tejo	10.5	Município de Vila Velha de Ródão	35.205,48	29.924,66	FEDER
Total Município de Vila Velha de Ródão			260.962,31	29.924,66	
Total Beira Baixa (NUTS III)			4.643.087,49	3.434.935,57	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fontes: Alteração ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, 7 de junho de 2019,

www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Conforme referido previamente, a implementação deste Eixo Estratégico da EIDT está a ser concretizada por múltiplas entidades, nomeadamente através de investimentos de cariz empresarial e científico-tecnológico nas áreas de especialização do território, fortalecendo o desempenho da investigação, promovendo a inovação e a transferência de conhecimento, aumentando a competitividade do território e fomentando a qualificação dos recursos humanos e do tecido económico da Beira Baixa, sistematizando-se na Tabela 14 alguns desses projetos.

Tabela 14. Exemplos de projetos desenvolvidos por entidades estratégicas da Beira Baixa

Entidade Promotora	Projetos/Descrição	Interligação com os PA da EIDT Beira Baixa 2020
Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB)	O IPCB dinamiza e coordena ações de investigação, desempenhando um papel de relevo na ligação a outras instituições e empresas, nacionais e estrangeiras. As atividades de investigação estão suportadas em estruturas designadas Unidades de Investigação : AGECOMM (Unidade de investigação interdisciplinar – Comunidades envelhecidas funcionais), CERNAS (Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade), CIPEC (Centro de Investigação em Património, Educação e Cultura), DISAC (Digital Services, Applications And Content), QRural (Qualidade De Vida No Mundo Rural), SHERU (Sport, Health & Exercise Research Unit).	PA6 e PA9
	Na promoção do empreendedorismo em contexto académico, o IPCB tem utilizado uma metodologia transversal a todos públicos, discentes e docentes, com especial ênfase na valorização do conhecimento produzido. De destacar o trabalho desenvolvido na qualificação da comunidade académica na área do empreendedorismo e no fomento de iniciativas empresariais, tais como <i>spin-offs</i> .	PA2
	O IPCB mantém uma forte ligação à comunidade através de protocolos com empresas e instituições, na sua maioria da região, nos domínios da investigação aplicada, do desenvolvimento experimental, da prestação de serviços especializados e dos projetos e estágios de alunos e diplomados.	PA2 e PA4
AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa	A AEBB dá apoio ao tecido empresarial local, nos domínios técnico, económico, comercial e associativo visando a coesão territorial e o desenvolvimento das atividades económicas do território. Tem em implementação os seguintes projetos: projeto Negócios no Mundo , projeto Formação – Ação Dinamizar 2020 , projeto Formação – Ação MOVE PME , projeto Formação – Ação Melhor Turismo 2020 .	PA2 e PA7
INOVCLUSTER - Associação do Cluster Agroindustrial do Centro	O INOVCLUSTER coordena e dinamiza projetos nas áreas do empreendedorismo (projeto “AgriEmprende”), inovação (projeto AdPack2), internacionalização (Projeto Internacionalização do Cluster Agroindustrial 2018-2020 e projeto AgriExport 4.0), qualificação (projeto “Programa de valorização da fileira do queijo DOP na Região Centro” e projeto +AGRO), POCTEP (projeto CRECEER , projeto IOTEC , projeto REiNOVA e projeto SYMBIOSIS)	PA2, PA7 e PA9

Em síntese, no Eixo “Crescimento Inclusivo”/” Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento” importa sistematizar alguns aspetos críticos a ter em consideração para a implementação da EIDT Beira Baixa e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentado do território em matérias de qualificação e inovação:

- : Inexistência de apoios adequados/à medida das necessidades e características da sub-região, com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego.
- : Atraso na abertura de avisos que permitam às entidades da região candidatar e articular complementaridades entre ações, uma realidade que compromete o alcance das metas definidas para a valorização e desenvolvimento da sub-região (a título de exemplo expõe-se a PI 10.1 relativa ao combate ao insucesso escolar que apenas em 2017 teve a conclusão do processo de avaliação de candidatura com a complexidade inerente de posterior montagem no terreno da articulação entre entidades para a prossecução dos fins propostos).

- : Demora na análise das candidaturas, chegando a contabilizar, nalguns casos, mais de um ano e meio para conhecimento da sua aprovação. Esta demora do processo condiciona o início das operações, a sua correta implementação e o alcance e/ou maximização de resultados.
- : Inexistência de um sistema integrado de monitorização sub-regional de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas localizadas na Beira Baixa, que permita à CIMBB ir acompanhando e avaliando os progressos feitos a nível territorial, inferindo assim o grau de concretização da EIDT.
- : Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, com algumas sobreposições de atuações, nomeadamente no âmbito da qualificação de recursos humanos, o que fragiliza a orientação para resultados (a título de exemplo, e conforme expresso pelas entidades no processo de auscultação, as formações do IEPF concorrem com formações do próprio ministério de educação e dos cursos das escolas profissionais), sendo fundamental a promoção de uma maior articulação entre entidades para que possam trabalhar em rede, definir com clareza os públicos-alvo e maximizar a abrangência das ações empreendidas.
- : Os apoios à formação devem ser reformulados e flexibilizados, nomeadamente no espectro de candidaturas das empresas que deveriam ser multifundo, permitindo a integração de FSE para formação nos sistemas de incentivos empresariais.
- : Os apoios à I&D devem também ser analisados no sentido de poderem dar resposta às especificidades das regiões de baixa densidade, algo que não se verifica atualmente. A título de exemplo a aposta do Estado na I&D em áreas de especialização do território, a descentralização de serviços especializados que abordem o território como “laboratório” de experimentação e teste de tecnologias, processos e produtos inovadores e que respondam aos desafios identificados. Também os apoios à I&D para o ensino superior e para as empresas deve ser analisado no sentido de responder às necessidades sub-regionais (ver características do tecido empresarial no ponto seguinte) e estimular a aposta nestas atividades no território da Beira Baixa.
- : Escassez de mão-de-obra, com impactos diretos na capacidade de atração de empresas.
- : Necessidade de apostar em medidas de apoio à atração e fixação de estudantes do ensino superior e de RH qualificados para o território, medidas estas que se devem refletir numa atuação concertada, multinível e multi-entidades, de apoio ao alojamento, às empresas para integração de quadros técnicos qualificados e para a valorização de cadeias de valor que permitam um melhor posicionamento de mercado e de apoios ao empreendedorismo, entre outros.

3.4 Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente

O terceiro Eixo do Portugal 2030, à semelhança do anteriormente analisado, está também relacionado com o eixo do “Crescimento Inteligente” definido no Portugal 2020 e utilizado na construção da EIDT Beira Baixa 2020.

Nos domínios que o integram e que determinaram a definição de diversos PA, quer de carácter transversal como de especialização, foram analisadas as características do tecido empresarial e o potencial de desenvolvimento de setores que se verificavam mais preponderantes para a economia sub-regional, quer pela sua expressão na economia quer pelo seu potencial de valorização de recursos e conhecimento existente. É este contexto que agora, de forma sintética, se revisita, para averiguar a existência de mudanças.

A Beira Baixa, em 2016, apresentava uma densidade de 1,9 empresas/km², uma média marcadamente inferior à nacional (13,0 empresas/km²) e regional (9,0 empresas/km² na NUTS II Centro). À escala concelhia, Castelo Branco e Proença-a-Nova destacam-se com valores de 3,9 e 2,0 empresas/km², respetivamente. Tal como o registado a nível nacional e regional, 97,6% das empresas da Beira Baixa tem menos de 10 pessoas ao serviço, sendo o valor médio de pessoal ao serviço de 2,2. Neste contexto destaca-se Vila Velha de Ródão com o indicador de “Volume de negócios por empresa” muito superior aos registados a nível regional e nacional, um dado que está diretamente relacionado com um número limitado de empresas de produção de papel e pasta de papel¹².

Tabela 15. Indicadores de empresas, entre 2014 e 2016

Unidade Territorial	Densidade das empresas (N.º/km ²)		Proporção de empresas individuais (%)		Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)		Pessoal ao serviço por empresa (N.º)		Volume de negócios por empresa (Milhares de €)	
	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016
Portugal	12,2	13,0	67,8	68,2	96,4	96,3	3,1	3,1	286,3	284,7
Centro	8,7	9,0	70,4	70,5	96,6	96,5	2,6	2,7	215,6	224,5
Beira Baixa	1,8	1,9	70,2	70,7	97,5	97,6	2,2	2,2	159,7	147,7
Castelo Branco	3,8	3,9	69,7	70,6	97,5	97,4	2,3	2,3	148,0	147,7
Idanha-a-Nova	0,6	0,7	70,7	69,6	98,2	98,4	1,9	1,8	74,1	66,8
Oleiros	1,0	1,1	74,1	73,5	98,1	98,0	2,0	2,0	211,2	202,1
Penamacor	0,7	0,8	71,6	74,2	96,6	98,1	2,0	1,8	151,7	124,3
Proença-a-Nova	1,9	2,0	70,8	70,8	96,7	97,3	2,2	2,0	106,8	100,0
Vila Velha de Ródão	0,9	1,0	67,3	65,1	97,1	98,1	2,9	2,4	673,4	461,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2015 e 2017

¹² Destacam-se empresas como a *The Navigator Company*, a Empresa de Celulose do Tejo e a *Paper Prime* são unidades industriais localizadas em Vila Velha de Ródão.

Em termos de expressão empresarial, medida pelo número de empresas (Figura 6) por CAE¹³, verifica-se que, em 2017, do total de 8.919 empresas na Beira Baixa, 18,9% pertencem ao setor G (comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos) e 16,0% ao setor A (agricultura), em alinhamento com o que ocorre à escala regional. Existem depois um conjunto de setores com um peso relativo a rondar os 9%, como são os F (construção) com 9,3%, I (Alojamento, restauração e similares) com 9,0%, N (atividades administrativas e dos serviços de apoio) com 8,7% e M (atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares) com 8,5%.

De destacar como características específicas da Beira Baixa, a representatividade do setor I comparativamente às outras escalas registadas e a preponderância do setor primário – CAE A (com um peso de 16%) face ao registado a nível nacional e regional (10,7% e 12,3% das empresas, respetivamente) e com uma tendência de crescimento entre 2014 e 2017.

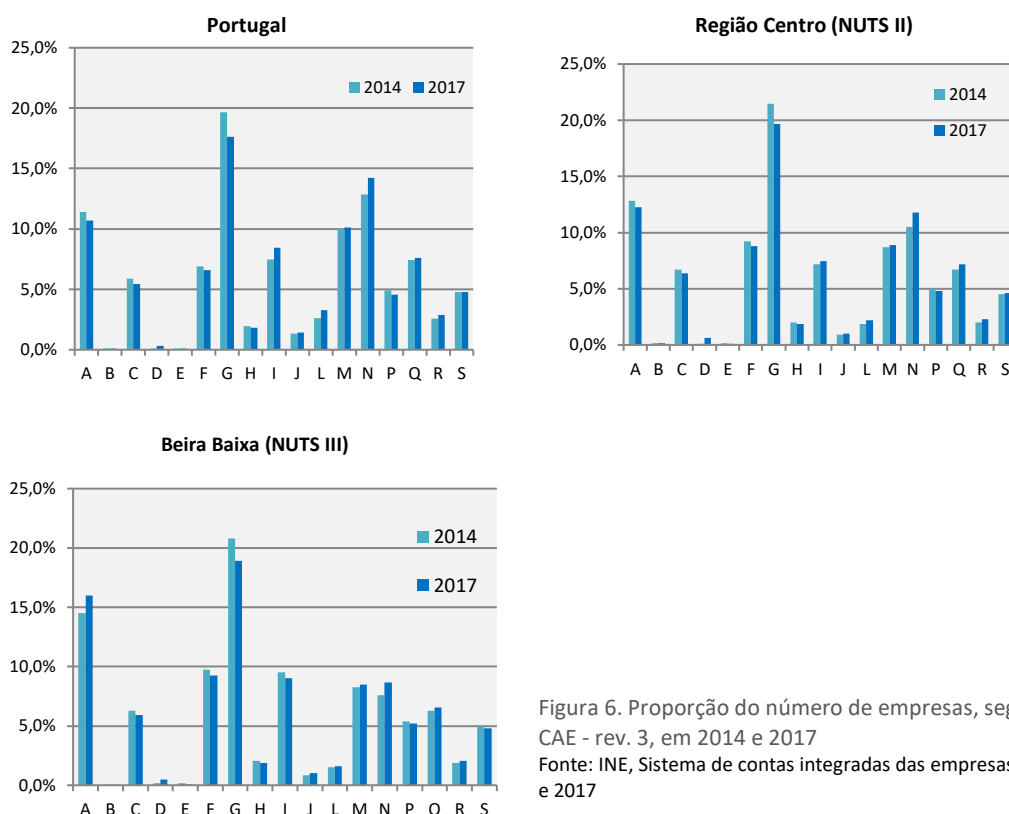


Figura 6. Proporção do número de empresas, segundo CAE - rev. 3, em 2014 e 2017

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2017

¹³Classificação INE (CAE revisão 3) por secção (nível 1): A- Agricultura; B- Indústrias Extrativas; C- Indústrias Transformadoras; D – Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; H – Transportes e armazenagem; I – Alojamento, restauração e similares; J – Atividades de informação e comunicação; K – Atividades financeiras e de seguros; L – Atividades imobiliárias; M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O – Administração pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S – Outras atividades de serviços; T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias; U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. O âmbito da informação do sistema de contas integradas das empresas do INE exclui as secções K, O, T e U.

À escala concelhia, em termos de número de empresas, existe uma forte heterogeneidade, sendo de destacar o número de empresas do setor agrícola em Idanha-a-Nova (35,6%), Vila Velha de Ródão (34,2%), Penamacor (27,1%), Oleiros (20,0%) e Proença-a-Nova (18,2%) e as indústrias transformadoras nos concelhos de Proença-a-Nova (12,1%) e Vila Velha de Ródão (9,5%). As atividades de alojamento, restauração e similares são mais expressivos nos concelhos de Idanha-a-Nova (12,9%) e Penamacor (12,5%) e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares no concelho de Castelo Branco (10,5%).

Complementando a análise do número de empresas com a sua capacidade empregadora (Figura 6), existe um acréscimo qualitativo à análise. O tecido empresarial da Beira Baixa, empregava, em 2017, 19.663 pessoas (uma variação positiva de 6,2% face a 2014), 19,4% no setor G (Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas), 10,6% no setor A (Agricultura) e 10,2% no F (construção). Destacam-se algumas dinâmicas entre 2014 e 2017 que mostram algumas alterações no perfil empresarial da sub-região, nomeadamente o aumento de cerca de 45% do pessoal ao serviço em empresas do setor J (Atividades de informação e comunicação), o aumento do emprego no setor R (Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas), assim como o aumento do emprego no setor agrícola (CAE A), numa proporção muito superior à registada à escala nacional e regional.

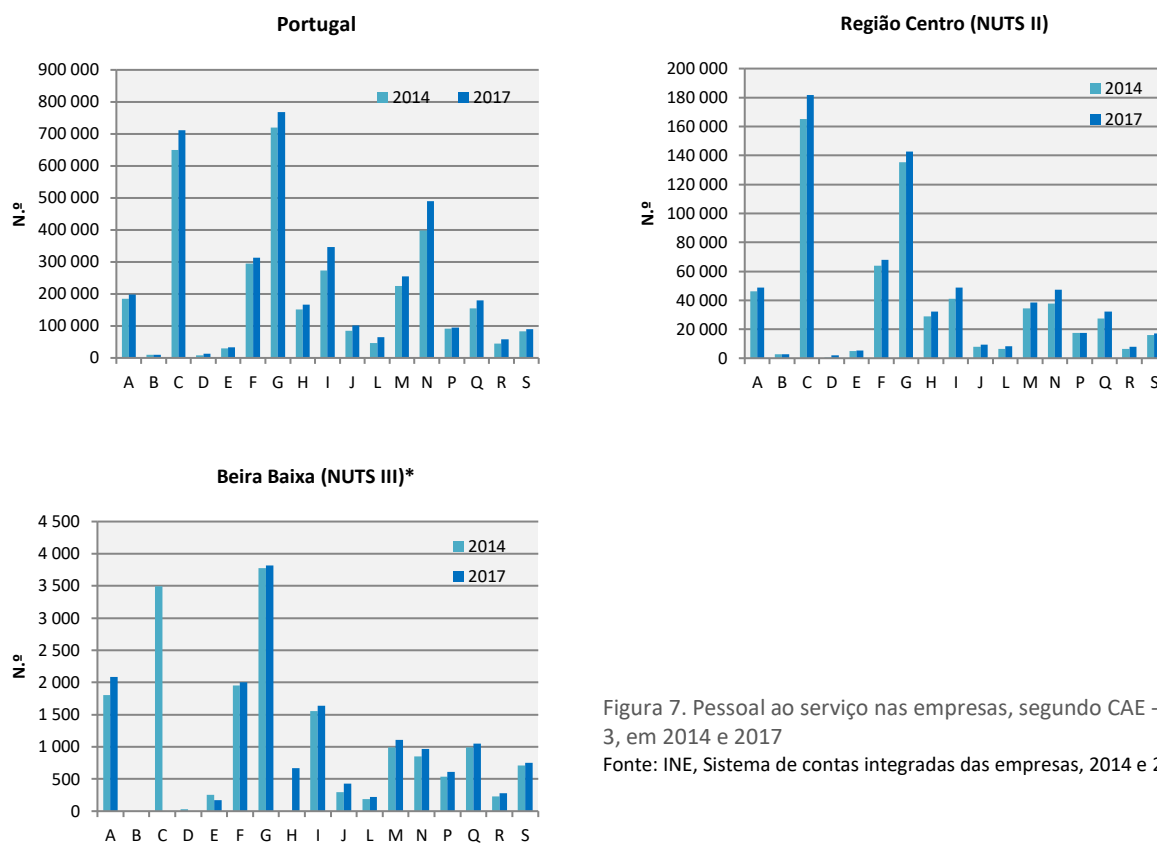


Figura 7. Pessoal ao serviço nas empresas, segundo CAE - rev. 3, em 2014 e 2017
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2017

*Nota: Para alguns CAE, não está disponível informação no INE.

No respeitante ao volume de negócios, em 2017, as empresas da Beira Baixa geraram 1.817.603.214€, correspondente a um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 442.997.297€. Em termos comparativos, entre 2014 e 2017, verificou-se um acréscimo de 11,7%% no volume de negócios das empresas da sub-região, o que, apesar de positivo, se situa abaixo dos valores registados a nível regional (13,4% na NUTS II Centro) e nacional (15,4%).

Analisando o volume de negócios por setor em 2017, o setor G (Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos) gera 37,8% do volume de negócios da Beira Baixa, seguido do setor C - Indústrias Transformadoras que representa 29,2% do total, situação que já se verificava em 2014 (ver Figura 8). Este dado revela a elevada expressão económica de um número reduzido de empresas uma vez que, como atrás demonstrado em termos de número de empresas e pessoal ao serviço, o setor C não assumia na sub-região uma expressão assinalável, ou seja, cerca de 5% das empresas geram cerca de 30% do volume de negócios.

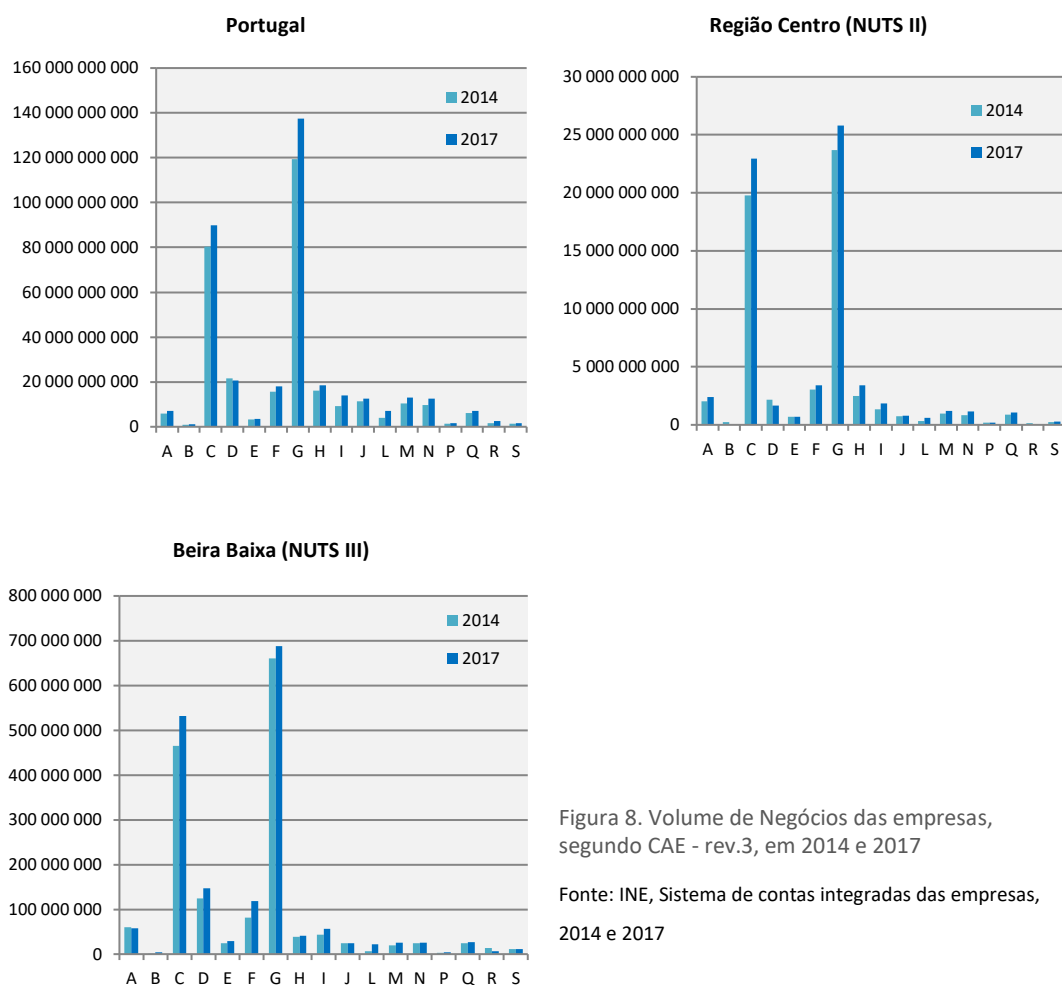


Figura 8. Volume de Negócios das empresas, segundo CAE - rev.3, em 2014 e 2017

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2017

O balanço geral verificado na Beira Baixa mostra um cenário global positivo, com o aumento do número de empresas, assim como do número de pessoas ao serviço e do volume de negócios. Estes aumentos rondaram o 1% entre 2014 e 2017 conforme se pode verificar na Tabela 16. Na mesma tabela verifica-se a evolução de indicadores compósitos¹⁴ verificando-se também aqui uma evolução positiva. Em termos setoriais, os valores médios dos indicadores compósitos são mais expressivos nos CAE D (eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio) e E (captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição), sendo também de destacar os CAE B e C com volumes médios de negócio por empresa superior a um milhão de euros.

Os setores mais expressivos da região da Beira Baixa têm em comum a exploração de recursos naturais do território.

Tabela 16. Indicadores da dinâmica empresarial na Beira Baixa, entre 2014 e 2017

CAE	Empresas (n.º)		Pessoal ao serviço (n.º)		Volume de negócios (€)		Média de pessoal ao serviço por empresa (n.º)		Média de volume de Negócios por empresa (€)		Média de volume de Negócios por trabalhador (€)	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
A	1.196	1.427	1.807	2.088	60.376.650	57.544.021	1,5	1,5	50.482,1	40.325,2	33.412,6	27.559,4
B	4	3	n.d.	n.d.	773.306	3.787.733	n.d.	n.d.	193.326,5	1.262.577,7	n.d.	n.d.
C	517	529	3.494	n.d.	464.775.007	531.386.712	6,8	n.d.	898.984,5	1.004.511,7	133.020,9	n.d.
D	13	44	33	n.d.	124.968.427	146.844.685	2,5	n.d.	9.612.955,9	3.337.379,2	3.786.922,0	n.d.
E	13	5	255	173	2.451.5107	29.287.599	19,6	34,6	1.885.777,5	5.857.519,8	96.137,7	169.292,5
F	802	826	1.955	1.999	81.723.242	118.166.578	2,4	2,4	101.899,3	143.058,8	41.802,2	59.112,8
G	1.711	1.686	3.778	3.816	660.668.592	687.333.857	2,2	2,3	386.130,1	407.671,3	174.872,6	180.118,9
H	169	167	n.d.	672	39.158.585	41.570.039	n.d.	4,0	231.707,6	248.922,4	n.d.	61.860,2
I	784	804	1.557	1.634	43.372.329	56.228.940	2,0	2,0	55.321,8	69.936,5	27.856,3	34.411,8
J	70	91	295	425	24.475.634	24.002.935	4,2	4,7	349.651,9	263.768,5	82.968,3	56.477,5
L	124	143	185	218	6.176.237	21.698.627	1,5	1,5	49.808,4	151.738,7	33.385,1	99.535,0
M	681	758	994	1.107	20.025.203	25.403.394	1,5	1,5	29.405,6	33.513,7	20.146,1	22.948,0
N	451	773	853	967	24.111.169	25.495.891	1,9	1,3	53.461,6	32.983,0	28.266,3	26.366,0
P	368	465	535	613	3.491.986	4.124.638	1,5	1,3	9.489,1	8.870,2	6.527,1	6.728,6
Q	427	586	991	1.050	24.781.391	26.514.434	2,3	1,8	58.036,0	45.246,5	25.006,4	25.251,8
R	117	184	233	276	13.195.403	6.452.097	2,0	1,5	112.781,2	35.065,7	56.632,6	23.377,2
S	309	428	707	751	10.807.802	11.761.034	2,3	1,8	34.976,7	27.479,1	15.286,8	15.660,5
Total	8.234	8.919	18.514	19.663	1.627.396.070	1.817.603.214	2,2	2,2	197.643,4	203.790,0	87.900,8	92.437,7
variação 2014-2017	+ 1,08%		+ 1,06%		+ 1,12%		=		+ 6 146,58		+ 4 536,90	

Nota: A verde desempenho positivo; a bordeaux desempenho negativo

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2017

¹⁴ Média de trabalhadores por empresa; média de volume de negócios por empresa e média de volume de negócios por trabalhador.

Para a análise da dinâmica económica procede-se à verificação da relevância do comércio externo na economia regional, medida pelo grau de abertura da economia¹⁵ e pela intensidade exportadora (relação entre o valor das exportações e da produção). A análise reportada aos anos de 2014 e 2017 mostram um ligeiro aumento em todas as escalas territoriais analisadas, com uma expressão positiva de 1% na Beira Baixa¹⁶, havendo um aumento das exportações e importações em territórios extra-União Europeia (Tabela 17).

Tabela 17. Importações, exportações e grau de abertura, em 2014 e 2017

Ano	Unidade territorial	Exportações (€)			Importações (€)			Grau de abertura (%)
		Total (€)	Intra-EU (%)	Extra-EU (%)	Total	Intra-EU (%)	Extra-EU (%)	
2017	Portugal	55.017.987.697	74,1	25,9	69.688.564.626	76,3	23,7	64
	Centro	10.781.372.122	79,3	20,7	9.257.033.756	82,5	17,5	55
	Beira Baixa	145.857.312	84,3	15,7	127.403.366	98,7	1,3	20
2014	Portugal	48.053.695.644	70,8	29,2	59.032.120.694	74,8	25,2	62
	Centro	9.251.960.636	76,0	24,0	7.390.784.927	84,5	15,5	51
	Beira Baixa	153.838.762	86,1	13,9	95.358.179	99,2	0,8	19

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens, 2014 e 2017

Tendo em consideração a expressão das indústrias transformadoras em termos de volume de negócios e emprego, à semelhança do exercício realizado em 2013/2014, analisa-se a evolução das suas divisões, verificando-se, no global, um aumento de 2,3% entre 2014 e 2017. Na análise por divisão, verifica-se que as indústrias transformadoras alimentares são as mais representativas com uma percentagem a rondar os 34% do total (179 empresas, em 2017). Este cenário reitera as conclusões do exercício estratégico Beira Baixa 2020, mantendo-se a preponderância do setor agroalimentar neste território. Efetivamente, as atividades relacionadas com os produtos alimentares são um dos fatores de atração do território, sendo a gastronomia um forte elemento de diferenciação do território. Na Beira Baixa existem diversas Denominações de Origem Protegida (DOP) e Identificações Geográficas Protegidas (IGP), designadamente do azeite (DOP Azeites da Beira Baixa), borrego (IGP Borrego da Beira), cabrito (IGP Cabrito da Beira), queijo (Queijos da Beira Baixa DOP, Requeijão da Beira Baixa DOP e Travia da Beira Baixa DOP) e vinho (DOC Beira Interior), entre outros.

¹⁵ “O grau de abertura é um indicador de internacionalização que compara o conjunto das exportações e das importações com o valor acrescentado bruto gerado na produção. Quanto mais alta é a percentagem obtida por um produto, setor ou território, maior é o seu grau de abertura ao mercado externo.” INE, Metainformação

¹⁶ Nos anos de 2015 e 2016 registou-se um contexto atípico na Beira Baixa, com a balança comercial a registar valores na ordem dos 115% - registou um crescimento muitíssimo elevado de exportações (1.486.312.331€ e 1.402.758.060€, respetivamente) face a um crescimento reduzido de importações (131.908.180€ e 112.300.373€, respetivamente). Um dado que será analisado, se possível, em maior detalhe, na versão final deste exercício de revisitação, sendo desde já possível de identificar que estes valores estão associados a dinâmicas registadas no concelho de Vila Velha de Ródão.

Tabela 18. Empresas da indústria transformadora (CAE Rev3.) na Beira Baixa, 2014 e 2017

Indústrias (Divisão do CAE)	Empresas				
	2014		2017		Variação
	N.º	%	N.º	%	
10 - Indústrias alimentares	183	35,4%	179	33,8%	-2,2%
11 - Indústria das bebidas	13	2,5%	13	2,5%	0,0%
12 - Indústria do tabaco	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
13 - Fabricação de têxteis	19	3,7%	24	4,5%	26,3%
14 - Indústria do vestuário	20	3,9%	20	3,8%	0,0%
15 - Indústria do couro e dos produtos do couro	0	0,0%	1	0,2%	100,0%
16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	49	9,5%	54	10,2%	10,2%
17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	3	0,6%	4	0,8%	33,3%
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados	8	1,5%	11	2,1%	37,5%
19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	7	1,4%	10	1,9%	42,9%
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	5	1,0%	6	1,1%	20,0%
23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	25	4,8%	25	4,7%	0,0%
24 - Indústrias metalúrgicas de base	2	0,4%	2	0,4%	0,0%
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	105	20,3%	100	18,9%	-4,8%
26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	1	0,2%	2	0,4%	100,0%
27 - Fabricação de equipamento elétrico	4	0,8%	4	0,8%	0,0%
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	16	3,1%	15	2,8%	-6,3%
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	4	0,8%	5	0,9%	25,0%
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões	21	4,1%	21	4,0%	0,0%
32 - Outras indústrias transformadoras	18	3,5%	18	3,4%	0,0%
33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	14	2,7%	15	2,8%	7,1%
Total Indústrias transformadoras	517	-	529	-	2,3%

Legenda: n.d. – não disponível; a verde desempenho positivo; a bordeaux desempenho negativo

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2017

Dos dados analisados, mostra-se relevante destacar as indústrias de fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos, não pela sua expressividade em termos de número de empresas, mas pelo seu contributo para o Valor Acrescentado Bruto (VAB)¹⁷. Em 2017, esta tipologia de indústria, enquadrável na fileira de valorização do setor florestal, representava 14,8% do VAB da Beira Baixa. Também na

¹⁷ Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

fileira da floresta, destacam-se as indústrias das madeiras (divisão 16), com um aumento de 10% entre 2014 e 2017.

Ainda no domínio da floresta e da agricultura, de acordo com os dados da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, desde o arranque do presente quadro comunitário, foram registadas ao PDR 2020 na região da Beira Baixa, cerca de 900 intenções de projetos de investimento, tendo sido aprovados 180 projetos, dos quais, 170 para o setor florestal e apenas 10 para agroindústria. Destaca-se ainda a informação veiculada por várias entidades neste processo de revisitação da EIDT, relativa ao aumento da procura de terras (em especial regimes de regadio, terras com água) por parte de investidores internacionais, como o Brasil, Estados Unidos da América, Turquia e Israel.

Em relação aos apoios à floresta, uma das fragilidades detetadas atualmente prende-se com os requisitos de acesso estabelecidos, na sua maioria associados a áreas com regimes de proteção e orientados para estruturas organizadas, um contexto não existente na Beira Baixa.

Outra das áreas de especialização identificadas para o desenvolvimento sustentado da sub-região da Beira Baixa foi o Turismo. O setor do Turismo tem um efeito impulsionador de diversificação económica, de crescimento de emprego e de rendimento das populações. De acordo com o Turismo de Portugal, o crescimento verificado em 2016 aconteceu em todas as regiões e ao longo de todo o ano, constituindo um importante motor de desenvolvimento regional. A região Centro apresentava ainda uma das menores taxas de ocupação/cama (as dormidas na sub-região representavam apenas 2,3% do total regional) e o menor valor da RevPar¹⁸ nacional.

¹⁸ RevPar: *revenue per available room*, ou receita por quarto disponível

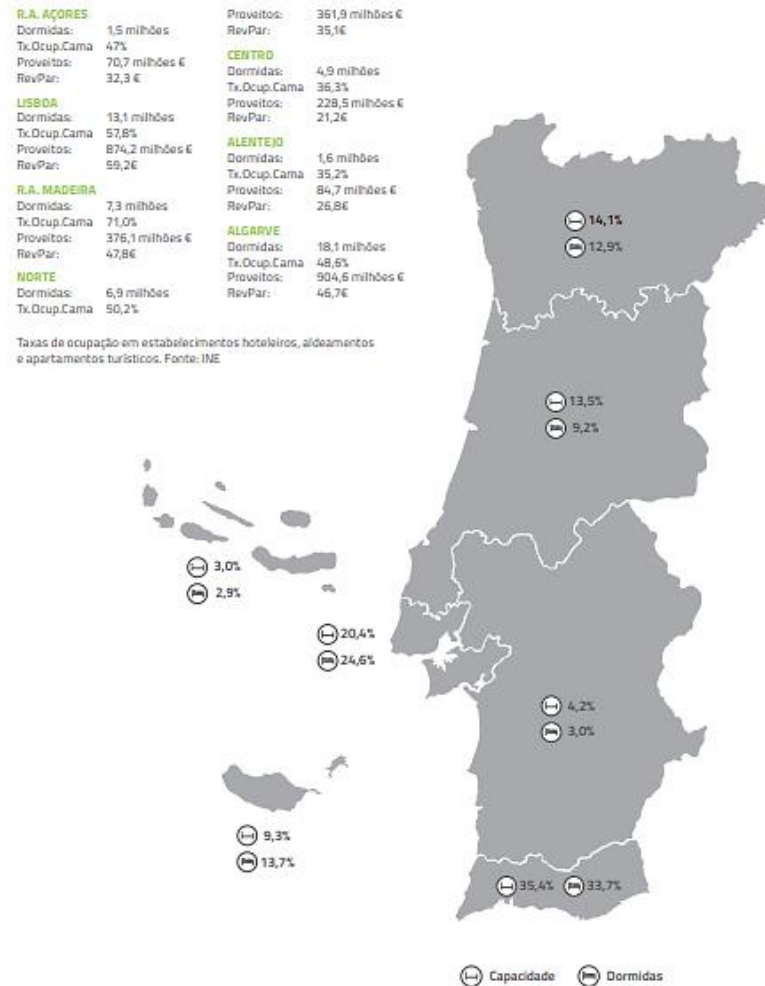


Figura 9. Principais indicadores de atividade turística por regiões NUTS II, em 2016

Fonte: Turismo de Portugal, Estratégia Turismo 2027, 2017

Efetivamente o turismo é uma área potencial de revitalização do território da Beira Baixa, uma dimensão também visível no contexto da descentralização de competências (ver ponto 3.6) em que a Comunidade Intermunicipal assume um papel motor. Os diversos focos de atração turística, como o Geopark Naturtejo, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo /Tajo Internacional, as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas, o Tejo Internacional, o Núcleo termal de Monfortinho, a Serra da Malcata; bem como a Marca Beira Baixa Terras de Excelência, desenvolvida pela CIMBB (criada no âmbito do PROVERE Beira Baixa Terras de Excelência), congregam toda uma multiplicidade de oferta presente no território, a qual inclui o património natural, o paisagístico, o cultural ou o arquitetónico/rural.

Fazendo uma análise à escala da Beira Baixa (NUTS III) é possível aferir o crescimento deste setor, entre 2014 e 2018, quer no respeitante ao número de estabelecimentos hoteleiros como à capacidade de alojamento. Em 2018, existiam, 50 estabelecimentos de alojamento (4,3% do total da NUTS II Centro) enquanto, em 2014, havia apenas 20 estabelecimentos de alojamento (4,3% do total da NUTS II Centro), representando um aumento na ordem dos 150%. No que se refere à tipologia de

estabelecimentos de alojamento turístico na Beira Baixa, em 2018, 27 eram turismo no espaço rural e de habitação, 12 eram alojamentos locais e 11 eram hotéis.

Tabela 19. Dados dos estabelecimentos hoteleiros na Beira Baixa, entre 2014 e 2018

Unidade Territorial	Estabelecimentos hoteleiros					Capacidade de alojamento				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	3.578	4.339	4.805	5.840	6.868	342.497	362.005	380.818	402.832	423.152
Centro	685	854	918	1.079	1.175	47.065	50.495	53.512	58.418	60.646
Beira Baixa	20	35	40	49	50	1.414	1.515	1.590	1.759	1.793
Castelo Branco	4	10	11	13	12	497	585	600	658	640
Idanha-a-Nova	12	15	16	20	22	619	522	556	569	612
Oleiros	2	4	6	4	4	n.d.	102	112	94	94
Penamacor	1	1	2	3	4	n.d.	n.d.	n.d.	210	215
Proença-a-Nova	1	2	2	4	3	n.d.	n.d.	n.d.	119	115
Vila Velha de Ródão	0	3	3	5	5	0	n.d.	64	109	117

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Pela análise dos dados disponibilizados pelo Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos do INE, entre 2014 e 2018, registou-se um aumento de 26,8% da capacidade de alojamento da Beira Baixa, traduzindo-se num aumento de 20,6% do número de quartos disponíveis (Tabela 19). Importa referir que apesar de um aumento bastante significativo de estabelecimentos de alojamento turístico, isso não se traduziu num aumento da capacidade de alojamento e do número de quartos na mesma ordem. Este facto justifica-se pelo crescente número de espaços de alojamento local e turismo de habitação/espaço rural que representam mais de 50% dos estabelecimentos, mas de reduzida dimensão, sendo um constrangimento para a Beira Baixa.

Também o número de dormidas, entre 2014 e 2018, aumentou 50,5%, atingindo-se no último ano 157.481. No mesmo período registou-se o aumento de 35,5% no número de hóspedes, tendo-se atingido os 87.805 em 2017; essencialmente hóspedes nacionais, com uma proporção de 75,6% para 24,4% (provenientes do estrangeiro).

Apesar do claro investimento no setor do turismo e da crescente procura do território da Beira Baixa, a estada média dos turistas tem-se mantido constante ao longo dos últimos anos, não atingindo ainda os 2 dias (atualmente é de 1,7 dias). Este valor apresenta-se muito semelhante ao verificado na região Centro, mas aquém do que se verifica a nível nacional (2,7 dias em 2017).

Outro dado importante a analisar e que mostra o dinamismo da hotelaria na Beira Baixa, são os proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros que apresentam um aumento progressivo ao longo dos últimos anos, tendo-se registado um aumento de 41,8% dos proveitos totais, entre 2014 e 2017, atingindo um valor de 7.135.000€.

Tabela 20. Dados dos estabelecimentos hoteleiros na Beira Baixa, entre 2014 e 2018

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018
Quartos (N.º)	703	721	744	834	848
Hóspedes (N.º)	64.817	72.944	79.255	87.805	n.d.
Dormidas (N.º)	104.670	126.708	130.997	147.648	157.481
Estada média (N.º)	1,6	1,7	1,7	1,7	n.d.
Proveitos totais ¹⁹ (milhares de €)	5.033	6.256	6.387	7.135	n.d.

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Neste Eixo, à semelhança do referido para o anterior, a capacidade de responder e superar os desafios só é concretizável através da ação concertada de múltiplas entidades, nomeadamente através de investimentos de cariz empresarial nas áreas de especialização do território, fortalecendo as dinâmicas e complementaridades/redes empresariais e a competitividade do território e fomentando a qualificação dos recursos humanos e do tecido económico da Beira Baixa. Na Tabela 14 estão sistematizados alguns desses projetos, promovidos pelas associações empresariais e demais parceiros estratégicos, sendo assim comprovado o compromisso de desenvolvimento regional. Esta informação é complementada com os dados da tabela seguinte, nos quais se sistematizam as estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) aprovadas para a Beira Baixa e geridas por duas associações de desenvolvimento local (ADRACES – Associação para o desenvolvimento da Raia Centro e Sul e Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul).

Estas iniciativas, a par com as implementadas pela CIMBB e municípios, têm permitido, com as limitações decorrentes dos recursos próprios disponíveis e apoios disponibilizados, registar um panorama de crescimento, ainda que ténue.

Reitera-se a identificação de algumas fragilidades em termos de lógicas organizacionais e atuação em rede. Um contexto que importa trabalhar de forma assertiva nos próximos anos, sendo uma matéria integrada em vários PA da EIDT Beira Baixa 2020.

Passando à correlação deste novo Eixo com os PA, verifica-se um pleno alinhamento com o estabelecido em 2013/2014, destacando-se os PA “2. Programa Regional de Apoio à Iniciativa Empresarial”, “4. Rede Regional de Educação, Formação e Emprego (4.1. Talento Regional e 4.2. Emprego)”, “7. Redes de Cooperação Beira Baixa”, “8. Programa Beira Baixa terra de excelência”, “9. Cluster Agroindustrial Beira Baixa” e “10. Programa de valorização da fileira florestal da Beira Baixa”. As ações a implementar identificam-se como corresponsabilidade de inúmeras entidades da Região da Beira Baixa, nomeadamente a CIMBB, os municípios, as associações de desenvolvimento local, os

¹⁹ Proveitos totais (nos estabelecimentos hoteleiros): Compreende todos os proveitos resultantes da atividade do estabelecimento hoteleiro. Inclui os proveitos de aposento, os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria atividade (ex.: aluguer de salas, lavandaria, tabacaria, telefone, etc..)

serviços descentralizados do Estado, assim como as empresas, estando a ser parcialmente implementadas, ainda que, como referido, com a necessidade de reforço de correlações e complementaridades.

O apoio à criação de empresas, do próprio emprego e do apoio ao empreendedorismo, os quais concorrem para a redução do desemprego na região da Beira Baixa têm sido assim o foco transversal das múltiplas iniciativas concretizadas, sendo de destacar as seguintes:

- Sistemas de apoio às ações coletivas (SAAC) nos domínios da qualificação, apoio ao empreendedorismo e internacionalização, promovidas pelas associações empresariais (Tabela 14);
- Programa de Valorização Económica dos recursos endógenos da Beira Baixa (PROVERE) promovido pela CIMBB e por um conjunto alargado de parceiros regionais e locais;
- Estratégias de Desenvolvimento Local de Base comunitária (DLBC) promovidas por Grupos de Ação Local (GAL) liderados por Associações de Desenvolvimento Local (ADL) e que envolvem apoios FEADER, FEDER e FSE (Tabela 21);
- Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE), geridos pelas CIM e ADL para disponibilização de apoios diretos a privados (Tabela 22);

Face ao exposto é possível concluir que está em curso a implementação de diversas atividades previstas no PA 2 (nomeadamente a consolidação de uma rede de espaços de acolhimento empresarial e logístico; o apoio à criação de empresas no âmbito do comércio de proximidade e a criação da Marca Beira Baixa Terras de Excelência); PA 8 (nomeadamente a criação do *branding* Beira Baixa, a difusão dessa marca, a coordenação de um calendário integrado de eventos a nível regional e a participação em feiras e eventos nacionais e internacionais) e PA 10 (quer através de investimentos em gabinetes técnicos florestais e planos de gestão da floresta como através de apoios diretos à produção por via do PDR 2020. Destaca-se ainda a parceria que a CIMBB está a iniciar no sentido de criar uma associação que possa implementar um sistema de gestão florestal sustentável, com um projeto piloto de área florestal certificada).

Tabela 21. Estratégias DLBC no território da Beira Baixa

GAL	Dotação fundo (M€)			
	FEADER PDR 2020	FSE Centro 2020	FEDER Centro 2020	Total
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro e Sul	2.867.911,85	1.166.670,00	1.061.571,14	5.096.152,99
Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul	2.065.695,04	1.073.167,56	736.482,17	3.875.344,77
Total Beira Baixa (NUTS III)	4.933.606,89	2.239.837,56	1.798.053,31	8.971.497,76

Fonte: Centro 2020, Contratos para a Gestão da Estratégia DLBC

Tabela 22. Projetos inscritos no PDCT para as PI 08.03, 08.08, 09.06 e 09.10

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Programa regional de apoio à iniciativa empresarial na Beira Baixa – Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	08.03	Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB)	585.014,15	497.262,04	FSE
Programa regional de apoio à iniciativa empresarial na Beira Baixa – apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	08.08	Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB)	7.916.677,09	4.359.263,58	FEDER
Total CIMBB			8.501.691,24	5.856.525,62	
Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	09.06	ADRACES	242.855,96	206.427,56	FSE
Apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	09.10	ADRACES	1.843.727,80	915.531,97€	FEDER
Total ADRACES			2.086.583,76€	1.121.959,53€	
Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	09.06	Pinhal Maior	45.502,56€	38.677,16€	FSE
Apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	09.10	Pinhal Maior	746.657,09	346.949,93	FEDER
Total Pinhal Maior			792.159,65	385.627,09	
Total Beira Baixa (NUTS III)			11.380.434,65	6.364.112,24	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fonte: [Alteração ao PDCT - 7 de junho de 2019 e](#) Centro 2020, Contratos para a Gestão da Estratégia DLBC

Tabela 23. Projetos aprovados para o território

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Construção de Pavilhão para Acolhimento Empresarial	3.3	Município de Castelo Branco	1.129.378,09	959.971,37	FEDER
Total Município de Castelo Branco			1.129.378,09	959.971,37	
GreenValley FoodLab - Área de Acolhimento Empresarial de Base Rural	3.3	Município de Idanha-a-Nova	799.309,00	679.412,65	FEDER
Total Município de Idanha-a-Nova			799.309,00	679.412,65	
Penamacor Smart Rural	3.3	Município de Penamacor	1.062.609,99	903.218,49	FEDER
Total Município de Penamacor			1.062.609,99	903.218,49	
Pré-qualificação da operação de Acolhimento Empresarial do concelho de Proença-a-Nova	3.3	Município de Proença-a-Nova	1.465.487,29	1.245.664,20	FEDER
Total Município de Proença-a-Nova			1.465.487,29	1.245.664,20	
Total Beira Baixa (NUTS III)			4.456.784,37	3.788.266,71	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEI – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Em síntese, no Eixo “Crescimento Inteligente”/” Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente”, tendo por base os dados analisados e os contributos recolhidos junto de entidades

estratégicas, municípios e Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, importa sistematizar alguns aspetos críticos a ter em consideração para a implementação da EIDT Beira Baixa e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentado do território em matérias de competitividade:

- : Inexistência de apoios adequados/à medida das necessidades e características da sub-região, com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego.
- : Atraso na abertura de avisos que permitam às entidades da região candidatar e articular complementaridades entre ações, uma realidade que compromete o alcance das metas definidas para a valorização e desenvolvimento da sub-região (a título de exemplo destacam-se os avisos do SIZÉ, apenas abertos em 2017).
- : Demora na análise das candidaturas, chegando a contabilizar, nalguns casos, mais de um ano e meio para conhecimento da sua aprovação. Esta demora do processo condiciona o início das operações, a sua correta implementação e o alcance e/ou maximização de resultados. Destaca-se o caso específico do SIZÉ cujo processo de análise é realizado pelos organismos intermédios (CIM e GAL) mas que segue para a AG do Centro 2020, num processo indicado como excessivamente burocrático, complexo e moroso, que põe em causa investimentos no território, dada a sua disfuncionalidade e pouca compreensão da realidade do tecido empresarial deste território de baixa densidade.
- : Inexistência de um sistema integrado de monitorização sub-regional de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas localizadas na Beira Baixa, que permita à CIMBB ir acompanhando e avaliando os progressos feitos a nível territorial, inferindo assim o grau de concretização da EIDT.
- : Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, com sobreposições de atuações, nomeadamente no âmbito da promoção da Beira Baixa, da marca e dos seus setores estratégicos, num contexto que se torna muito penalizador para o posicionamento competitivo da Beira Baixa e para a sua projeção internacional.
- : Desadequação dos requisitos de candidatura dos avisos de apoio à atividade económica e florestal às características da Beira Baixa. A título de exemplo foram identificadas pelas diversas entidades estratégicas as seguintes desadequações:
 - o Ao nível da floresta, o Portugal 2020 está “formatado” para apoiar estruturas organizadas o que, apesar de poder fazer sentido, pode condicionar o acesso aos apoios por parte de outras entidades. O facto é que ainda não existem estruturas organizadas e é necessário um trabalho permanente no território que pode levar anos a ter resultados e que não pode ser impeditivo de existirem apoios para a região ou colocar a Beira Baixa numa posição de desvantagem face a outros

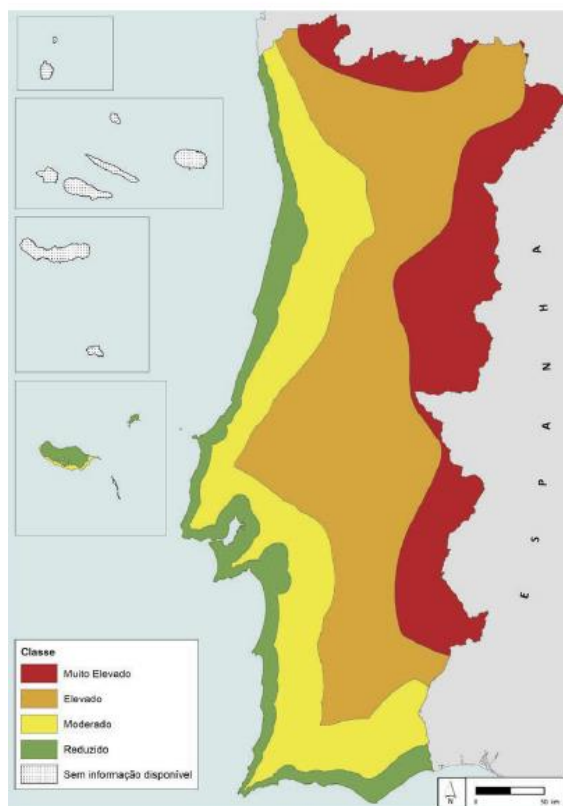
- territórios com características diferentes (ressalva-se o facto de estarmos perante um território fragmentado de minifúndio).
- Ao nível dos apoios ao emprego, os existentes não têm vindo a dar resposta aos territórios de baixa densidade que têm de ser discriminados positivamente, sendo que estas medidas devem ser assumidas como políticas de combate à desertificação e esvaziamento demográfico.
 - Ao nível do apoio às empresas e setores económicos seria essencial adaptar os apoios aos setores de atividade, uma vez que existem na Beira Baixa dificuldades em competir com outras regiões, nomeadamente ao nível de escalas de empresas e setores estratégicos, o que pode levar a cenários de recorrente impossibilidade de acesso a fundos por parte das empresas.
- : Gravosos atrasos registados nos reembolsos dos projetos aprovados e apoiados, contexto que está a penalizar o dia-a-dia das empresas da Beira Baixa.
 - : Os apoios à I&D devem também ser analisados no sentido de poderem dar resposta às especificidades das regiões de baixa densidade, algo que não se verifica atualmente. A título de exemplo a aposta do Estado na I&D em áreas de especialização do território, a descentralização de serviços especializados que abordem o território como “laboratório” de experimentação e teste de tecnologias, processos e produtos inovadores, que respondam aos desafios identificados. Também, os apoios à I&D para o ensino superior e para as empresas, deve ser analisado, no sentido de responder às necessidades sub-regionais e estimular a aposta nestas atividades no território da Beira Baixa.
 - : Escassez de mão-de-obra, com impactos diretos na capacidade de atração de empresas.
 - : Necessidade de apostar em medidas de apoio à atração e fixação de estudantes do ensino superior e de RH qualificados para o território, medidas estas que se devem refletir numa atuação concertada, multinível e multi-entidades, de apoio ao alojamento, às empresas para integração de quadros técnicos qualificados e para a valorização de cadeias de valor que permitam um melhor posicionamento de mercado e de apoios ao empreendedorismo, entre outros.
 - : Necessidade de apostar num contexto favorável e capaz de dar resposta à crescente procura da região por parte de investidores estrangeiros, nomeadamente do Brasil, Estados Unidos da América, Turquia e Israel, que pretendem investir no setor agroalimentar mudando o paradigma de exploração do território nestes domínios. Para tal é essencial a criação de condições favoráveis, com a aposta na qualificação de recurso humanos especializados, na produção de conhecimento e I&D que possa ser valorizado como fator distintivo e de suporte à captação de IDE e nas condições base, nomeadamente no que se refere no acesso à água (regadios).

3.5 Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos

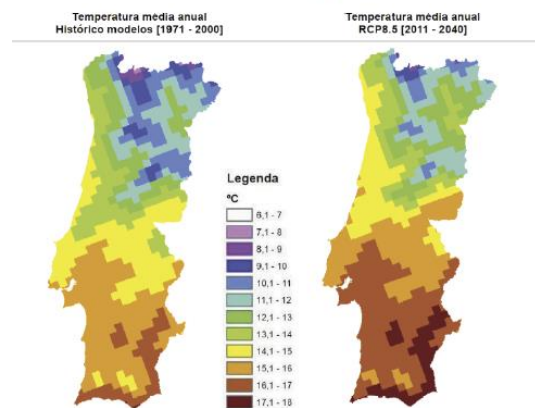
O presente Eixo corresponde a Eixo “Crescimento Sustentável” trabalhado no quadro de construção da EIDT Beira Baixa 2020 e está focado em temáticas ligadas às alterações climáticas e à energia, com a definição de metas nacionais e regionais de (i) redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa em relação aos níveis de 1990; (ii) aumento para 20% de energia proveniente de fontes renováveis; e (iii) aumento da eficiência energética em 20%. Na EIDT Beira Baixa 2020 foram também estabelecidas metas sub-regionais que partiram da análise de contexto 2013/2014 e sustentaram no percurso de melhoria pretendido para a sub-região.

Neste contexto estratégico é importante salientar que apesar de não ter um contributo expressivo para as emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), a Beira Baixa é uma região amplamente vulnerável de acordo com os estudos relativos ao aumento projetado de exposição a perigos múltiplos relacionados com o clima²⁰, nomeadamente com as ondas de calor.

Carta de perigosidade de ondas de calor



Alteração da temperatura



Alteração dos padrões de precipitação

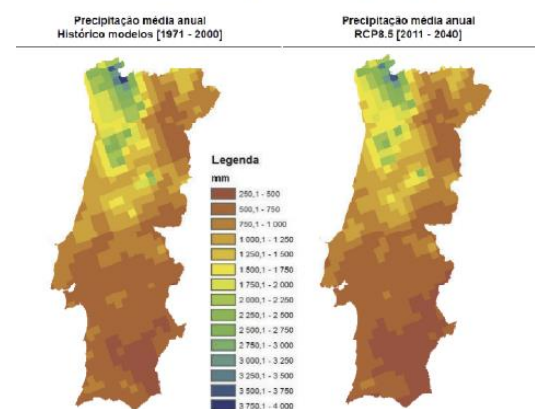


Figura 10. Aumento projetado de exposição a perigos múltiplos relacionados com o clima, 2030

Fonte: IPMA 2018 e portal do clima 2017, integrado no [PNPOT](#)

²⁰ Ver [PNPOT](#)

Verifica-se assim uma lacuna ao nível da abordagem de políticas e apoios que valorizem as especificidades deste tipo de territórios, não lhes aplicando as abordagens desenhadas para territórios urbanos com problemas amplamente conhecidos no domínio da mobilidade urbana e emissões de GEE.

Passando a uma análise sintética de alguns indicadores, nomeadamente dos consumos energéticos, e avaliando possíveis mudanças de contexto face ao exercício de 2013/2014, verifica-se que em 2017 o consumo de energia na sub-região foi de 512.211.310 kWh (4,1% do total de consumo na NUTS II Centro). Nesse ano, foi a indústria a principal responsável por este dado, com uma expressão de 41,4% do total, seguida do setor não-doméstico²¹ (27,4%) e do doméstico. Importa neste ano destacar dois concelhos: o concelho de Vila Velha de Ródão e o de Oleiros, que registaram o consumo industrial mais significativo da Beira Baixa (65,9% e 59,4%, respetivamente).

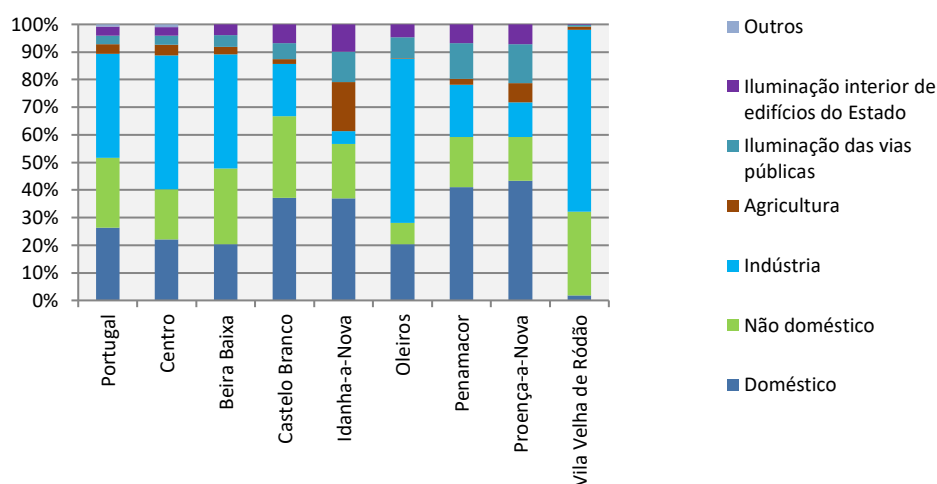


Figura 11. Proporção do consumo de energia elétrica (%) por tipo de consumo

Fonte: INE, GEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2017

Em comparação com o cenário verificado em 2014, registou-se um acréscimo global do consumo de 10,1% (46.835.308 kWh), valor superior aos acréscimos registados na região Centro (4,0%, 471.126.482 kWh) e a nível nacional (3,2%, 1.472.910.806 kWh).

Este aumento de consumo energético assenta, sobretudo, no aumento muito significativo registado nos setores não-doméstico (53,9%) e agrícola (18,2%). Importa igualmente assinalar o aumento de consumo energético observado no setor agrícola nos concelhos de Proença-a-Nova e de Vila Velha de Ródão, de respetivamente 677,8% e 300,0%, para o período 2014-2017, assim como no peso expressivo que a iluminação interior de edifícios públicos e vias tem em alguns concelhos (Tabela 24).

Tabela 24. Proporção do consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo, entre 2014 e 2017

²¹ Clientes não domésticos incluem o comércio e serviços

Ano	Unidade Territorial	Total	Doméstico	Não-doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Iluminação interior	Outros
2014	Portugal	46.145.477.857	11.907.719.427	12.112.818.588	17.291.360.653	824.562.570	1.477.934.192	2.233.916.671	297.165.756
	Centro	11.888.076.056	2.568.814.455	2.214.078.963	5.902.375.389	219.485.365	411.113.156	493.839.125	78.369.603
	Beira Baixa	465.376.002	98.343.967	82.767.081	230.766.977	10.068.156	23.065.516	20.360.543	3.762
	Castelo Branco	184.745.122	65.440.665	59.275.322	33.306.213	3.108.128	11.249.471	12.364.148	1.175
	Idanha-a-Nova	31.575.740	10.465.925	8.100.845	1.891.792	5.692.384	3.462.914	1.961.880	0
	Oleiros	26.337.249	4.599.450	3.307.745	15.023.568	58.130	2.131.176	1.217.180	0
	Penamacor	14.714.738	5.362.051	4.260.904	2.002.520	405.440	1.911.376	771.661	786
	Proença-a-Nova	18.917.836	8.499.182	4.654.468	1.627.677	169.239	2.858.557	1.106.912	1.801
	Vila Velha de Ródão	189.085.317	3.976.694	3.167.797	176.915.207	634.835	1.452.022	2.938.762	0
2017	Portugal	47.618.388.663	12.562.138.813	12.032.043.100	17.906.713.219	1.695.304.091	1.465.936.392	1.613.938.149	342.314.899
	Centro	12.359.202.538	2.720.359.680	2.260.140.666	5.997.181.088	467.249.375	405.228.727	388.766.333	120.276.669
	Beira Baixa	512.211.310	104.611.507	140.132.446	212.199.321	13.274.157	22.132.866	19.861.013	0
	Castelo Branco	184.516.396	68.545.938	54.701.305	35.003.053	3.042.130	10.775.844	12.448.126	0
	Idanha-a-Nova	31.208.176	11.545.406	6.134.056	1.454.731	5.523.583	3.472.777	3.077.623	0
	Oleiros	26.292.247	5.343.562	2.057.736	15.625.717	36.098	1.981.680	1.247.454	0
	Penamacor	14.892.014	6.115.451	2.694.171	2.811.825	323.971	1.948.302	998.294	0
	Proença-a-Nova	20.290.015	8.779.032	3.244.290	2.542.471	1.419.888	2.853.527	1.450.807	0
	Vila Velha de Ródão	235.012.462	4.282.118	71.300.888	154.761.524	2.928.487	1.100.736	638.709	0

Fonte: INE, GEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2014 e 2017

No domínio da eficiência energética, foram efetivamente mobilizados fundos do PO regional, contudo com uma expressão financeira ténue face às reais necessidades e extensão do território intermunicipal. No âmbito do presente Portugal 2020, mais especificamente do PO Regional, foram abrindo avisos para a eficiência energética nos edifícios e iluminação pública (PI integrada no ITI da Beira Baixa), habitação social e IPSS. No primeiro caso, mais especificamente na iluminação pública, os apoios não foram disponibilizados a fundo perdido. Em termos de eficiência energética, a informação recolhida, mostra que terá sido essencialmente através destes apoios que está a ser implementada a EIDT, não se tendo identificado a implementação de iniciativas piloto ou de outras que estavam identificadas como preponderantes, nomeadamente no domínio da proteção civil e prevenção de riscos naturais e tecnológicos.

Ainda no domínio da energia, embora não existam dados atualizados respeitantes à quota de produção bruta de energia elétrica, por tipologia, importa salientar a relevância que a produção de energia eólica assume na sub-região da Beira Baixa, onde se pôde observar uma tendência de crescimento entre 2011 e 2013 (cerca de 4,5%) (Figura 12).

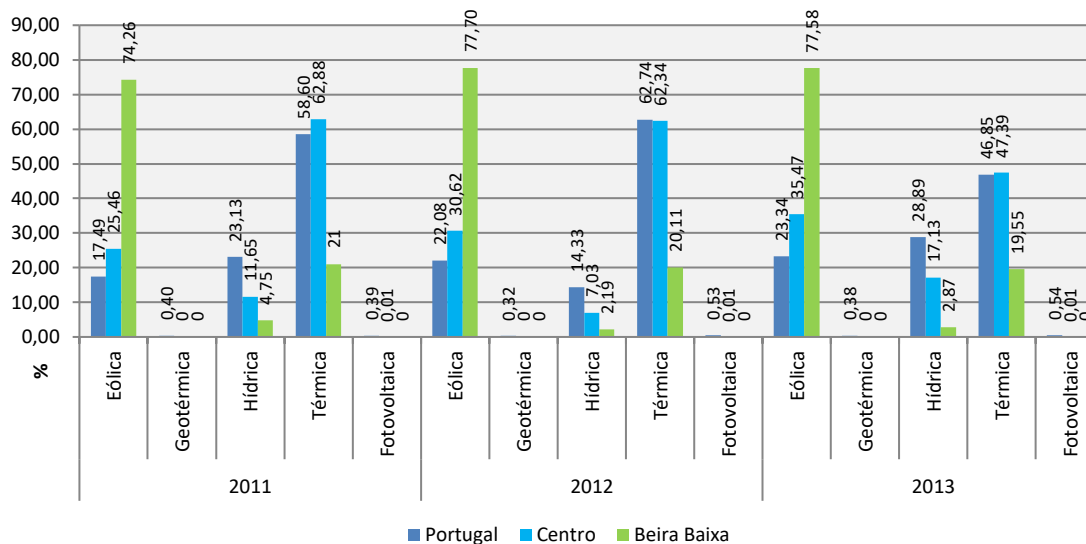


Figura 12. Evolução da quota da produção da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2011, 2012 e 2013

No respeitante às emissões de GEE, a nível europeu foi definida como meta a diminuição de 20% das emissões de GEE até 2020 e de 40% até 2030, tendo como referência valores de 1990. Portugal, com o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030²² estabeleceu como objetivos, em relação aos níveis de 2005, assegurar uma trajetória de redução das emissões nacionais de GEE, de forma a alcançar metas de diminuição entre 18% e 23% em 2020 e entre 30% a 40% em 2030, almejando a neutralidade carbónica em 2050.

Analisando as emissões atmosféricas relativas aos anos de 2015 e 2017²³ no território da Beira Baixa, por poluente, verifica-se que genericamente, as alterações que ocorreram entre os dois anos se devem maioritariamente aos incêndios florestais de 2017, sendo de destacar o seguinte:

- : O concelho de Vila Velha de Ródão apresenta valores superiores de emissão de dióxido de enxofre (SO₂), dióxido de azoto (NO₂), partículas com diâmetro inferior a 2.5 µm (PM_{2.5}), amoníaco (NH₃), dióxido de carbono (CO₂), os quais provêm principalmente de fontes pontuais da indústria;
- : O concelho de Oleiros, em virtude dos incêndios florestais ocorridos em 2017, apresenta, nesse ano, uma subida de emissões de SO₂, COVNM, PM_{2.5}, NH₃, CO₂ e CH₄;

²² dre.pt/application/conteudo/69905665

²³ Ver Agência Portuguesa do Ambiente, Emissões de poluentes atmosféricos por concelho 2015 e 2017, 2019

- : Os concelhos de Idanha-a-Nova e de Vila Velha de Ródão apresentam valores ligeiramente superiores de emissões de óxido nitroso (N_2O), sendo este poluente proveniente principalmente da atividade agrícola;
- : O concelho de Castelo Branco apresenta valores ligeiramente superiores de emissões de CH_4 , devido à maior produção de resíduos deste concelho, associada à sua maior densidade populacional.

No que se refere ao setor dos transportes as emissões neste território não são expressivas (ver Figura 13), sendo, contudo, de averiguar a possibilidade de analisar medidas de apoio que valorizem territórios não poluentes que contribuem para a balança global de emissões de Portugal, adaptando ou criando novas medidas especificamente para sub-regiões como a Beira Baixa.

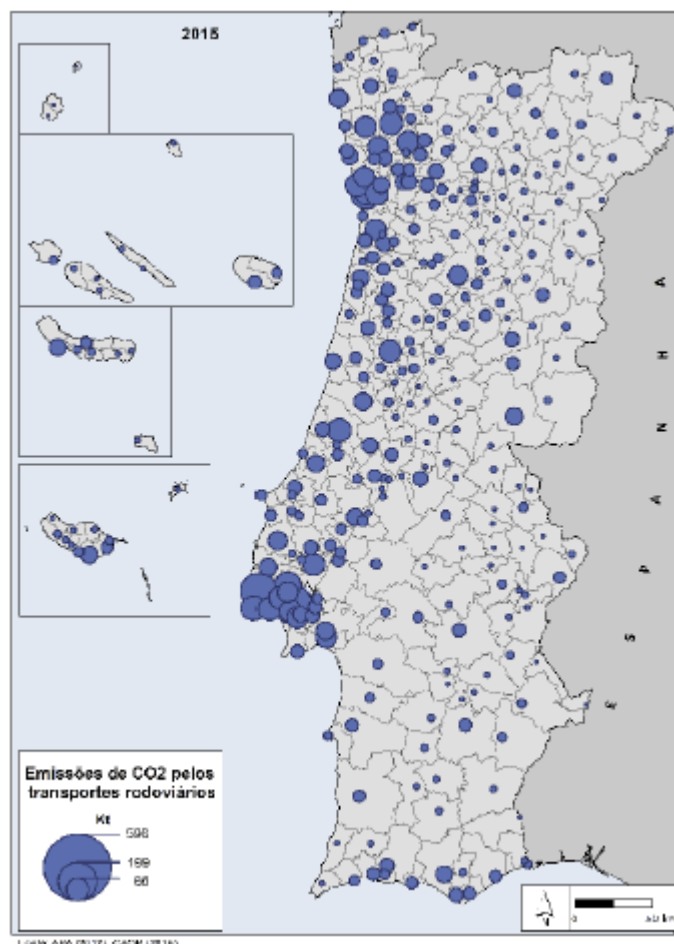


Figura 13. Emissões de CO_2 pelos transportes rodoviários, por concelho (2015)

Fonte: APA (2017), integrado no [PNPOT](#)

No que concerne a infraestruturas básicas, os municípios têm procurado dar resposta às necessidades dos munícipes, por via da melhoria das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais visando a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável do território. A análise da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais, entre 2014 e 2017 (Tabela 25), é sustentada em dados do INE reportados pelas entidades

competentes, tendo, contudo, sido referido pelos municípios que estes dados não correspondem à realidade.

Tabela 25. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais

Unidade Territorial	Alojamentos servidos por abastecimento de água (%)				Alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
Portugal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Centro	97	98	98	98	75	77	78	79
Beira Baixa	98	98	99	99	81	82	83	83
Castelo Branco	99	99	99	99	87	n.d.	88	88
Idanha-a-Nova	n.d.	93	96	n.d.	n.d.	92	n.d.	n.d.
Oleiros	97	97	98	98	51	51	51	51
Penamacor	95	98	98	98	92	94	94	94
Proença-a-Nova	100	100	100	100	46	48	48	48
Vila Velha de Ródão	98	98	100	100	92	n.d.	92	92

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2014-2017

Neste domínio infraestrutural salientam-se as características deste território de baixa densidade que impossibilita uma cobertura total, dadas as características de ocupação dispersa e o elevado número de pequenas povoações assentes numa topografia acidentada que impossibilita soluções padronizadas para contextos urbanos. Este foi um aspeto identificado pela administração local, mantendo-se a premência de intervenção e de adequada resposta às populações.

Em termos de gestão de recursos naturais estratégicos, quer ao nível da preservação como da valorização turística, destacam-se as atividades e projetos alavancados pela **Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa** no âmbito das suas recentes competências e em projetos integrados, pela existência do **Geoparque Naturtejo** (abrange todo o território da sub-região) que tem sido a âncora para intervenções/atividades relacionadas com a valorização do património natural (PI 6.3 do ITI), projetos de cooperação transfronteiriça (Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo Internacional), projetos de valorização do interior (apoiados pelo Programa Valorizar do Turismo de Portugal), projetos de valorização económica de recursos endógenos (PROVERE Beira Baixa Terras de Excelência, PROVERE INature, PROVERE Termas de Portugal e ainda o PROVERE Aldeias Históricas de Portugal que apesar de incidir essencialmente em 12 núcleos históricos, tem também apostado na valorização do habitat natural, nomeadamente através de rotas que permitem o usufruto do território natural com ligação às aldeias), entre outros.

Ainda neste Eixo, encontra-se também a dimensão urbana que na Beira Baixa possui características singulares, contudo inequivocamente associadas a qualquer território do interior de Portugal. A rede urbana deste território é polarizada pela cidade de Castelo Branco, único núcleo da rede urbana nacional de nível superior, sendo constituída por um conjunto de aglomerados complementares com dinâmicas socioculturais e económicas e concentração de serviços públicos, as sedes de concelho, e

uma vasta rede de pequenas aglomerações rurais dispersas, com quantitativos populacionais cada vez menos expressivos, com graves problemas de desertificação e, conseqüentemente, de manutenção do edificado e das funções básicas de suporte à comunidade. Este é um cenário que acarreta gravosos riscos para as comunidades locais e para os recursos naturais, uma vez que as terras deixam de ser tratadas e os espaços ao abandono são mais suscetíveis de sofrerem grandes impactos de catástrofes como foram os incêndios florestais que devastaram parte da sub-região em 2017.

Apesar deste cenário menos positivo, nos últimos anos registam-se dinâmicas muito interessantes de captação de empresas que têm criado postos de trabalho qualificados na Beira Baixa; a título de exemplo destacam-se os concelhos de Proença-a-Nova e Castelo Branco, com empresas de base tecnológica com quase 100% da mão-de-obra altamente especializada. Ora estas dinâmicas, para serem efetivamente capitalizadas pelo território têm de ser acompanhadas da capacidade de acolhimento, com disponibilidade de habitação, serviços de suporte à qualidade de vida, o que, no caso da habitação tem sido efetivamente um problema que urge ser respondido com as devidas políticas públicas. Este dado de contexto foi referido pelos municípios, nomeadamente pelos dois supramencionados, que verificam aqui uma séria condicionante à capacidade de atração e retenção de população, nomeadamente de mão-de-obra qualificada. Face ao exposto procedeu-se à avaliação das políticas existentes e efetivamente, não existindo neste território dinâmicas imobiliárias que respondam a estes novos desafios, é essencial que a provisão destas necessidades possa ter apoios públicos nesta sub-região cruciais. No domínio da habitação, um dos mais críticos e que condiciona fortemente a capacidade de reter população e valor existem programas públicos, nomeadamente os disponibilizados pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), mas cujo formato não responde às necessidades supramencionadas. A título de exemplo, no âmbito do Programa 1.º Direito à Habitação não foi contemplado este fenómeno tão premente nos territórios do interior, tendo sido apenas incluídas as possibilidades de provisão de soluções habitacionais para situações de precariedade, insalubridade, inadequação e sobrelotação. Mais uma vez, **os instrumentos desenhados de forma generalista para o território nacional, nomeadamente para as principais áreas urbanas deixam de fora os territórios de baixa densidade e as suas necessidades específicas, o que neste caso passaria por criar a possibilidade de provisão de habitação para a retenção/atração de população que, apesar de poder enquadrar-se na definição de “carência financeira” do referido Programa, não se enquadrará certamente nas situações críticas elencadas.**

No mesmo contexto, as mudanças ao nível legislativo que entraram em vigor em 2019, apesar de facilitarem a intervenção da administração local nos processos de execução de obras de manutenção, reabilitação ou demolição de imóveis em mau estado de conservação, o que pode levar também a que os proprietários desbloqueiem estes espaços para venda ou arrendamento, no caso do [Decreto-Lei n.º 67/2019](#) indexa a possibilidade de intervenção e agravamento de IMI nos imóveis vagos às zonas de elevada pressão urbanística, negligenciando a problemática do abandono imobiliário e

consequências para a capacidade de atração e retenção de população nos territórios do interior, como a Beira Baixa.

Verifica-se uma importante mudança de contexto a nível sub-regional, alavancado pelo aumento da capacidade de atração de empresas e, conseqüentemente, de importação de mão de obra-qualificada, assim como a crescente capacidade de atração de estudantes para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, sendo o setor da habitação um domínio de atuação prioritário a integrar na EIDT revisitada.

Ainda no âmbito da rede urbana sub-regional, na EIDT Beira Baixa 2020 foi integrada a prioridade transversal “sustentabilidade urbana e rural”, materializada em grande medida no PA 5. Programa de revitalização integrada do sistema urbano regional. A prossecução deste PA é essencialmente responsabilidade dos seis municípios que constituem a NUTS III, sendo essencial a existência de apoios que se coadunem com as características do território e que não sejam moldados por uma Agenda Urbana essencialmente focada nos problemas das grandes cidades, deixando de fora os territórios de baixa densidade. Neste contexto destacam-se os apoios disponibilizados através do PO regional, por via da PI 6.5 (regeneração urbana); PI 4.5. (mobilidade urbana sustentável) e PI 9.8 (inclusão de comunidades desfavorecidas), sendo apenas mobilizados coletivamente no caso de Castelo Branco, com PEDU²⁴. Nos restantes concelhos, apenas foi mobilizada a PI 6.5, através dos PARU²⁵, concentrada nas sedes de concelho (Tabela 26 com os projetos aprovados até ao momento) e condicionada à dimensão populacional do aglomerado, negligenciando as necessidades da rede urbana de pequena dimensão da sub-região.

De ressaltar que no arranque do presente Quadro Comunitário, no âmbito do FEADER, se perspetivou que a medida relativa à Renovação de Aldeias pudesse de alguma forma dar resposta às necessidades de intervenção da rede urbana deste território, contudo a expressão financeira destes apoios foi quase nula face às necessidades existentes.

²⁴ Aviso para concurso de candidaturas dos Planos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Aviso EIDT-99-2015-03

²⁵ Aviso para concurso de candidaturas dos Planos de Ação de Regeneração Urbana - Aviso N.º Centro-16-2016-03

Tabela 26. Projetos aprovados no âmbito dos PEDU/PARU na Beira Baixa

Município	Projetos aprovados no âmbito dos PEDU/PARU	P.I.	Investimento Elegível Aprovado (€)	Fundo total aprovado (€)
Castelo Branco	Adaptação do Antigo Edifício Industrial da SICOFATO par Centro de Criatividade	6.5	1 564 885,53 €	1 330 152,70 €
	Centro de Valorização do Bordado de Castelo Branco (Domus Municipalis)	6.5	416.765,72	354.250,86
	Eixo Pedonal Estruturante de Mobilidade Urbana	4.5	124.419,75	105.756,79
	Estruturação do Corredor Urbano Av. do Empresário - Área de Localização Empresarial, para transportes públicos e bicicletas	4.5	941 584,81 €	800 347,09 €
	Requalificação Urbana da Alameda do Cansado e da Rua Eng. Duarte Pacheco	6.5	771 115,20 €	655 447,92 €
	Instalação do Centro de Oportunidades Sociais do Moinho Velho	6.5	2 081 168,35 €	1 768 993,10 €
	Requalificação Urbana da Área Envolvente à Antiga Empresa Metalúrgica de Castelo Branco	6.5	1 111 123,50 €	944 454,96 €
	Quinta do Chinco - Hortas Sociais	9.8	832 785,03 €	707 867,28 €
Idanha-a-Nova	PARU 11. Qualificação e modernização do recinto da Feira Raiana	6.5	529.411,76	450.000,00
Oleiros	Qualificação de espaços públicos – Parque de Feiras e Mercados	6.5	293.938,00	249.847,30
	Qualificação de espaços públicos – Devesas Altas	6.5	448.909,98€	381.573,48€
Penamacor	Requalificação urbana do acesso ao cimo da vila	6.5	200.656,55	170,558,07
Proença-a-Nova	Requalificação da Avenida do Colégio	6.5	149 534,47 €	127 104,30 €
	Requalificação do Largo da Devesa em Proença-a-Nova	6.5	305 394,38 €	259 585,22 €
	Requalificação do Mercado Municipal e Requalificação da área envolvente (Praceta Frei Rodrigo Egídio)	6.5	499 301,73 €	424 406,47 €
Vila Velha de Ródão	Sem projetos aprovados.			

Fonte: CENTRO2020 (www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados)

Face ao exposto é possível concluir que se encontram em implementação a EIDT e os PA 5 e 3, nomeadamente algumas das medidas relativas à gestão e valorização do património natural e cultural numa lógica de sustentabilidade do território, de preservação da sua identidade e de promoção do setor turístico e à otimização (incluindo a energética) e a sustentabilidade de infraestruturas e equipamentos.

Através do ITI está a ser possível garantir o apoio financeiro a projetos no domínio da eficiência energética e património, assim como na defesa do reforço da floresta contra incêndios (ver Tabela 27), juntando-se a estes, os relativos ao desenvolvimento urbano sustentável apresentados na Tabela 26, acrescidos de outros apoios no âmbito da dinamização cultural e valorização dos recursos endógenos apoiados pelo Centro 2020 (Tabela 28) e no âmbito da valorização do turismo, apoiados pelo Programa Valorizar do Turismo de Portugal (Tabela 29).

Tabela 27. Projetos e valores de apoios inscritos no PDCT

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEI
Regadios Tradicionais	03.M4	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	198.900,00	239.496,36	FEDER
Segurança de Barragens	03.M4	DRAPC	215.050,00	174.943,41	FEDER
Total PI 03.M4			413.950,00	414.439,77	
Eficiência energética dos edifícios públicos de Castelo Branco	04.03	Município de Castelo Branco	0,00	n.a.	FEDER
Iluminação pública do concelho de Castelo Branco	04.03	Município de Castelo Branco	0,00	n.a.	FEDER
Total Município de Castelo Branco			0,00	n.a.	
Conversão de rede de iluminação pública	04.03	Município de Idanha-a-Nova	0,00	n.a.	FEDER
Implementação de medidas de eficiência energética em edifícios municipais	04.03	Município de Idanha-a-Nova	681.646,00		FEDER
Total Município de Idanha-a-Nova			681.646,00		
Eficiência Energética das Piscinas Municipais de Oleiros	04.03	Município de Oleiros	255.000,00		FEDER
Iluminação Pública Oleiros, Estreito e Orvalho	04.03	Município de Oleiros	0,00	n.a.	FEDER
Total Município de Oleiros			255.000,00		
Eficiência energética dos Edifícios públicos de Penamacor	04.03	Município de Penamacor	205.000,00		FEDER
Iluminação Pública de Penamacor	04.03	Município de Penamacor	0,00	n.a.	FEDER
Total Município de Penamacor			205.000,00		
Iluminação Pública de Proença-a-Nova	04.03	Município de Proença-a-Nova	0,00		FEDER
Intervenção para a eficiência energética na Piscina Municipal de Proença-a-Nova	04.03	Município de Proença-a-Nova	469.702,00		FEDER
Total Município de Proença-a-Nova			469.702,00		
Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa na Rua da Estrada (EN18)	04.03	Município de Vila Velha de Ródão	0,00	n.a.	FEDER
Iluminação Decorativa do Campo de Freiras de Vila Velha de Ródão	04.03	Município de Vila Velha de Ródão	63.750,00		FEDER
Total Município de Vila Velha de Ródão			63.750,00		
Total PI 04.03			1.611.348,00		
Reforço da instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios	05.02	CIMBB	255.000,00		FC
Total CIMBB			255.000,00		
Total PI 05.02			255.000,00		
Intervenção na Sé Catedral de Castelo Branco	06.03	Município de Castelo Branco	500.000,00	425 000,00	FEDER
Complexo do Paço Episcopal de Castelo Branco, incluindo projeto de Escola de Cantaria para replicação da Estatuária e Recuperação do Sistema Hidráulico (MN)	06.03	Município de Castelo Branco	285.635,00		FEDER
Valorização do Património Natural de Castelo Branco	06.03	Município de Castelo Branco	1.143.537,00		FEDER
Total Município de Castelo Branco			1.929.172,00		FEDER
Conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha (MN)	06.03	Município de Idanha-a-Nova	170.000,00		FEDER
Castelo e muralhas de Monsanto (MN)	06.03	Município de Idanha-a-Nova	340.000,00		FEDER
Património Natural IDN	06.03	Município de Idanha-a-Nova	250.000,00		FEDER
Total Município de Idanha-a-Nova			760.000,00		
Valorização do Património Natural da Ribeira de Oleiros	06.03	Município de Oleiros	230.000,00		FEDER
Total Município de Oleiros			230.000,00		FEDER
Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor	06.03	Município de Penamacor	369.238,08	313 852,37	FEDER

Património Natural Penamacor	06.03	Município de Penamacor	320.000,00		FEDER
Total Município de Penamacor			689.238,08		
Centro de Interpretação de Arte Rupestre	06.03	Município de Vila Velha de Ródão	192.915,17		FEDER
Total Município de Vila Velha de Ródão			192.915,17		FEDER
Património Natural na Beira Baixa	06.03	CIMBB	100.002,00		FEDER
Total CIMBB			100.002,00		FEDER
Total PI 06.03			3.901.327,25		
Total Beira Baixa (NUTS III)			6.181.625,25		

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEL – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu; n.a. – não aplicável

Fontes: **Erro! A referência da hiperligação não é válida.** e www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Tabela 28. Projetos aprovados para o território no âmbito do Centro 2020

Nome da Operação	P.I.	Nome do Beneficiário	Investimento elegível/Dotação Fundo (€)	Fundo total aprovado (€)	FEEL
Intervenção para a Eficiência Energética no Bairro Ex-Car	4.3	Município de Castelo Branco	298.016,72	253.314,21	FEDER
Intervenção para a Eficiência Energética no Bairro de S. Tiago	4.3	Município de Castelo Branco	895.982,39	761.585,03	FEDER
Total Município de Castelo Branco			1.193.999,11	1.014.899,24	
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Beira Baixa	4.5	CIMBB	70.233,00	59.698,05	FEDER
Total CIMBB			70.233,00	59.698,05	
Beira Baixa Cultural	6.3	CIMBB	631.144,49	378.686,69	FEDER
Beira Baixa: 3 Dias. 3 Experiências	6.3	CIMBB	705.603,00	599.762,55	FEDER
Total CIMBB			1.336.747,49	978.449,24	
5 Municípios. 5 Culturas. 5 Sentidos.	6.3	Município de Idanha-a-Nova	523.321,09	313.992,66	FEDER
Total Município de Idanha-a-Nova			523.321,09	313.992,66	
Beira Baixa: Terras de Excelência - Dinamização, Coordenação e Acompanhamento	8.9	CIMBB	104.564,71	88.880,00	FEDER
Beira Baixa Terras de Excelência - Comunicação, Animação e Inovação	8.9	CIMBB	836.611,76	711.120,00	FEDER
Total CIMBB			941.176,5	800.000,00	

Legenda: P.I. – Prioridade de Investimento; FEEL – Fundos Estruturais e de Investimento Europeu

Fontes: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados

Tabela 29. Projetos aprovados na Beira Baixa, até agosto 2018, no âmbito do Programa Valorizar

Município	Linha de Apoio	Investimento Total	Investimento Elegível	Incentivo Total	% de apoio
Castelo Branco	Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi	49.917,00 €	49.917,00 €	44.925,30 €	90%
Total Município de Castelo Branco		49.917,00 €	49.917,00 €	44.925,30 €	
Idanha-a-Nova	Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior	438.320,35 €	438.320,35 €	394.488,31 €	90%
Total Município de Idanha-a-Nova		438.320,35 €	438.320,35 €	394.488,31 €	
Oleiros	Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi	68.124,03 €	68.124,03 €	50.000,00 €	73%
Total Município de Oleiros		68.124,03 €	68.124,03 €	50.000,00 €	
Penamacor	Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi	118.549,61 €	118.549,61 €	50.000,00 €	42%
	Linha de Apoio à Sustentabilidade	258.913,77 €	258.913,77 €	207.131,01 €	80%
	Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior	305.498,71 €	305.498,71 €	274.948,84 €	90%
Total Município de Penamacor		682.962,09 €	682.962,09 €	532.079,85 €	
Proença-a-Nova	Sem informação disponível.				
Total Município de Proença-a-Nova		Sem informação disponível.			
Vila Velha de Ródão	Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi	50.000,00 €	50.000,00 €	45.000,00 €	90%
Total Município de Vila Velha de Ródão		50.000,00 €	50.000,00 €	45.000,00 €	
Total Municípios Beira Baixa		1.289.323,47 €	1.289.323,47 €	1.066.493,46 €	

Fonte: Turismo de Portugal (business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/projetos-apoiados/candidaturas-aprovadas-desde-2016-valorizar-ago-2018.pdf)

Em síntese, no Eixo “Crescimento sustentável” / “Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos”, tendo por base os dados analisados e os contributos recolhidos junto de entidades estratégicas, municípios e Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, importa sistematizar alguns aspetos críticos a ter em consideração para a implementação e revisitação da EIDT Beira Baixa e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentado do território:

- : Inexistência de apoios adequados/à medida das necessidades e características da Beira Baixa, com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego, com destaque para:
 - o Apoios à reabilitação e regeneração urbana desajustados da realidade territorial da Beira Baixa e demais territórios do interior e com escassa dotação financeira.
 - o Apoios à renovação de aldeias sem a necessária expressão/dotação financeira para fazer face às necessidades e realidade territorial da Beira Baixa e demais territórios do interior.
 - o Apoios à habitação/soluções habitacionais sem integração de algumas das dimensões essenciais para fazer face a necessidades do território da Beira Baixa e poder responder aos desafios colocados por dinâmicas recentes de atração de empresas que podem fazer a diferença na sub-região.
 - o Apoios para infraestruturas e serviços públicos fundamentais à qualidade de vida desajustados para a realidade local, quer ao nível dos requisitos, critérios de análise

e dotação financeira, sendo premente a integração de modelos e requisitos distintos para os territórios de baixa densidade.

- Apoios à sustentabilidade urbana e combate às alterações climáticas, desenvolvidos de forma indiferenciada para o país, NUTSII, sem integrar a dimensão da baixa densidade e as necessidades distintas de apoios que complementam as necessidades das aglomerações urbanas, mas que não podem entrar em bases concorrenciais com estas pois os contextos são distintos. A título de exemplo as PI que têm em vista a redução de GEE, apesar de acessíveis à Beira Baixa, estão pensadas exclusivamente para os desafios das grandes aglomerações urbanas.
- : Abordagem às alterações climáticas e aos riscos deve estar presente em instrumentos, políticas e apoios específicos e desenhados com a comunidade da Beira Baixa (a mobilização dos municípios e CIM é essencial, dado o seu conhecimento e experiência em domínios chave) e que sejam efetivamente capazes de alcançar resultados e minimizar riscos para as populações e recursos naturais.
- : Atraso na abertura de avisos que permitam às entidades da região candidatar e articular complementaridades entre ações, uma realidade que compromete o alcance das metas definidas para a valorização e desenvolvimento da sub-região, complementado pela impossibilidade de acesso à PI 6.3 na vertente do património natural até ao momento de revisão do PDCT, o que, numa região em que o património natural tem um peso tão expressivo, criou constrangimentos e exacerbou a discriminação negativa do interior em matéria de apoios comunitários adequados à sua realidade.
- : Demora na análise das candidaturas, chegando a contabilizar, nalguns casos, mais de um ano e meio para conhecimento da sua aprovação. Esta demora do processo condiciona o início das operações, a sua correta implementação e o alcance e/ou maximização de resultados.
- : Inexistência de um sistema integrado de monitorização sub-regional de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas localizadas na Beira Baixa, que permita à CIMBB ir acompanhando e avaliando os progressos feitos a nível territorial, inferindo assim o grau de concretização da EIDT.
- : Desadequação dos requisitos de candidatura dos avisos de apoio à floresta às características da Beira Baixa, a título de exemplo foi referido por várias entidades o facto de, ao nível da floresta, o Portugal 2020 estar “formatado” para apoiar estruturas organizadas o que condiciona o acesso aos apoios por parte de outras entidades e faz com que muitas vezes nem seja possível ao território valorizar as oportunidades uma vez que não existem ainda com expressão as tipologias de beneficiários identificados.
- : Desadequação da abordagem nacional aos domínios da floresta e valorização dos territórios rurais, o cadastro mantém-se como uma das problemáticas mais graves e impeditiva de uma atuação efetiva no terreno, a par de medidas proativas de prevenção de riscos e catástrofes, apoio à florestação com espécies autóctones acessível a qualquer proprietário,

entre outras medidas que carecem de uma cuidada avaliação governamental, independentemente da existência de apoios da União Europeia. Refira-se o excelente trabalho realizado pelo Turismo de Portugal através do Programa Valorizar que poderia servir como modelo de atuação para o domínio da floresta e conservação da natureza.

- : Necessidade de apostar num contexto favorável e capaz de dar resposta à crescente procura da região por parte de investidores nacionais e estrangeiros, sendo essencial a criação de condições favoráveis, com a aposta na habitação, qualidade de serviços públicos, qualificação de recurso humanos especializados, produção de conhecimento e I&D.

3.6 Novo quadro de competências descentralizadas

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto²⁶ estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. O novo quadro de competências incorpora os seguintes domínios/áreas de atuação: praias marítimas, fluviais e lacustres, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, vias de comunicação, justiça, associações de bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, património imobiliário público sem utilização, estacionamento público, cultura, educação, transportes em vias navegáveis interiores, áreas portuárias, áreas protegidas e saúde. Cada uma das áreas de atuação alvo de descentralização é tratada em Decretos-Lei (DL) específicos que detalham e concretizam a referida transferência.

Este processo de transferência de atribuições e competências, conforme expresso na Lei (artigo 2º) rege-se pelos seguintes princípios e garantias:

- : A transferência efetua-se para a autarquia local ou Comunidade Intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa;
- : A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais;
- : A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos;
- : A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público;
- : A eficiência e eficácia da gestão pública;
- : A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados;

²⁶ dre.pt/application/conteudo/116068877

: A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas.

De acordo com a referida Lei, e respetivos (DL), até ao dia 1 de janeiro de 2021, data em que as competências serão transferidas na íntegra para as entidades municipais e intermunicipais, este processo pode ser feito de forma gradual (ponto 2 do artigo 3º da Lei n.º 50/2018). De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), os municípios da Beira Baixa assumiram algumas competências já em 2019 e deliberarem sobre a aceitação de outras a partir de 2020, conforme se mostra na Tabela 30.

Tabela 30. Competências assumidas pelas autarquias em 2019 e 2020, ao abrigo da Lei n.º 50/2018

Competências	Castelo Branco	Idanha-a-Nova	Oleiros	Penamacor	Proença-a-Nova	Vila Velha de Ródão
Praias marítimas, fluviais e lacustres (DL n.º 97/2018 de 27/11/2018)	●	●	●	●	●	⊖
Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar (DL n.º 98/2018, de 27/11)	●	●	●	●	●	⊖
Vias de comunicação (DL n.º 100/2018, de 28/11)		●				
Justiça (DL n.º 101/2018, de 29/11)		●			⊖	⊖
Associações de bombeiros (DL n.º 103/2018, de 29/11)		●				⊖
Estruturas de Atendimento ao Cidadão (DL n.º 104/2018, de 29/11)	●	●	●	●	●	⊖
Habitação (DL n.º 105/2018, de 29/11)	●	●	●	●	●	⊖
Património imobiliário público sem utilização (DL n.º 106/2018, de 29/11)	●	●	●	●	●	⊖
Estacionamento público (DL n.º 107/2018, de 29/11)	●	●	●			
Cultura (DL n.º 22/2019, de 30/01)	●	●		●	●	⊖
Educação (DL n.º 21/2019, de 30/01)	⊖	●			●	
Transportes em vias navegáveis interiores (DL n.º 58/2019, de 30/04)		●	●		●	
Áreas portuárias (DL n.º 72/2019, de 28/05)		●	●		●	
Áreas Protegidas (DL n.º 116/2019 de 21/08)	⊖	⊖	⊖	⊖		⊖
Saúde (DL n.º 23/2019, de 30/01)		●				

Legenda: ● 2019; ⊖ 2020

Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais, outubro de 2019

De igual modo, na Tabela 31, apresenta-se a listagem das Freguesias que, de acordo com a informação prestada à DGAL, assumem as competências transferidas ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 104/2018 (estruturas de atendimento ao cidadão) e n.º 57/2019 (competências dos municípios para os órgãos das freguesias).

Tabela 31. Competências assumidas pelas freguesias em 2019, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro e n.º 57/2019, de 30 de abril

Competências	Estruturas de Atendimento ao Cidadão DL n.º 104/2018, de 29/11/2018	Competências dos municípios para os órgãos das freguesias DL n.º 57/2019, de 30/04
Concelho de Castelo Branco		
Freguesia de Alcains	x	
Freguesia de Almaceda	x	x
Freguesia de Cebolais de Cima e Retaxo	x	
Freguesia de Escalos de Baixo e Mata	x	
Freguesia de Escalos de Cima e Lousa	x	x
Freguesia de Freixial e Juncal do Campo	x	
Freguesia de Lardosa	x	x
Freguesia de Louriçal do Campo	x	
Freguesia de Malpica do Tejo	x	
Freguesia de Ninho do Açor e Sobral do Campo	x	
Freguesia de Salgueiro do Campo	x	x
Freguesia de Santo André das Tojeiras	x	
Freguesia de Sarzedas	x	
Freguesia de Tinalhas	x	
Concelho de Idanha-a-Nova		
Freguesia de Aldeia de Santa Margarida	x	
Freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes	x	
Freguesia de Medelim	x	
Freguesia de Monsanto e Idanha-a-Velha	x	
Freguesia de Oledo	x	
Freguesia de Rosmanihal	x	x
Freguesia de São Miguel de Acha	x	
Freguesia de Toulões	x	
Freguesia de Zebreira e Segura	x	
Concelho de Oleiros		
Freguesia de Oleiros-Amieira	x	
Concelho de Proença-a-Nova		
Freguesia de Montes da Senhora		x
Freguesia de Proença-a-Nova e Peral	x	

Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais, outubro de 2019

Apesar de já terem sido publicados os decretos-lei que concretizam as transferências de atribuições e competências nos diversos domínios estabelecidos na Lei nº 50/2018, atualmente, tendo por base a informação reportada aquando das sessões de trabalho/auscultação à Comunidade Intermunicipal e autarquias locais, verificam-se constrangimentos que estão a afetar a correta implementação do processo, destacando-se a escassez de informação e orientações disponíveis por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado, designadamente informação respeitante aos recursos disponíveis e à gestão dos processos de transferência, assegurando questões práticas como a gestão de informação disponível e transposição da mesma para sistemas municipais.

As áreas previstas na Lei nº 50/2018, correspondem a muitas das que foram inclusive já assumidas pela administração local no presente quadro comunitário, tendo sido as autarquias responsáveis pela gestão de fundos comunitários que, apesar de localizados nos seus territórios, foram alocados à modernização e qualificação de serviços do estado, nomeadamente a saúde, o património e as escolas. Neste sentido, a CIM e os seus municípios interpretam a transferência de competências e atribuições como a formalização de um quadro que já vinha sendo construído desde 2014, nomeadamente através do ITI.

Face ao exposto e ao que sucintamente se regista como competências e atribuições em processo de descentralização nas tabelas 32 a 47, é fundamental acautelar o seguinte:

- : Assegurar a **criação de condições técnicas e humanas** nas entidades da administração central e regional de cada uma das áreas em processo de descentralização para o fornecimento de informação e transferência da mesma;
- : Assegurar a articulação entre entidades intermunicipais e entidades setoriais que tutelam áreas de atuação em que a CIM passa a ter um papel estratégico, nomeadamente a captação de investimento, turismo, gestão de fundos/apoios comunitários, entre outras;
- : Assegurar os **recursos financeiros necessários** à adequada gestão de atribuições de competências uma vez que passa a ser responsabilidade do nível administrativo mais próximo do cidadão e com maior capacidade para verificar necessidades e que terá de dar resposta à comunidade;
- : Garantir que as atribuições definidas **não são apenas de gestão corrente de espaços**, devendo ser garantido aos municípios e comunidades intermunicipais um papel ativo na definição de políticas e nas decisões sobre os espaços indexados à presente mudança administrativa. A título de exemplo:
 - Nas **áreas protegidas**, as autarquias não podem ser passivas face às dinâmicas e atividades destas áreas;
 - Na **cultura**, essencialmente afeta à conservação e gestão de imóveis, é essencial garantir os recursos financeiros e técnicos cruciais à sua disponibilização ao público e à sua dinamização com atividades culturais;
 - Na **educação**, essencialmente competências e atribuições ligadas à gestão de equipamentos e provisão de serviços públicos de transporte e alimentação aos alunos, importa garantir as condições e os recursos para que as ações extracurriculares possam ser devidamente tidas em consideração pelos agrupamentos e para que seja possível continuar o trabalho conjunto de promoção do sucesso escolar;
 - Na **habitação**, à transferência de competências e atribuições deverá estar associada uma maior capacidade financeira de intervenção das autarquias na provisão de fogos para arrendamento, quer através de construção como da aquisição de imóveis existentes, para que possam efetivamente suprir necessidades e atuar na atração/retenção de população. Importa acautelar o exposto na “gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana”;
 - Na **gestão de património imobiliário público sem utilização**, aplicam-se preocupações similares às referidas atrás, é essencial que à gestão deste património esteja associado o apoio financeiro à sua refuncionalização de acordo com as necessidades do território da Beira Baixa, sendo essencial a provisão de condições para que tal aconteça;

- Na **saúde**, as atribuições também recaem essencialmente sobre conservação e gestão de espaços existentes, em modelos que muitas vezes não servem o território de baixa densidade. Torna-se assim essencial garantir uma progressiva adaptação de modelos de serviços públicos que se adequem às características do território.

Conclui-se da premência de avaliar cada uma das áreas das transferências de atribuições e competências à luz do contexto em que irão ocorrer, não caindo na generalização de abordagens e distribuição de apoios que não respondam aos desafios estratégicos e às necessidades de cada território e à capacidade institucional instalada.

Tabela 32. Síntese - transferência de competências relativa às “Praias marítimas, fluviais e lacustres”

O [Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11/2018](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. De acordo com o artigo 3.º é da competência dos órgãos municipais, no que se refere às praias (...):

- a) *Proceder à limpeza e à respetiva recolha de resíduos urbanos;*
- b) *Proceder à manutenção, conservação e gestão, designadamente, do seguinte:*
 - i) *Infraestruturas de saneamento básico;*
 - ii) *Abastecimento de água, de energia e comunicações de emergência;*
 - iii) *Equipamentos e apoios de praia, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 3;*
 - iv) *Equipamentos de apoio à circulação pedonal e rodoviária, incluindo estacionamentos, acessos e meios de atravessamento das águas que liguem margens de uma praia;*
- c) *Assegurar a atividade de assistência a banhistas em espaços balneares, garantindo a presença dos nadadores salvadores e a existência dos materiais, equipamentos e sinalética destinados à assistência a banhistas, de acordo com a definição técnica das condições de segurança, socorro e assistência determinada pelos órgãos da Autoridade Marítima Nacional.*

Nas praias que sejam objeto de concessão, licença ou autorização, as matérias referidas na alínea a), nas subalíneas iii) e iv) da alínea b), e na alínea c) do número anterior podem integrar o conjunto de obrigações a impor ao concessionário ou ao titular da licença ou autorização através do respetivo título de utilização de recursos hídricos.

Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere às praias (...):

- a) *Concessionar, licenciar e autorizar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares, bem como as infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis;*
- b) *Concessionar, licenciar e autorizar o fornecimento de bens e serviços e a prática de atividades desportivas e recreativas;*
- c) *Criar, liquidar e cobrar as taxas e tarifas devidas pelo exercício das competências previstas no presente artigo, as quais são consideradas receitas próprias dos municípios, sem prejuízo do disposto no artigo 9.º, para os casos aí previstos, quanto à forma de distribuição da receita;*
- d) *Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas devidas.*

É competência dos órgãos municipais, nas praias mencionadas no artigo 1.º, realizar as obras de reparação e manutenção das retenções marginais, estacadas e muralhas, por forma a garantir a segurança dos utentes das praias.

É da responsabilidade dos órgãos municipais a promoção da fruição segura e ambientalmente sustentável das praias marítimas, fluviais e lacustres, no quadro dos instrumentos de gestão do território e regulamentares em vigor, designadamente em matéria de gestão da orla costeira, das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.

Sem prejuízo do disposto no DL, as competências relativas ao planeamento e ao ordenamento dos recursos hídricos, bem como à gestão de água, incluindo supervisão da sua qualidade, são prosseguidas pelos organismos competentes nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual.

Tabela 33. Síntese - transferência de competências relativa à exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar

O [Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. De acordo com o Artigo 2.º, “é da competência dos órgãos municipais autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo”.

Tabela 34. Síntese - transferência de competências relativa às vias de comunicação

O [Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação. De acordo com o artigo 2.º é da competência dos órgãos municipais a gestão:

- a) *Dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados, localizados nos perímetros urbanos;*
- b) *Dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. (doravante designada por IP) e o respetivo município.*

É transferida para os municípios a titularidade dos troços e dos equipamentos e infraestruturas referidos no número anterior, através de mutação dominial por acordo entre a IP e o respetivo município, conforme previsto no artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual, passando a integrar o domínio público municipal.

Tabela 35. Síntese - transferência de competências relativa à Justiça

O [Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da justiça. De acordo com o artigo 2.º os órgãos municipais e as entidades intermunicipais têm competência nos seguintes domínios:

- a) *Reinserção social de jovens e adultos (constituição e organização de bolsas de entidades beneficiárias interessadas em colaborar no âmbito da execução de sanções penais e medidas tutelares educativas que impliquem a prestação de trabalho a favor da comunidade; constituição e organização de bolsas de imóveis destinadas a alojamento temporário de ex-reclusos, para apoio no período inicial de adaptação à liberdade)*
- b) *Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (ações ou projetos de sensibilização e informação; implementar e monitorizar as ações ou projetos, em articulação com as demais entidades com competências nesta área; participar na promoção, constituição, organização e funcionamento de estruturas de atendimento que assegurem, de forma integrada e com caráter de continuidade, o atendimento, apoio e reencaminhamento personalizado das vítimas e seus filhos menores ou maiores com deficiência na sua dependência)*
- c) *Rede dos julgados de paz (poder de iniciativa com vista à apresentação de propostas de criação, instalação, modificação ou extinção de julgados de paz concelhios e de agrupamento de concelhos, respetivamente, por parceria pública com o Ministério da Justiça.)*
- d) *Apoio às vítimas de crimes (prestar informação às vítimas de crimes quanto aos seus direitos e aos apoios a que podem recorrer, designadamente através da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes; constituir e organizar estruturas locais com funções de atendimento, apoio, reencaminhamento e acolhimento temporário de vítimas de crimes, nomeadamente em articulação com a Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes)*

Tabela 36. Síntese - transferência de competências relativa às Associações de Bombeiros

O [Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários. De acordo com o artigo 2.º é da competência dos órgãos municipais apoiar as equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários; e é da competência dos órgãos das entidades intermunicipais participar na definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e na elaboração de programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários.

Os projetos de instalação de novos quartéis dos corpos de bombeiros voluntários ou de ampliação dos existentes estão sujeitos a parecer prévio da Comunidade Intermunicipal da área territorial respetiva.

Os programas de âmbito regional de apoio às corporações de bombeiros voluntários estão sujeitos a parecer prévio das entidades intermunicipais na respetiva área territorial.

Tabela 37. Síntese - transferência de competências relativa às Estruturas de Atendimento ao Cidadão

O [Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios:

- a) Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão;
- b) Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes;
- c) Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes.

O presente diploma concretiza igualmente a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão.

Os Gabinetes de Apoio aos Emigrantes (GAE) são estruturas de apoio aos cidadãos portugueses que estão emigrados, aos que regressam a Portugal e aos que pretendam iniciar um processo migratório.

São objetivos dos GAE apoiar e informar os cidadãos portugueses mencionados no número anterior, na área social, jurídica, económica, educação, emprego, formação profissional, entre outras, orientando-os para os serviços públicos vocacionados para o esclarecimento de dúvidas ou para a resolução de problemas mais específicos.

São igualmente objetivos dos GAE aconselhar e informar os cidadãos portugueses que pretendam emigrar.

O artigo 6.º, respeitante aos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, refere que:

Os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) são estruturas locais de apoio aos migrantes, nos termos da alínea b) do artigo 2.º da Portaria n.º 203/2016, de 25 de julho, que articulam a sua atuação com a estratégia para as migrações definida a nível nacional.

São objetivos dos CLAIM prestar aos migrantes o atendimento, esclarecimento, aconselhamento e orientação na área social, jurídica, económica, educação, emprego, formação profissional, entre outras, bem como nas dos regimes jurídicos específicos dos migrantes.

Os serviços e organismos de Administração central dependentes dos membros do Governo mencionados no artigo anterior colaboram com os municípios no apoio aos trabalhadores que fazem o atendimento, nomeadamente através da disponibilização de serviços de back-office e, sendo o caso, da edição de guias ou manuais de referência para utilização e distribuição aos utentes que, no caso dos CLAIM, deverão ser multilingues.

Tabela 38. Síntese - transferência de competências relativa à Habitação

O [Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação. De acordo com o artigo n.º 2, é da competência dos órgãos municipais:

- a) A gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana;
- b) A gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja propriedade é transferida para os municípios.

O presente decreto-lei não é aplicável às casas de função em utilização, nem ao património imobiliário previsto na alínea e) do artigo 92.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, na sua redação atual.

Tabela 39. Síntese - transferência de competências relativa ao património imobiliário público sem utilização

O [Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público. De acordo com o artigo 3.º “é da competência dos órgãos municipais a gestão do património imobiliário público sem utilização localizado no território dos respetivos municípios, nos termos regulados nos artigos seguintes”.

De acordo com a definição prevista no artigo 2.º do diploma, entende-se por «património imobiliário público sem utilização» o conjunto de bens imóveis do domínio privado do Estado ou dos institutos públicos e os bens imóveis do domínio público do Estado que se encontrem em inatividade, devolutos ou abandonados, por um período não inferior a 3 anos consecutivos, e não tenham sido objeto de qualquer das formas de administração previstas no n.º 2 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, nem se encontrem integrados em procedimento tendente a esse efeito, a implementar no prazo máximo de 1 ano a contar do envio da comunicação prévia prevista no n.º 1 do artigo 5.º.

Tabela 40. Síntese - transferência de competências relativa ao Estacionamento público

O [Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. De acordo com o artigo 2.º,

1 — É da competência dos órgãos municipais:

- a) A regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal;
- b) A instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas.

2 — O disposto no número anterior não obsta a que empresas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal possam exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas, nos termos do Decreto -Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, na redação dada pelo presente decreto-lei.

Tabela 41. Síntese - transferência de competências relativa à Cultura

O [Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura. De acordo com o artigo 2.º, é da competência dos órgãos municipais:

- a) *A gestão, valorização e conservação dos imóveis que, sendo classificados, se considerem de âmbito local, identificados no anexo I²⁷ ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante;*
- b) *A gestão, valorização e conservação de museus que não sejam denominados museus nacionais, identificados no anexo II²⁸ ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante;*
- c) *O controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística;*
- d) *O recrutamento, seleção e gestão dos trabalhadores afetos ao património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local e aos museus que não sejam denominados museus nacionais.*

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se de âmbito local os imóveis classificados do Estado com significado predominante para o respetivo município.

Tabela 42. Síntese - transferência de competências relativa à Educação

O [Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação e regula o funcionamento dos conselhos municipais de educação. De acordo com o artigo 3.º é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, e é da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Os municípios passam a ter competência de gestão do funcionamento das escolas no âmbito da escolaridade obrigatória (dos 6 aos 18 anos), nomeadamente:

- De manutenção e melhoramento dos edifícios escolares, de investimento em novos equipamentos e de contratação de serviços externos;
- De desenvolvimento da ação social escolar, garantindo vários apoios;
- Da entrega de refeições escolares a todos os alunos;
- De organização do funcionamento dos transportes escolares para todos os alunos;
- De gestão do alojamento de alunos transferidos, através de residências escolares ou da colocação dos alunos junto de famílias de acolhimento;
- De escolha do pessoal não docente a todos os níveis de ensino;
- De garantia de uma escola a tempo inteiro, através de atividades de animação e apoio à família para as crianças na educação pré-escolar, e das componentes de apoio à família e das atividades de enriquecimento curricular para os alunos do 1.º ciclo;
- Na gestão dos espaços escolares fora do período de aulas e atividades escolares.

²⁷ Castelo Branco: Edifício do Governo Civil do Distrito de Castelo Branco (antigo Palácio dos Viscondes de Portalegre); Idanha-a-Nova: Estação Arqueológica de Idanha-a-Velha (Egitânia)

²⁸ Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Tabela 43. Síntese - transferência de competências relativa aos Transportes em vias navegáveis interiores

O [Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04](#) concretiza a transferência de competências (Artigo 1.º): (a) Para os órgãos municipais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e para os órgãos das comunidades intermunicipais e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, na qualidade de autoridades de transporte previstas nos artigos 6.º a 8.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, doravante designado por RJSPTP, aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores; (b) Para os órgãos municipais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores.

De acordo com o artigo 2.º as competências transferidas nos termos do artigo anterior compreendem, respetivamente:

- a) Os serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando tais serviços se encontrem integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional;
- b) Os transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo -se o transporte turístico local que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal.

Nos casos em que o serviço público regular de transporte de passageiros seja assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado ou por entidade do setor empresarial do Estado, a transferência é objeto de processo negocial específico desencadeado por iniciativa do concedente ou da entidade local territorialmente competente.

Nos casos referidos nos números anteriores, as infraestruturas afetas ao transporte são igualmente transferidas, em termos a negociar, se essas infraestruturas lhe estiverem maioritariamente afetas.

A transferência das competências abrangidas pelo presente decreto-lei é efetuada sem prejuízo das competências cometidas às entidades reguladoras e fiscalizadoras de âmbito nacional.

Tabela 44. Síntese - transferência de competências relativa às Áreas protegidas

O [Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21/08](#) define o modelo de cogestão das áreas protegidas (que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) nos termos do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB)), que concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão. De acordo com o artigo 2.º a da competência dos órgãos municipais:

- a) A gestão das áreas protegidas de âmbito local;
- b) Participar na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, através do exercício das funções de cogestão que lhes são cometidas pelo presente decreto-lei e da sua integração nos conselhos estratégicos previstos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março;
- c) Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas e as sanções acessórias nas áreas protegidas de âmbito nacional em que participem na respetiva gestão, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 45.º do RJCNB.

É da competência das entidades intermunicipais e das associações de municípios a gestão das áreas protegidas de âmbito regional.

O disposto nos números anteriores não inclui a prática de atos reservados por lei ou regulamento à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas nas áreas protegidas, nem prejudica o disposto no n.º 1 do artigo 13.º do RJCNB.

Tabela 45. Síntese - transferência de competências relativa à Saúde

O [Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01](#) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde. De acordo com o artigo 2.º é da competência dos órgãos municipais a:

- a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção;
- b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS;
- e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.

Tabela 46. Síntese - transferência de competências relativa à ação social

A [Lei n.º 50/2018, de 06/08](#) no seu artigo 32.º define que, é da competência dos órgãos das entidades intermunicipais participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram. Compete igualmente aos órgãos das entidades intermunicipais a elaboração de cartas sociais supramunicipais para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.

Tabela 47. Síntese - transferência de competências relativa à promoção turística e outras competências

A Lei n.º 50/2018, de 06/08 no seu artigo 36.º define ser da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o **desenvolvimento da promoção turística interna sub-regional**, em articulação com as entidades regionais de turismo.

O mesmo diploma refere igualmente ser da competência dos órgãos das entidades intermunicipais:

- a) Participar na gestão dos portos de âmbito regional;
- b) Designar os vogais representantes dos municípios nos conselhos de região hidrográfica;
- c) Gerir projetos financiados com fundos europeus;
- d) Gerir programas de captação de investimento.

3.7 Balanço da evolução – Quadro SWOT

A revisitação de contexto realizada no presente capítulo, sustentada na evolução verificada entre 2014 e 2019, é sistematizada na matriz SWOT apresentada na Tabela 48, organizada por eixo/agenda temática atualizada à luz do Portugal 2030, e na qual se evidenciam as especificidades da Beira Baixa e o seu potencial para se posicionar estrategicamente nas diferentes áreas prioritárias/áreas de especialização.

Tabela 48. Revisitação da matriz SWOT da Beira Baixa

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
EIXO 1. AS PESSOAS PRIMEIRO: UM MELHOR EQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO, MAIOR INCLUSÃO, MENOS DESIGUALDADE			
<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos realizados na criação e/ou reabilitação/extensão de equipamentos de coesão social, nos setores da educação, saúde, apoio social, qualidade de vida; - Decréscimo muito acentuado do número de desempregados na região da Beira Baixa, nos últimos cinco anos; - Aumento verificado no valor médio das pensões e do subsídio de desemprego; - Programas e políticas municipais e de instituições de solidariedade social de apoio ao combate à pobreza e exclusão social e melhoria da qualidade de vida; - Aposta em projetos regionais e educacionais de apoio ao empreendedorismo; - Oferta formativa diversificada: ensino superior (Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), Escola Superior de Gestão (a funcionar em Idanha-a-Nova) e ensino profissional; - Centro de Ciência Viva da Floresta localizado em Proença-a-Nova, o qual apresenta uma rica e diversificada agenda de atividades e iniciativas e que disponibiliza à população/empresas diversos serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comportamento demográfico regressivo com perdas de população, de aproximadamente 8%, nos últimos 7 anos; - Limitada capacidade de renovação demográfica; - Povoamento disperso, devido à sua génese na atividade agrícola; - Densidade populacional a registar uma redução significativa, superior à verificada na região Centro e a nível nacional; - Quantitativo populacional da Beira Baixa em risco de pobreza distancia-se drasticamente da meta 2020 comprometida com Portugal – 39% da população beneficia de pensões sociais; - Escassa tradição de trabalho em rede por parte das entidades locais, levando a uma multiplicação de intervenções, muitas vezes concorrenciais e não complementares, com impactos na capacidade de alcance de resultados; - Escassez de mão-de-obra; - Conectividade digital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos; - Reforço da implementação de programas de combate ao insucesso escolar, que garantam a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem; - Cooperação transfronteiriça Portugal/ Espanha; - Diversidade de apoios existentes em matéria de inclusão e inovação social; - Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e competitividade do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território da Beira Baixa, nomeadamente no Portugal 2020; - Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento negociadas em 2016, com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto; - Desarticulação de abordagens entre instituições e serviços do estado, fragilizando o desempenho no terreno e o alcance de impactos reais em termos de inclusão; - Competição de territórios urbanos, nomeadamente do litoral com maior oferta de serviços e apoios financeiros, tornando cada vez mais difícil o combate a ciclos demográficos e económicos regressivos; - Políticas de emprego assumem um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional; - Aprofundamento das problemáticas de coesão social – contínua perda do poder de compra da população portuguesa; - Fecho de serviços no interior e crescente incapacidade de retenção/atração de pessoas; - Escassez de mão-de-obra e de resposta em termos habitacionais para a receção de mão-de-obra externa; - Processo de descentralização de competências e atribuições.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
EIXO 2. INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÕES COMO MOTORES DE DESENVOLVIMENTO			
<ul style="list-style-type: none"> - Boas acessibilidades que favorecem a mobilidade de bens, pessoas e serviços; - Centralidade face à proximidade com a fronteira espanhola; - Evolução positiva da taxa de retenção e desistência no ensino básico registada, nos últimos anos, na região da Beira Baixa; - Investimento realizado em atividades de combate ao insucesso escolar, as quais têm mobilizado a região e a comunidade educativa; - Aumento significativo da despesa das empresas e do ensino superior em I&D, superiores ao registado na região Centro e a nível nacional; - Crescimento registado no número de alunos, nomeadamente estrangeiros, do IPCB; - Variedade de espaços de localização empresarial; - Aumento das indústrias inseridas em setores orientados para a diferenciação do produto e valorização da I&D, nomeadamente nas TICE; - IPCB - enquanto instituição ao nível da ciência, inovação e tecnologia, a par do InovCluster e outras entidades como o do CATAA, em Castelo Branco, que apoiam a especialização do território, fortalecem o desempenho da investigação, promovem a transferência de conhecimento, aumentam a competitividade do território e fomentam a qualificação dos recursos humanos e do tecido económico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesa do Estado em I&D na região, a qual sofreu um decréscimo nos últimos anos; - Escassa tradição de trabalho em rede por parte das entidades locais, levando a uma multiplicação de intervenções, muitas vezes concorrenciais e não complementares, com impactos na capacidade de alcance de resultados – nomeadamente ao nível da formação e qualificação e em projetos/ações coletivas para o desenvolvimento económico da Beira Baixa; - Reforço e consolidação da produção científica face às previsíveis necessidades do tecido empresarial característico da Região e face aos desafios colocados pela crescente competitividade a nível global; - Predominância de indivíduos com o ensino básico e escassez de elementos com qualificação média e superior; - Qualificação da população empregada e em geral; - Linha da Beira Baixa, enquanto estrutura relevante na promoção do potencial turístico da Região; - Escassez de mão-de-obra; - Reduzida oferta habitacional quer no mercado de arrendamento como de compra/venda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio à investigação, inovação e ao empreendedorismo; - Fortalecimento do <i>cluster</i> agroalimentar e agroflorestal, o que pode potenciar o crescimento e diversificação do território; - Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios; - Apoio da UE à aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas; - Aposta no setor primário (agricultura e floresta) como mais-valia do território nacional; - Aposta na investigação em setores chave – Programa Horizonte 2020; - Cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha e cooperação com regiões com características e desafios similares; - Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e competitividade do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território da Beira Baixa, nomeadamente no Portugal 2020; - Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento negociadas em 2016, com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto; - Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, com algumas sobreposições de atuações, nomeadamente no âmbito da qualificação de recursos humanos; - Tendência de redução dos apoios públicos; - Centralização dos investimentos nas principais aglomerações urbanas nacionais; - Desinvestimento do Estado na I&D no território da Beira Baixa; - Rigidez e excessiva compartimentação de apoios que dificultam intervenções integradas e com maior impacto no desenvolvimento regional; - Escassez de mão-de-obra e de resposta em termos habitacionais para a receção de mão-de-obra externa, condicionando a competitividade/atração de empresas; - Processo de descentralização de competências e atribuições.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
EIXO 3. UM PAÍS COMPETITIVO EXTERNAMENTE E COESO INTERNAMENTE			
<ul style="list-style-type: none"> - Representatividade e crescimento do setor agrícola; - Importância das indústrias alimentares na Beira Baixa, representando 34% das indústrias transformadoras; - Qualidade de produtos agroalimentares, designadamente DOC, DOP e IGP; - Representatividade da indústria da fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos, que representava, em 2017, cerca de 15% do VAB da Beira Baixa; - Crescimento registado no setor do turismo na Beira Baixa, designadamente no número de estabelecimentos hoteleiros e respetiva capacidade de alojamento, bem como no número de dormidas e estada média; - Projetos âncora do ponto de vista turístico e de desenvolvimento sub-regional: Geopark Naturtejo, Provere Beira Baixa Terras de Excelência; Provere Aldeias de Xisto, Provere Aldeias Históricas e Provere Inature; - Projetos apresentados a sistemas de incentivos e a apoios ao desenvolvimento rural; - Apoios nacionais no setor do turismo; - Crescente procura da região por parte de investidores externos, nomeadamente estrangeiros, em setores chave como o agroalimentar e TICE; - Investimento em regadio, ainda que escasso, essencial para o desenvolvimento e atratividade da região no domínio agrícola e agroalimentar; - Entidades do SCTN e de apoio às empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Despesa do Estado em I&D na região, a qual sofreu um decréscimo nos últimos anos; - Escassa tradição de trabalho em rede por parte das entidades locais, levando a uma multiplicação de intervenções, muitas vezes concorrenciais e não complementares, com impactos na capacidade de alcance de resultados – nomeadamente ao nível do desenvolvimento económico e da promoção interna e externa da Beira Baixa; - Densidade empresarial ainda baixa, condicionando o desenvolvimento de sinergias e economias de aglomeração e de escala; - Volume de negócios por empresa inferior à média nacional e à registada na região Centro; - Predomínio de indústrias dependentes de recursos naturais; - Escassez de mão-de-obra, com impactos diretos na capacidade de atração de empresas; - Reduzida oferta habitacional quer no mercado de arrendamento como de compra/venda que pode comprometer a competitividade da região uma vez que o aumento de empresas é acompanhado pela “importação” de recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio à investigação, inovação e ao empreendedorismo; - Fortalecimento do <i>cluster</i> agroalimentar e agroflorestal, o que pode potenciar o crescimento e diversificação do território; - Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios; - Crescimento de nichos de mercado do setor hortofrutícola, agroalimentar e novas tecnologias, associados a novos hábitos alimentares da população e a novas exigências de inovação e superação do tecido empresarial; - Fortalecimento do <i>cluster</i> agroalimentar e agroflorestal, o que pode potenciar o crescimento e diversificação do território; - Crescimento de investimento estrangeiro na região; - Oportunidades de cooperação europeia com regiões com características e desafios similares; - Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e competitividade do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território da Beira Baixa, nomeadamente no Portugal 2020, e em domínios estratégicos como a floresta (valorização económica e prevenção ativa de riscos) e o emprego; - Inexistência de apoios em matérias chave para a região e com condições que respondam ao contexto específico da Beira Baixa - Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento negociadas em 2016, com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto; - Atraso na avaliação de processos de candidatura a apoios comunitários; - Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, com algumas sobreposições de atuações; - Tendência de redução dos apoios públicos; - Centralização dos investimentos nas principais aglomerações urbanas nacionais; - Políticas públicas que exacerbam processos de esvaziamento do interior; - Processo de descentralização de competências e atribuições.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
EIXO 4.UM PAÍS SUSTENTÁVEL E QUE VALORIZA OS SEUS RECURSOS ENDÓGENOS			
<ul style="list-style-type: none"> - Produção de energia eólica na sub-região da Beira Baixa; - Condições para a exploração das fontes de energia renováveis (biomassa, fotovoltaica etc.); - Qualidade do ar, resultado do reduzido valor de emissões de gases poluentes atmosféricos; - Densidade da rede hidrográfica do Tejo que favorece o aproveitamento agrícola e a utilização energética (hídricas e mini-hídricas) - Diversidade ambiental e valor paisagístico; - Percentagem significativa do território classificado como área protegida - Parque Natural do Tejo Internacional e Reserva Natural da Serra da Malcata, Serra da Gardunha e património natural classificado; - Património cultural existente nos vários concelhos; - Investimentos públicos na reabilitação urbana e na valorização dos espaços rurais; - Investimentos públicos na eficiência energética de edifícios e iluminação; - Apoios nacionais no setor do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada vulnerabilidade aos fenómenos gerados pelas alterações climáticas; - Escassez de apoios financeiros em áreas chave como a mitigação de riscos, reabilitação urbana e eficiência energética que fragilizam uma intervenção mais consequente e adequada nestas matérias chave; - Riscos naturais e prevenção ativa dos mesmos, nomeadamente no domínio dos fogos florestais com consequências gravosas para o desenvolvimento da região e para a emissão de GEE; - Aumento dos consumos energéticos em alguns setores e atividades; - Valorização dos recursos naturais para utilização energética (biomassa e fotovoltaica); - Gestão integrada da floresta, condicionada pela elevada fragmentação da propriedade; - Fragilidades na cobertura de alojamentos por rede de drenagem de águas residuais/modelos adequados a territórios de baixa densidade; - Fragilidade do sistema urbano da Beira Baixa; - Abandono e estado de conservação do edificado e das terras; - Impacto das culturas intensivas na gestão dos recursos naturais, nomeadamente na gestão da água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior consciencialização e interesse dos cidadãos para as questões éticas e ambientais; - Existência de apoios comunitários que facilitam a reconversão de fontes de energia renovável e promovem a eficiência energética, a reabilitação do edificado, tanto no setor público como no privado; - Enfoque dos apoios comunitários no domínio da energia e da “economia verde”; - Elevado potencial do território para produção de energia elétrica de fontes renováveis (biomassa, fotovoltaica) ainda pouco exploradas; - Aposta em projetos inovadores na área da produção e consumo de energia; - Cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha; - Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias; - Investimento no Mercado de Carbono; - Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e competitividade do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios desadequados com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego, com destaque para a regeneração urbana, alterações climáticas, mobilidade, floresta e habitação; - Inexistência de apoios em matérias chave para a região e com condições que respondam ao contexto específico da Beira Baixa; - Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto; - Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas; - Desadequação da abordagem a temas chave como as alterações climáticas nos territórios de baixa densidade; - Efeitos das alterações climáticas na região, e agravamento dos riscos naturais (incêndios florestais, cheias e inundações); - Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento; - Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, com algumas sobreposições de atuações; - Processo de descentralização de competências e atribuições.

4 Quadro Estratégico 2030

4.1 Os exercícios/referenciais estratégicos nacional e regional

Para a revisitação da EIDT Beira Baixa torna-se essencial a análise de exercícios estratégicos já realizados a nível europeu e nacional para o período 2021-2027 de modo a assegurar e/ou verificar o necessário alinhamento, conforme indicado nas orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional relativamente aos exercícios de revisitação. Salienta-se que à escala regional do Centro não se encontra ainda disponível qualquer referencial para o período 2030. Neste contexto foi verificada a cronologia (Figura 14) de documentação mais relevante produzida.



Figura 14. Cronologia de documentação relevante para o período 2021-2027

4.1.1 União Europeia: Quadro financeiro plurianual 2021 – 2027



A proposta de quadro financeiro plurianual da União Europeia²⁹ assume um carácter renovado e direcionado para o cumprimento das prioridades estratégicas de uma União a 27. A reflexão efetuada relativa à forma como o orçamento europeu poderia trazer vantagens aos cidadãos resultou num conjunto de programas, novos e/ou revistos, orientados para (1) um maior ênfase no valor acrescentado europeu; (2) um orçamento mais racional e transparente; (3) menos burocracia para os beneficiários; (4) um orçamento mais flexível e ágil; e (5) um orçamento que produza resultados concretos.

O orçamento europeu encontra-se estruturado por programas organizados em torno dos eixos e prioridades temáticas, as quais corresponderão às rubricas da estrutura orçamental formal (Tabela 49).

²⁹ [UE: Quadro financeiro plurianual 2021-2027](#)

Na sua maioria os apoios comunitários afetos às distribuições a realizar por estado-membro estão alocados aos eixos “coesão e valores” e “recursos naturais e ambiente”, no primeiro através do FEDER, FC e FSE e no segundo através do FEADER e FEAMP.

Tabela 49. Arquitetura do quadro financeiro plurianual 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas

Eixos	Prioridades temáticas	Programas
I. Mercado único, inovação e digital	1. Investigação e inovação	Horizonte Europa Programa Euratom de Investigação e Formação Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)
	2. Investimentos estratégicos europeus	Fundo InvestEU Mecanismo Interligar a Europa Programa Europa Digital (incluindo a cibersegurança)
	3. Mercado Único	Programa do Mercado Único (incluindo o programa competitividade das pequenas e médias empresas - COSME, a segurança dos alimentos, as estatísticas, a concorrência e a cooperação administrativa) Programa da UE de Luta contra a Fraude Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS) Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)
	4. Espaço	Programa Espacial Europeu
II. Coesão e valores	5. Coesão e desenvolvimento regional	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional Fundo de Coesão Apoio à comunidade cipriota turca
	6. União Económica e Monetária	Programa de Apoio às Reformas, incluindo o instrumento de execução das reformas e o mecanismo de convergência Proteção do euro contra a falsificação
	7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores	Fundo Social Europeu+ (incluindo a integração de migrantes e a saúde) Erasmus+ Corpo Europeu de Solidariedade Justiça, Direitos e Valores Europa Criativa (incluindo o programa MEDIA)
III. Recursos naturais e ambiente	8. Agricultura e política marítima	Fundo Europeu Agrícola de Garantia Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
	9. Ambiente e ação climática	Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)
IV. Migração e gestão das fronteiras	10. Migração	Fundo para a Migração e o Asilo
	11. Gestão das fronteiras	Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras
V. Segurança e defesa	12. Segurança	Fundo para a Segurança Interna Desativação de centrais nucleares (Lituânia) Desativação e segurança nuclear (incluindo Bulgária e Eslováquia)
	13. Defesa	Fundo Europeu de Defesa Mecanismo Interligar a Europa - mobilidade militar
	14. Resposta a situações de crise	Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU)
VI. Países vizinhos e resto do mundo	15. Ação externa	Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (incluindo os aspetos externos da migração) Ajuda Humanitária Política Externa e de Segurança Comum Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Gronelândia)
	16. Assistência de pré-adesão	Assistência de pré-adesão
VII. Administração pública europeia	17. Administração pública europeia	Despesas administrativas, pensões e escolas europeias
Instrumentos fora dos limites máximos do QFP		

Fonte: Comissão Europeia, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões

Os níveis globais de autorizações, por programa, para o período de vigência do quadro financeiro plurianual 2021-2027 são apresentados na Tabela 50.

Tabela 50. Níveis globais de autorizações por programa para todo o período de vigência do quadro financeiro plurianual

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-2027 (AUTORIZAÇÕES)								
Preços de 2018	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2021-2027
1. Mercado Único, Inovação e Digital	23 956	23 918	24 205	23 824	23 605	23 844	23 454	188 303
1. Investigação e Inovação	13 103	12 938	13 228	13 004	12 885	13 026	12 849	91 028
Horizonte Europa	12 362	12 365	12 367	12 370	12 375	12 376	12 381	86 596
Das quais ao abrigo do Fundo InvestEU	442	442	442	444	444	444	444	3 102
Das quais investigação e inovação em produtos alimentares, na agricultura, no desenvolvimento rural e na bioeconomia	1 267	1 268	1 267	1 267	1 268	1 267	1 268	9 873
Programa de Investigação e Formação da Euratom	303	303	303	303	304	304	309	2 129
Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)	890	709	899	774	690	790	604	5 406
Diversos	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	2
2. Investimentos Estratégicos Europeus	6 431	6 566	6 661	6 295	6 206	6 294	6 201	44 375
Fundo InvestEU	1 898	1 898	1 867	1 868	1 868	1 868	1 862	13 055
Mecanismo Inteligir a Europa - Transportes	1 626	1 626	1 626	1 626	1 627	1 627	1 627	11 384
Mecanismo Inteligir a Europa - Energia	1 095	1 095	1 095	1 097	1 097	1 097	1 097	7 875
Mecanismo Inteligir a Europa - Digital	380	380	380	380	380	380	382	2 962
Programa Europa Digital	1 260	1 267	1 263	1 036	1 036	1 035	1 035	8 182
Diversos	25	25	25	25	25	25	25	177
Agências descentralizadas	178	176	174	173	172	173	173	1 220
3. Mercado Único	818	815	812	809	807	806	804	5 972
Programa do Mercado Único (incluindo COSME)	779	777	775	772	770	767	763	5 404
Das quais ao abrigo do Fundo InvestEU	222	222	224	224	224	224	224	1 774
Programa da UE de Luta contra a Fraude	23	23	23	23	23	23	24	161
Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS)	32	32	32	33	33	33	39	239
Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)	120	121	121	121	121	121	121	843
Diversos	12	12	12	12	12	12	12	87
Agências descentralizadas	106	104	103	102	101	100	98	714
4. Espaço	2 054	2 054	2 056	2 059	2 059	2 060	2 061	14 404
Programa Espacial Europeu	2 025	2 025	2 027	2 030	2 030	2 030	2 030	14 196
Agências descentralizadas	29	29	29	29	29	29	29	208
Margem	1 548	1 548	1 547	1 547	1 548	1 547	1 549	10 824
2. Coesão e Valores	61 444	61 171	60 062	58 800	57 148	58 200	57 348	381 874
5. Desenvolvimento Regional e Coesão	33 382	33 756	34 169	34 583	35 009	35 421	35 807	242 259
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	27 742	28 018	28 331	28 646	28 961	29 281	29 643	19 842
Fundo de Coesão	5 639	5 738	5 837	5 937	6 038	6 140	6 244	41 375
Das quais contribuição para o Mecanismo Inteligir a Europa – Transportes	1 329	1 330	1 404	1 429	1 452	1 477	1 509	10 600
Apoio à comunidade cipriota turca	30	30	30	30	30	30	30	213
6. União Económica e Monetária *	1 272	3 375	4 489	4 137	3 823	4 409	977	22 281
Programa de Apoio às Reformas (incluindo o instrumento de execução das reformas e o mecanismo de convergência)	1 258	3 380	4 474	4 123	3 809	4 394	983	22 181
Proteção do euro contra a falsificação	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7
Diversos	13	13	13	13	13	13	13	93
7. Investir nas Pessoas, coesão social e valores	16 205	16 466	16 831	17 305	17 961	18 795	19 913	123 466
Fundo Social Europeu+	12 303	12 513	12 661	12 800	12 956	13 106	13 261	89 680
Das quais ação, emprego e inovação social	148	148	149	149	149	149	150	1 042
Erasmus+	2 709	2 904	3 116	3 447	3 829	4 615	5 568	26 360
Corpo Europeu de Solidariedade	140	141	146	153	163	177	194	1 113
Europa Criativa	235	235	235	235	235	235	233	1 642
Justiça, Direitos e Valores	127	125	123	121	118	116	113	841
Diversos	175	173	171	169	167	166	164	1 185
Agências descentralizadas	388	375	372	373	363	361	360	2 629
Margem	574	574	574	574	575	575	572	4 018
3. Recursos Naturais e Ambiente	60 323	49 680	48 888	48 087	47 328	46 575	45 888	338 822
8. Agricultura e Política Marítima	49 826	48 783	48 084	47 384	46 678	45 976	44 943	320 724
Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)	37 976	37 441	36 946	36 346	35 756	35 176	34 606	254 247
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)	10 899	10 401	10 197	9 997	9 801	9 659	9 421	70 037
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	779	779	779	779	779	779	775	5 448
Diversos	126	126	126	126	126	126	126	870
Agências descentralizadas	18	18	18	18	18	17	17	113
9. Ambiente e Ação Climática	701	701	706	716	731	752	777	5 085
Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)	662	663	669	680	695	717	742	4 828
Agências descentralizadas	39	38	37	37	36	35	35	257
Margem	116	118	116	117	117	116	116	814
4. Migração e Gestão das Fronteiras	3 078	4 218	4 414	4 847	4 719	4 848	4 908	30 829
10. Migração	880	1 444	1 435	1 546	1 535	1 524	1 509	9 972
Fundo para o Asilo e a Migração	870	1 338	1 328	1 438	1 425	1 414	1 399	9 205
Agências descentralizadas	110	110	110	110	110	110	110	768
11. Gestão das Fronteiras	1 808	2 484	2 889	2 811	2 893	3 032	3 110	18 824
Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras	741	1 235	1 226	1 275	1 265	1 255	1 241	8 237
Agências descentralizadas	1 065	1 249	1 463	1 535	1 629	1 777	1 869	10 587
Margem	290	291	290	291	291	290	290	2 033
5. Segurança e Defesa	3 164	3 228	3 185	3 281	3 143	3 743	4 218	24 823
12. Segurança	511	613	583	629	631	633	643	4 255
Fundo para a Segurança Interna	215	318	316	344	342	339	336	2 210
Desativação de centrais nucleares (Itália)	68	66	71	74	73	68	69	490
Segurança nuclear e desativação de centrais nucleares (incluindo Bulgária e Eslováquia)	86	86	83	88	74	83	85	555
Agências descentralizadas	143	143	143	143	143	143	143	1 001
13. Defesa	2 236	2 209	2 183	2 245	2 478	2 792	3 167	17 220
Fundo Europeu da Defesa	1 413	1 388	1 399	1 421	1 684	1 878	2 343	11 453
Mobilidade Militar	823	823	824	824	824	824	824	5 767
14. Resposta a situações de crise	177	178	178	178	178	178	178	1 242
Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU)	177	178	178	178	178	178	178	1 242
Diversos	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
Margem	230	229	229	229	229	229	228	1 606
6. Países vizinhos e resto do mundo	14 786	14 831	16 002	16 280	15 711	18 288	17 032	108 929
15. Ação externa	12 512	12 577	12 747	13 025	13 457	14 043	14 778	80 150
Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional	10 573	10 632	10 791	11 059	11 466	12 008	12 697	79 216
Ajuda humanitária	1 383	1 394	1 394	1 394	1 395	1 395	1 395	9 760
Política Externa e de Segurança Comum (PESC)	328	333	345	363	389	424	468	2 649
Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Guiné-Bissau)	63	63	63	63	63	63	63	444
Diversos	135	135	136	136	136	136	137	949
Agências descentralizadas	20	20	19	19	19	18	18	132
16. Assistência de pré-adesão	1 837	1 838	1 838	1 838	1 838	1 838	1 839	12 865
Assistência de pré-adesão	1 837	1 838	1 838	1 838	1 838	1 838	1 839	12 865
Margem	416	416	417	417	417	416	414	2 913
7. Administração pública europeia	10 338	10 611	10 705	10 384	10 810	11 052	11 185	76 802
Escolas europeias e pensões	2 200	2 317	2 375	2 432	2 498	2 559	2 614	17 055
Despesas administrativas das instituições	8 128	8 291	8 330	8 432	8 412	8 493	8 571	59 747
TOTAL	167 105	160 488	162 465	162 403	162 898	166 358	163 880	1 134 633
Em % do RNB (UE-27)	1,129%	1,139%	1,139%	1,129%	1,119%	1,119%	1,099%	1,119%

* No caso do Instrumento Europeu de Estabilização do Investimento será oferecida uma bonificação da taxa de juro através de receitas afetadas a custos equivalentes a uma parte dos projetos financeiros.

4.1.2 Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027 a favor de Portugal



A Comissão Europeia elaborou o documento de trabalho “Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos”³⁰, que acompanha o documento de avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, e resultados das apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011. Este documento inclui os pareceres preliminares dos serviços da Comissão sobre os domínios prioritários de investimento, objetivos estratégicos a atingir e as condições de base para uma execução eficaz da política de coesão no período 2021-2027 e que servirão de base para o diálogo a estabelecer entre Portugal e os serviços da Comissão visando a programação dos fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu Mais). De forma sintética, apresentam-se na Tabela 51, os objetivos estratégicos e as necessidades de investimento por prioridade identificada pela Comissão.

Tabela 51. Objetivos estratégicos e necessidades de investimento

Categoria da intensidade das necessidades de investimento	Necessidades de investimento
Objetivo estratégico 1. Uma Europa mais inteligente – transformação industrial inovadora e inteligente	
Necessidades de elevada prioridade	<p>O investimento público e privado na investigação e inovação, enquanto instrumento para melhorar a cadeia de valor acrescentado e reforçar a inovação nas empresas em todos os setores, bem como para desenvolver tecnologias tendo em vista a transição para uma economia neutra em termos de emissões de carbono</p> <p>A colaboração entre a investigação pública e privada e o apoio à transferência de tecnologias nalguns domínios de especialização identificados</p> <p>A mobilidade de recursos humanos qualificados entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas</p>
Necessidades prioritárias	<p>Promover a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais, bem como competências associadas às tecnologias de informação e comunicação orientadas para o mercado</p> <p>Apoiar a integração das tecnologias digitais nas empresas e nos processos de produção das micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente mediante o desenvolvimento de infraestruturas e serviços como os polos de inovação digital</p> <p>Alargar o leque dos serviços digitais oferecidos aos cidadãos (administração pública em linha, contratação pública eletrónica, inclusão digital, serviços de saúde em linha, aprendizagem eletrónica, cibercompetências, comércio eletrónico) e por eles utilizados, com especial destaque para as regiões rurais, remotas e ultraperiféricas, e para os grupos vulneráveis da população</p> <p>Estimular a formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, nomeadamente no que diz respeito a tecnologias facilitadoras essenciais e competências conexas, bem como em novos domínios emergentes</p>

³⁰ [UE: Orientações investimento 2021-2027](#)

Necessidades	<p>Permitir às empresas expandir as suas atividades, criar postos de trabalho, aceder à esfera internacional e promover uma transformação industrial neutra em termos climáticos</p> <p>Fomentar o ecossistema empresarial, a ligação em rede, novos instrumentos de comercialização, o reforço das competências de gestão e da literacia financeira, a partilha de conhecimentos entre setores e para além das fronteiras nacionais</p> <p>Facilitar o acesso ao crédito e a mobilização de capitais próprios, bem como uma maior sensibilização no que diz respeito às oportunidades de financiamento e aos serviços empresariais avançados que existem para as pequenas e médias empresas</p>
<p>Objetivo estratégico 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos</p>	
Necessidades de elevada prioridade	<p>Apoiar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, no intuito de responder a uma multiplicidade de efeitos e fatores de vulnerabilidade, sempre que possível dando ênfase às abordagens baseadas nos ecossistemas e na proteção da biodiversidade, igualmente num contexto transfronteiras e transnacional</p> <p>Reforçar a capacidade de gestão e de resposta, incluindo sistemas de alerta precoce, equipamento e campanhas de sensibilização, nomeadamente ações conjuntas num contexto transfronteiras e transnacional</p>
Necessidades prioritárias	<p>Melhorar a eficiência energética dos edifícios públicos e renovar edifícios para habitação, com especial incidência na «pobreza energética»; incluindo também as pequenas e médias empresas, nomeadamente os respetivos locais, instalações e processos</p> <p>Apoiar a transição para as energias renováveis no aquecimento e refrigeração</p> <p>Apoiar a integração de uma maior percentagem de energias renováveis no sistema energético mediante: o apoio às tecnologias de energias renováveis, incluindo a produção descentralizada de energia; sistemas energéticos inteligentes a nível local, incluindo redes inteligentes de distribuição de eletricidade e soluções de armazenamento; instalações de produção conjunta para fontes de energia renováveis, acesso comum a pequenas redes com regiões limítrofes transfronteiras, incluindo investimentos azuis na Estratégia Atlântica</p> <p>Apoiar a passagem para os mais elevados escalões da cadeia hierárquica de gestão dos resíduos, a fim de reduzir a deposição em aterro; desenvolver uma recuperação separada dos resíduos, nomeadamente dos biorresíduos; desenvolver e modernizar as instalações de reciclagem e tratamento de resíduos, tendo em conta as capacidades de gestão dos resíduos nas regiões limítrofes, e promover o desenvolvimento das capacidades, bem como a sensibilização das partes interessadas, favorecendo práticas de consumo, ações e comportamentos sustentáveis tendo em vista uma maior eficiência na utilização dos recursos nas pequenas e médias empresas</p>
Necessidades	<p>Promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos durante o ciclo integral da água; apoiar a recolha e o tratamento de águas residuais; apoiar a reabilitação da massa de água; apoiar medidas assentes nos ecossistemas destinadas a promover o armazenamento e a purificação dos recursos hídricos naturais, nomeadamente num contexto transfronteiras e transnacional</p>
<p>Objetivo estratégico 3. Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação</p>	
Necessidades prioritárias	<p>Concluir a rede transeuropeia de transportes - redes ferroviárias essenciais e abrangentes, incluindo ligações transfronteiras</p> <p>Melhorar as infraestruturas portuárias e apoiar a intermodalidade para os passageiros e as mercadorias, incluindo ligações ferroviárias aos portos da rede transeuropeia de transportes e às plataformas logísticas</p> <p>Apoiar a digitalização tendo em vista sistemas de transportes mais inteligentes, mais limpos, intermodais e mais seguros</p> <p>Melhorar e modernizar outros corredores ferroviários</p> <p>Melhorar a acessibilidade e a interconectividade das regiões ultraperiféricas da Madeira e dos Açores</p> <p>Uma transição para meios de transporte sustentáveis e acessíveis, como o transporte público hipocarbónico (incluindo o apoio ao material circulante ferroviário urbano) e os meios de transporte ativos</p> <p>Investimentos que reduzam as externalidades negativas dos transportes, nomeadamente o congestionamento, as emissões (poluentes, gases com efeito de estufa, ruído) e os acidentes de viação</p> <p>Um sistema de transportes inteligente, a digitalização e soluções inovadoras para cidades inteligentes, melhorando a utilização das infraestruturas e a qualidade dos serviços</p>
<p>Objetivo estratégico 4. Uma Europa mais social — implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais</p>	
Necessidades de elevada prioridade	<p>Promover uma intervenção atempada e prevenir o abandono escolar precoce; investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência</p> <p>Promover o ensino e a formação profissionais, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente as competências digitais</p>

<p>Necessidades prioritárias</p>	<p>Aplicar medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho, proceder à boa conceção de subvenções de recrutamento, proporcionar oportunidades de mobilidade profissional e de formação e colaborar com as comunidades locais, com vista a reforçar as medidas de sensibilização</p> <p>Melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego através da modernização dos seus equipamentos informáticos; intensificar a colaboração com os empregadores; estabelecer parcerias adequadas e assegurar serviços de orientação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida</p> <p>Serviços de elevada qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, como os serviços de acolhimento de crianças e de acolhimento extraescolar</p> <p>Apoiar a requalificação e a melhoria das competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração, contribuindo para a sua permanência e assegurando assim uma prestação adequada de serviços</p> <p>Apoiar a execução de estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo</p> <p>Realizar investimentos em infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração, incluindo os serviços de proximidade e o equipamento médico no setor da saúde, com vista a reduzir as desigualdades neste domínio. Melhorar a prestação de cuidados integrados</p> <p>Apoiar a ativação e a reabilitação das pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados</p> <p>Promover a integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social</p> <p>Combater a pobreza no trabalho, promover ambientes de trabalho inclusivos, o desenvolvimento de competências, a formação e a aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos</p> <p>Reforçar a integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos</p> <p>Apoiar o fornecimento de alimentos e a assistência aos mais carenciados</p>
<p>Objetivo estratégico 5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais</p>	
<p>Necessidades prioritárias</p>	<p>Responder aos desafios urbanos a nível das zonas funcionais, nomeadamente nos bairros desfavorecidos e em zonas desfavorecidas ou desindustrializadas, tendo em conta as diferentes necessidades, de acordo com a dimensão, especialização e função de cada zona</p> <p>Apoiar estratégias territoriais integradas e sustentáveis, centradas na melhoria do acesso aos serviços básicos, promover ligações entre as zonas urbanas e rurais e as soluções inovadoras para reforçar o potencial endógeno dessas zonas e favorecer a atratividade sustentável dos territórios, tendo em conta as diferentes necessidades consoante as zonas funcionais</p> <p>Incentivar ações comuns com regiões limítrofes e nas bacias marítimas ou zonas funcionais que enfrentam desafios semelhantes</p>

Fonte: Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos

Adicionalmente, o documento identifica os seguintes fatores considerados essenciais à eficaz execução da política de coesão:

- : Adoção de uma **estratégia nacional para combater as desigualdades e o envelhecimento** (cuidados integrados);
- : Melhores medidas para **prevenir e combater os conflitos de interesses, a fraude e a corrupção**;
- : Melhor **desempenho no domínio da contratação pública**, mediante a supressão das deficiências identificadas no Painel de Avaliação do Mercado Único;
- : Elaboração e aplicação de um **roteiro para reforçar as capacidades administrativas necessárias para a administração e execução eficazes dos Fundos**, em especial para aumentar as capacidades de gestão a nível local, prestando assistência às autoridades locais e aos beneficiários e ainda eliminando sobreposições e requisitos excessivos em matéria de documentação;

- : Promoção de uma **participação adequada e de uma capacidade reforçada dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas** na consecução dos objetivos estratégicos;
- : **Reforço da capacidade de execução dos serviços públicos de emprego;**
- : Maior **utilização de instrumentos financeiros**, bem como **exploração das sinergias** com o InvestEU tendo em vista atividades geradoras de receitas ou de contenção de custos.

Destaca-se ainda, neste documento, a seguinte referência:

*“Portugal enfrenta desafios específicos ligados à urbanização e à evolução demográfica. O número de habitantes tem vindo a diminuir nas zonas rurais e nas zonas urbanas de menor dimensão, tornando-as menos atrativas para as empresas e aumentando os custos de manutenção do nível de serviços públicos. Em 2017, o índice de envelhecimento era mais elevado nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, sendo esta assimetria particularmente patente nas sub-regiões **da Beira Baixa (Centro)** e em Terras de Trás-os-Montes (Norte).”*

4.1.3 Portugal 2030: o futuro da política de coesão – elementos para reflexão



O Governo de Portugal empreendeu uma reflexão estratégica³¹ sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo, tendo promovido uma auscultação a diversos atores económicos e sociais. Deste processo resultou um documento de reflexão sobre o futuro da Política de Coesão, denominado Portugal 2030, no qual se apresentam os seguintes **princípios gerais da posição de Portugal** nesta matéria:

- : Importância da **manutenção do carácter estrutural e do financiamento da Política de Coesão**, enquanto política de médio-prazo;
- : Importância do **desenvolvimento competitivo dos territórios**, incentivando os processos de inovação nas empresas através da inserção de recursos humanos qualificados;
- : Reforço da **orientação para a competitividade**, enquanto fator essencial para a coesão duradoura e para a convergência real;
- : Reforço da **importância da reforma florestal** na sustentabilidade e resiliência dos territórios de baixa densidade;
- : Necessidade de **garantir maior apoio à convergência dos países da coesão** -> um novo *“Fundo de Coesão para a Competitividade”*, com elegibilidade alargada à inovação, qualificação e ao emprego;
- : Reforço da **orientação para resultados da Política de Coesão**, aprofundando e simplificando a metodologia implementada no quadro 2014-2020;

³¹ [PT2030 - elementos para reflexão](#)

- : **Maior ligação ao Semestre Europeu**³², assumindo-se como referência o Plano Nacional de Reformas e uma abordagem de médio prazo, mantendo-se as condicionalidades *ex ante*.

Deste exercício resultou, ainda, um conjunto de objetivos estratégicos para o debate do Portugal pós-2020 e que visam aumentar a competitividade das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, a qualificação dos recursos humanos, o potencial da economia do mar, a atratividade das regiões urbanas e a competitividade dos territórios de baixa densidade e transfronteiriços, assim como a diminuição da dependência energética e uma maior adaptação às alterações climáticas³³. Foram assim definidos objetivos horizontais e territoriais e linhas de atuação, conforme se sistematiza na Figura 15.

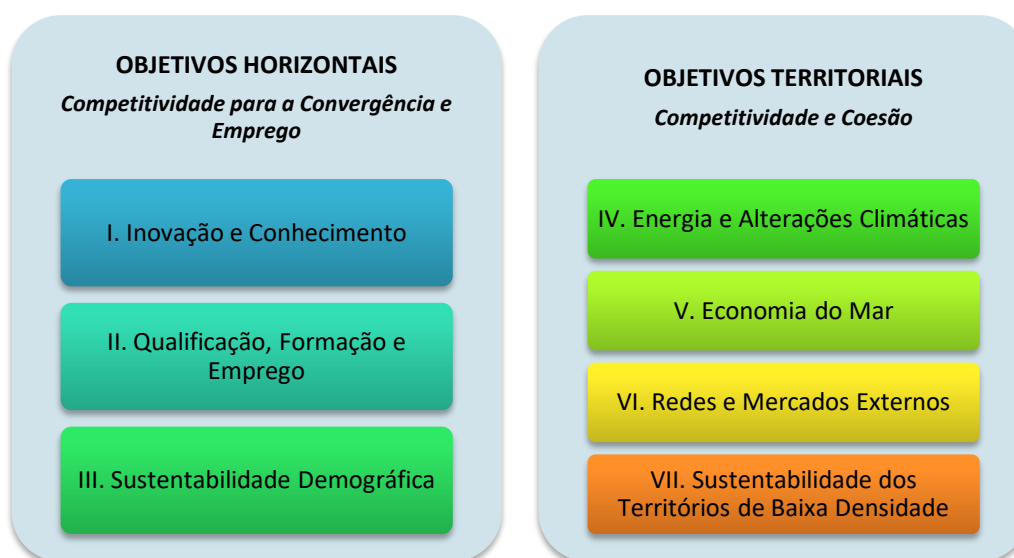


Figura 15. Linhas gerais de prioridades pós 2020

Fonte: Portugal 2030 (www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/)

No que se refere aos **objetivos horizontais**, definem-se as seguintes prioridades:

- : **I - Inovação e Conhecimento:** Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação;
- : **II - Qualificação, Formação e Emprego:** Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional;

³² www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/

³³ www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/

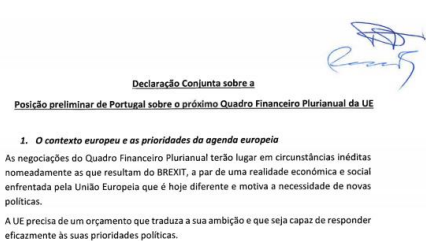
- : **III - Sustentabilidade Demográfica:** Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica.

Relativamente aos **objetivos territoriais**, definem-se as seguintes prioridades:

- : **IV – Energia e Alterações Climáticas:** Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética;
- : **V – Economia do Mar:** Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar;
- : **VI – Redes e Mercados Externos:** Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior;
- : **VII – Sustentabilidade dos territórios de baixa densidade:** Reforçar a convergência dos territórios da baixa densidade, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e diversificando a base económica.

Face ao exposto é relevante destacar as linhas estratégicas/prioridades III e VII, com especial relevância para a região da Beira Baixa e que, pela primeira vez, assumem o destaque devido no desenho de quadro estratégico nacional e na base do quadro negocial de fundos estruturais com a Comissão Europeia.

4.1.4 Declaração Conjunta sobre a Posição preliminar de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE³⁴



O presente documento, Declaração do Governo de Portugal e do PSD, firma a posição preliminar de Portugal relativamente ao próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia. Na Declaração Conjunta vem expresso o “objetivo central de fazer da próxima década uma década de convergência de Portugal com a Europa” assente numa

visão consubstanciada nos seguintes quatro eixos temáticos alinhados com o estabelecido pelos documentos europeus:

- : **Eixo 1. As Pessoas Primeiro:** um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- : **Eixo 2. Inovação e Qualificações** como motores do desenvolvimento;
- : **Eixo 3. Um País competitivo** externamente e **coeso** internamente;
- : **Eixo 4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.**

³⁴ [Declaração Conjunta](#)

Para cada eixo temático são identificados objetivos prioritários e lógicas de atuação/vetores de mudança, que foram considerados como essenciais para a concretização da visão estabelecida para a próxima década. Adicionalmente foram identificados os domínios centrais que congregam as respetivas intervenções chave, conforme se sistematiza na Figura 16.

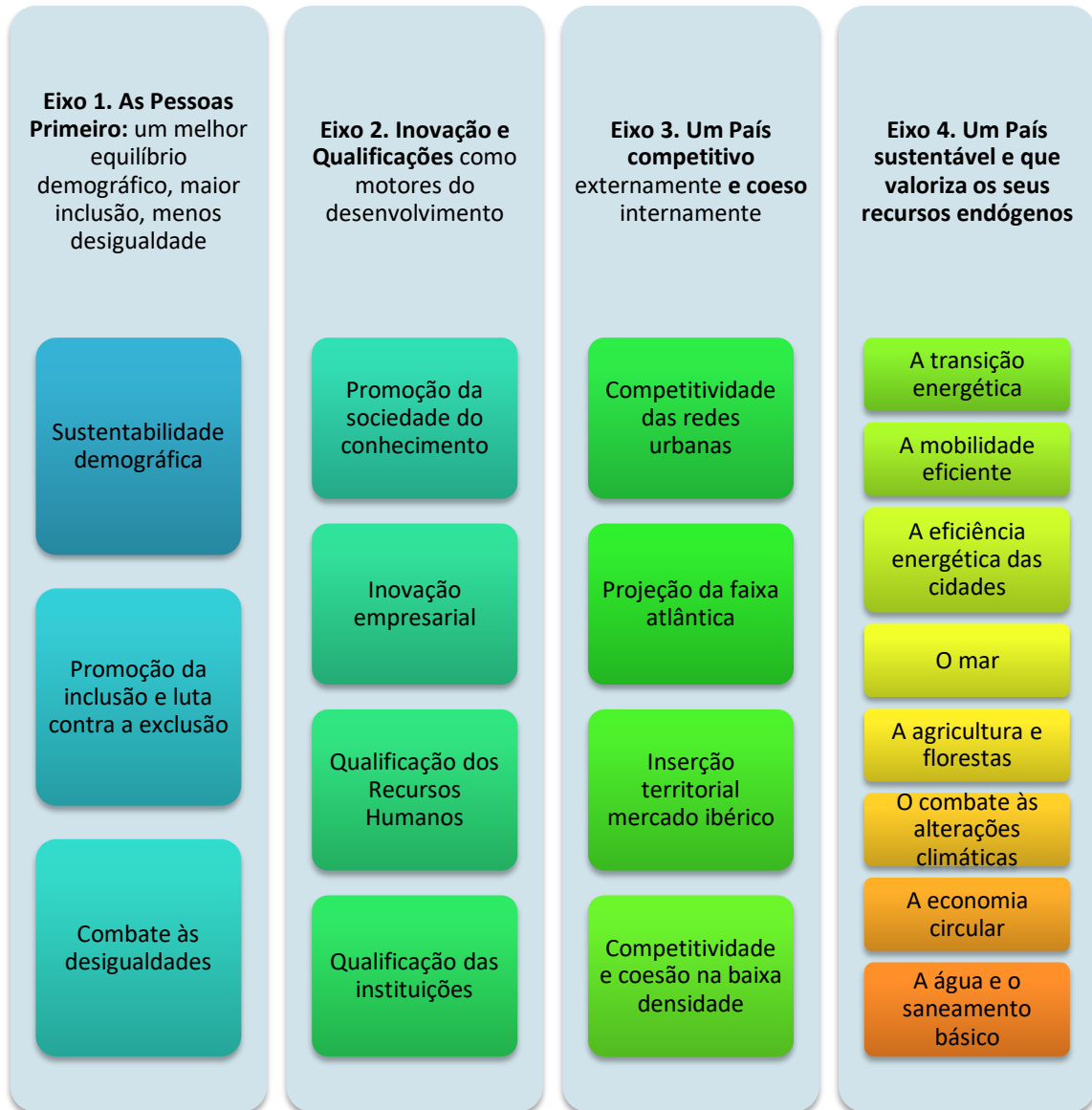


Figura 16. Domínios centrais definidos para cada Eixo

Fonte: [Declaração Conjunta](#)

4.1.5 Síntese

Em síntese, em termos estruturais, verifica-se uma continuidade com o estabelecido na fase programática do quadro plurianual de financiamento 2014-2020, com temas e prioridades que se revisitam e reforçam, nomeadamente a **inclusão social**, a **competitividade da economia** europeia por via da continuada aposta na inovação e em modelos produtivos mais sustentáveis e hipocarbónicos e a **sustentabilidade e emergência climática** com o reforço de medidas ligadas à sustentabilidade urbana.

A nível nacional surge pela primeira vez a dimensão demográfica e da baixa densidade como prioridades nacionais que terão de encontrar o seu campo de suporte num quadro europeu em que a sua expressão e preponderância não é evidente.

4.2 Estratégia Beira Baixa 2030

A avaliação da evolução de contexto da Beira Baixa revela que entre 2014 e 2019 foram empreendidos vários esforços conducentes à concretização da EIDT no território da Beira Baixa, contudo, as fragilidades verificadas no processo permitem tirar ilações essenciais à retificação de trajetória e modelos utilizados.

Como fatores críticos a considerar e que decorrem da revisitação realizada destacam-se:

- : Necessidade de reforçar o trabalho em rede, devendo o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal assumir a manutenção de dinâmicas regulares de coordenação, o alinhamento de atuação interinstitucional e a monitorização da implementação da EIDT, avaliando periodicamente a necessidade de ajustes;
- : Capacidade de atuar proactivamente na identificação e teste de modelos de desenvolvimento em domínios estratégicos para a sub-região (riscos naturais, floresta, regeneração e desenvolvimento urbano, envelhecimento e perda populacional, habitação, serviços de suporte à qualidade de vida, ecossistema económico, entre outros), quer de índole temática como territorial, e garantir a sua análise por parte de entidades da administração central, nomeadamente as responsáveis pelo desenho e gestão de fundos estruturais, no sentido de adequar políticas e apoios a modelos que espelhem as necessidades e exigências deste território de baixa densidade;
- : Premência de adequação dos apoios comunitários à realidade dos territórios de baixa densidade, evitando quadros concorrenciais entre estes e os territórios amplamente urbanizados e com elevadas concentrações de pessoas e atividades económicas;
- : Incorporação das reflexões e exercícios estratégicos sub-regionais nos exercícios regionais e nacionais relacionados com estruturação de políticas públicas e quadros de apoio comunitários para o período 2021-2027.
- : Necessidade de reformas de carácter estrutural e consequente que não se sustentem exclusivamente em ciclos de programação financeira de apoios comunitários, mas que garantam as condições organizacionais e de políticas públicas facilitadoras para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade e com contextos gravosos de regressão e repulsão populacional e, consequentemente económica e social.

4.2.1 Visão, eixos, prioridades e objetivos estratégicos

Como resultado do exercício de revisitação, o qual integrou a auscultação de entidades estratégicas e municípios, conclui-se que, do ponto de vista estrutural, a visão e as áreas de especialização se mantêm atuais e prementes para o quadro 2021-2027, verificando-se apenas a necessidade de ajustes nas prioridades de carácter transversal, fruto de mudanças de contexto e do ajuste ao quadro europeu e nacional.

Na figura seguinte sintetiza-se o novo quadro estratégico da EIDT Beira Baixa 2030, nomeadamente a visão, eixos estratégicos e prioridades/domínios de atuação.

Em 2030 a Beira Baixa afirmar-se-á como um ecossistema resiliente, coeso e competitivo, capaz de reter e atrair capital humano e financeiro através de uma aposta consequente na valorização dos recursos, gestão de riscos naturais e adaptação às alterações climáticas, sustentada numa rede urbana de baixa densidade, policêntrica e multifuncional, conectada com a Europa

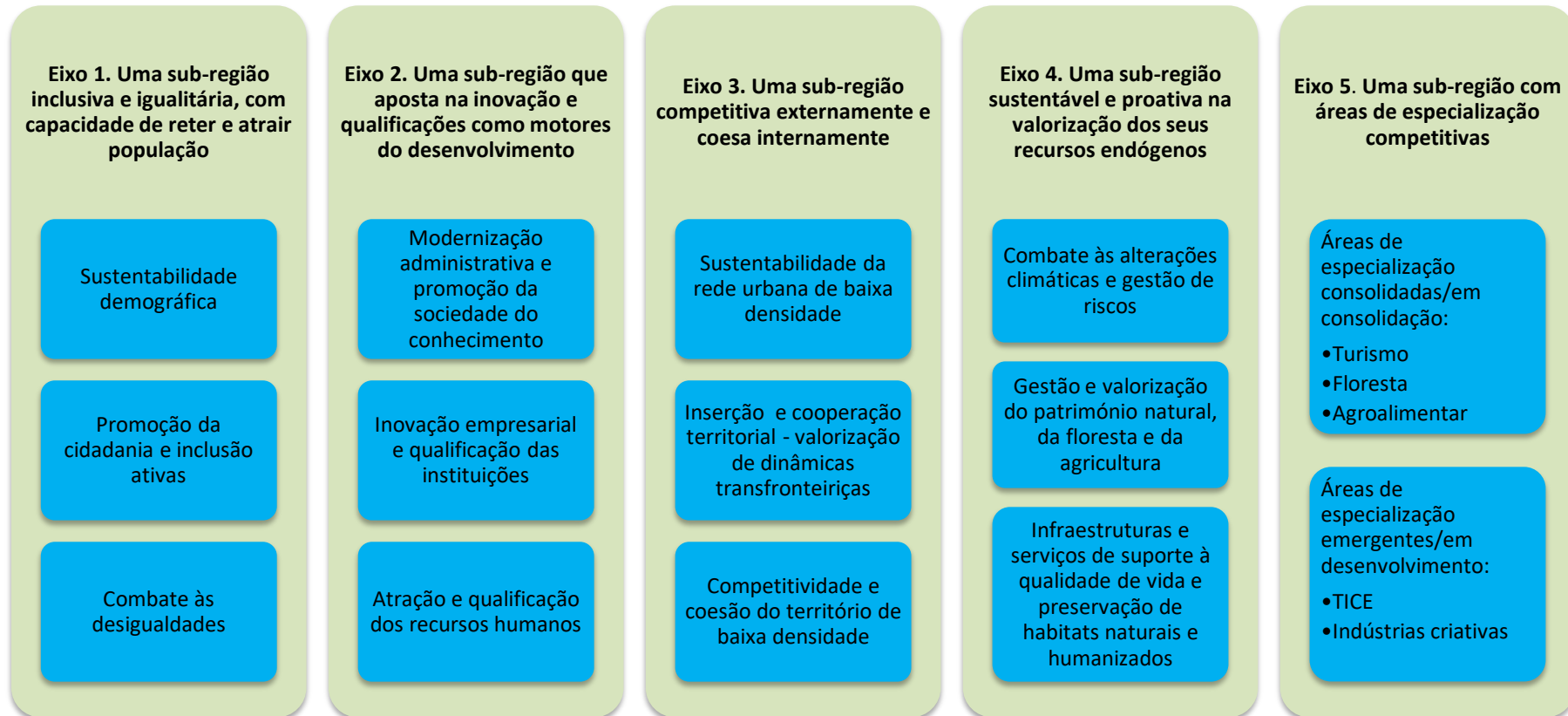


Figura 17. Quadro estratégico revisitado – referencial Beira Baixa 2030

O quadro estratégico definido é sustentado num conjunto de cinco eixos estratégicos e 15 prioridades de atuação cujos objetivos estratégicos são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 52. Eixos, domínios de atuação e objetivos estratégicos

EIXO 1. Uma sub-região inclusiva e igualitária, com capacidade de reter e atrair população		
PRIORIDADE/DOMÍNIO DE ATUAÇÃO		
1.1. Sustentabilidade demográfica	1.2. Promoção da cidadania e inclusão ativas	1.3. Combate às desigualdades
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Travar o esvaziamento e envelhecimento populacional, criando condições para a retenção e atração de residentes na Beira Baixa	Promover um contexto sub-regional favorável à qualidade de vida da população de todos os cidadãos, criando respostas adequadas às necessidades específicas de cada grupo social	Promover a redução das desigualdades e o aumento das oportunidades para grupos sociais mais vulneráveis, criando uma sub-região mais coesa
EIXO 2. Uma sub-região que aposta na inovação e qualificações como motores do desenvolvimento		
PRIORIDADE/DOMÍNIO DE ATUAÇÃO		
2.1. Modernização administrativa e promoção da sociedade do conhecimento	2.2. Inovação empresarial e qualificação das instituições	2.3. Atração e qualificação dos recursos humanos
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Modernizar modelos de gestão de informação e de serviços públicos e apostar na produção e valorização do conhecimento científico como veículos essenciais para a coesão e competitividade sub-regional	Reforçar incentivos e políticas territorializadas de suporte à inovação e à qualificação nas empresas e instituições da Beira Baixa, sustentadas nas especificidades e desafios sub-regionais	Criar um contexto empresarial, socioeconómico, científico e territorial facilitador da atração de recursos humanos, promovendo um ajuste na disponibilização de qualificações adequadas às necessidades específicas da Beira Baixa
EIXO 3. Uma sub-região competitiva externamente e coesa internamente		
PRIORIDADE/DOMÍNIO DE ATUAÇÃO		
3.1. Sustentabilidade da rede urbana de baixa densidade	3.2. Inserção e cooperação territorial - valorização de dinâmicas transfronteiriças	3.3. Competitividade e coesão do território de baixa densidade
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Reforçar e qualificar o papel da rede urbana de baixa densidade enquanto âncora estratégica da competitividade e coesão territorial	Promover a internacionalização e a competitividade da Beira Baixa potenciando a sua posição transfronteiriça para a criação de valor	Valorizar as especificidades e especialização da Beira Baixa, e a dicotomia urbano-rural, como motores de competitividade e coesão, promovendo políticas e instrumentos de apoio multidisciplinares e multissetoriais

Eixo 4. Uma sub-região sustentável e proativa na valorização dos seus recursos endógenos

PRIORIDADE/DOMÍNIO DE ATUAÇÃO		
4.1. Combate às alterações climáticas e gestão de riscos	4.2. Gestão e valorização do património natural, da floresta e da agricultura	4.3. Infraestruturas e serviços de suporte à qualidade de vida e preservação de habitats naturais e humanizados
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Promover a adaptação do território às mudanças de contexto decorrentes das alterações climáticas, agindo proativamente para a minimização de fenómenos extremos, catástrofes e riscos naturais e tecnológicos	Valorizar o “ecossistema” natural da Beira Baixa no seu todo e na sua vertente produtiva, promovendo a gestão integrada e a valorização económica sustentada	Assegurar a adequada cobertura do território sub-regional com as infraestruturas e serviços essenciais à manutenção da qualidade de vida, à preservação de ecossistemas/paisagens da Beira Baixa e à coesão e competitividade da Beira Baixa

Eixo 5. Uma sub-região com áreas de especialização competitivas

PRIORIDADE/DOMÍNIO DE ATUAÇÃO		
5.1. Áreas de especialização consolidadas/em consolidação		
Turismo	Floresta	Agroalimentar
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Criar e comunicar o produto turístico Beira Baixa sustentado na diversidade patrimonial e cultural existente e nas características inovadoras e distintivas da sub-região, consolidando um rumo estratégico e um modelo de atuação e promoção de escala regional em detrimento de esforços de promoção fragmentados	Promover a gestão sustentável e ativa dos recursos florestais, garantindo a valorização e aumento da sua cadeia produtiva e o seu valor acrescentado para o contexto socioeconómico sub-regional	Reforçar a investigação e a transferência de saber no setor agroindustrial da região, melhorando produtos, processos e comercialização possibilitando a entrada em mercados externos
5.2. Áreas de especialização emergentes/em desenvolvimento		
TICE	Indústrias criativas	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
Apostar e reforçar o tecido empresarial e a investigação no domínio das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica como motor transversal de desenvolvimento e competitividade da Beira Baixa, nomeadamente das áreas de especialização consolidadas/em consolidação	Valorizar o capital de conhecimento e de qualificação em domínios alicerçantes para o desenvolvimento do setor cultural e criativo como âncora socioeconómica diferenciadora e motor de competitividade da Beira Baixa	

4.2.2 Fichas individualizadas de prioridades/domínios de atuação

P 1.1. Sustentabilidade demográfica
<p>Objetivo estratégico</p> <p>Travar o esvaziamento e envelhecimento populacional, criando condições para a retenção e atração de residentes na Beira Baixa.</p>
<p>Áreas chave de intervenção</p> <p>(1) habitação, (2) rede de serviços e equipamentos de suporte à qualidade de vida; (3) emprego; (4) modelos laborais; (5) política fiscal; (6) dinâmicas culturais; (7) educação - sistema de ensino</p>
<p>Descrição de ações estruturantes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas em residentes (jovens e famílias) e empresas • Definir e implementar medidas ativas de acolhimento de população externa (migrantes nacionais e internacionais) • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da coesão social e territorial • Criar programas de apoio específicos ou, sendo programas existentes, com especificações adequadas para áreas de baixa densidade e com problemas demográficos, nomeadamente ao nível da <u>habitação e mercado de trabalho/emprego</u> • Definir e ter a possibilidade de implementar, de forma una, a presente estratégia territorial integrada, nomeadamente nas dimensões centradas na <u>melhoria do acesso a serviços básicos e a serviços/atividades culturais e económicas</u>, na promoção de ligações e complementaridades funcionais entre as zonas urbanas e rurais (descentralização de serviços, atividades, etc.) e na aposta em soluções inovadoras e adequadas ao contexto que potenciem o reforço do potencial endógeno da Beira Baixa e favoreça a atratividade sustentável do território, tendo em conta as necessidades reais existentes (reforço do papel do SCT existente; reforço das TIC com adequada qualidade de serviço) • Capacitar para a gestão de Fundos comunitários, em especial para aumentar as capacidades de gestão a nível local, com a assistência às autoridades locais e aos beneficiários e eliminando sobreposições e requisitos excessivos em matéria de documentação • Promover dinâmicas culturais inclusivas e atrativas que possam funcionar como elementos distintivos de um processo de integração de novos residentes e promovam o sentimento de pertença necessário para que a população temporária, nomeadamente a estudantil, opte pela Beira Baixa como local de residência
<p>Entidades corresponsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Administração central (através de políticas fiscais e de desenvolvimento focadas na discriminação positiva do interior, com descentralização de serviços para este território e apoio direto à população local – residentes, serviços e empresas) • Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios • Outras entidades com intervenção direta ou indireta nas áreas chave de intervenção, nomeadamente IEF, instituições de ensino superior (IPCB) e ensino obrigatório, etc.
<p>Possíveis fontes de financiamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • POISE (dimensão imaterial – atividades culturais, integração social, etc.) • POSEUR e POCH (equipamentos e serviços de apoio à qualidade de vida) • IHRU (apoios adequados à habitação) • POCL (apoios à instalação de empresas e criação de emprego) • FAMI e FEINPT • Programas internacionais – ERASMUS +, H2020 (<i>social challenges</i>)
<p>Resultados a alcançar</p>

<ul style="list-style-type: none">• Aumento da população residente• Aumento da população jovem• Aumento do número de famílias residentes• Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 1.2. Promoção da cidadania e inclusão ativas

Objetivo estratégico

Promover um contexto sub-regional favorável à qualidade de vida da população de todos os cidadãos, criando respostas adequadas às necessidades específicas de cada grupo social

Áreas chave de intervenção

(1) rede de serviços e equipamentos de suporte à qualidade de vida; (2) serviços de apoio social e inserção no mercado de trabalho; (3) inclusão ativa de grupos sociais mais frágeis – políticas multidisciplinares; (4) participação pública e acesso à informação; (5) política fiscal; (6) dinâmicas culturais; (7) educação/promoção do sucesso escolar; (8) habitação

Descrição de ações estruturantes

- Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas em residentes (jovens e famílias) e empresas
- Definir e implementar medidas ativas de acolhimento de população externa (migrantes nacionais e internacionais)
- Definir e implementar programas de promoção da qualidade de vida para a população sénior – envelhecimento ativo (físico e mental)
- Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da coesão social e territorial
- Definir e implementar programas de combate à violência doméstica, violência de género e qualquer tipo de discriminação social, racial e étnica
- Criar programas de apoio específicos ou, sendo programas existentes, com especificações adequadas para áreas de baixa densidade e com problemas demográficos, nomeadamente ao nível da habitação e mercado de trabalho/emprego
- Criar equipa intermunicipal de mediadores e facilitadores da inclusão social com responsabilidade de identificar, acompanhar, orientar e monitorizar resultados de processos de inclusão
- Reforçar apoios a iniciativas de empreendedorismo social especificamente focadas no apoio à resolução/minimização de problemas existentes neste território de baixa densidade
- Reforçar iniciativas de apoio à criação do próprio emprego e à integração no mercado de trabalho por parte de jovens e grupos mais vulneráveis
- Reforçar atividades de formação e capacitação da população com vista ao reforço de competências e à inclusão ativa por via da inserção no mercado de trabalho
- Reforçar a cobertura de redes de telecomunicações na Beira Baixa e criar canais e modelos de informação sobre oportunidades, programas, e informação relevante, acessíveis à população em geral
- Promover dinâmicas culturais inclusivas e atrativas que possam funcionar como elementos distintivos de um processo de integração de novos residentes e promovam o sentimento de pertença necessário para que a população temporária, nomeadamente a estudantil, opte pela Beira Baixa como local de residência
- Implementar programa de teleassistência e apoio à distância da população mais isolada

Entidades corresponsáveis

- Administração central (através de políticas fiscais e de desenvolvimento focadas na discriminação positiva do interior, com descentralização de serviços para este território e apoio direto à população local – residentes, serviços e empresas)
- Entidades com intervenção direta ou indireta nas áreas chave de intervenção, nomeadamente IEFP, Segurança Social, instituições de ensino superior (IPCB) e ensino obrigatório, IPSS e ONG, associações setoriais e locais e entidades associativas e culturais
- Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios

Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • POISE (dimensão imaterial – atividades culturais, integração social, emprego, etc.)/Portugal Inovação Social • POSEUR e POCH (equipamentos e serviços de apoio à qualidade de vida, promoção do sucesso escolar e formação) • Programas internacionais: <i>ERASMUS +</i>, <i>Europe for Citizens</i>, <i>H2020 (societal challenges)</i>, <i>EeaGrants</i> • Apoios Fundação Calouste Gulbenkian 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da taxa de risco de pobreza • Diminuição da taxa de risco de pobreza no trabalho • Diminuição da taxa de privação material grave • Diminuição da taxa de privação habitacional grave • Aumento dos anos de vida saudável (aos 65 anos) • Diminuição da proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho baixa • Aumento de número de projetos de inovação social 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 1.3. Combate às desigualdades	
Objetivo estratégico	
	Promover a redução das desigualdades e o aumento das oportunidades para grupos sociais mais vulneráveis, criando uma sub-região mais coesa
Áreas chave de intervenção	
	(1) emprego; (2) rede de serviços e equipamentos de suporte à qualidade de vida; (3) serviços de apoio social e inserção no mercado de trabalho; (4) inclusão ativa de grupos sociais mais frágeis – políticas multidisciplinares; (5) combate a todos os tipos de discriminação social negativa; (6) política fiscal
Descrição de ações estruturantes	
	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas em residentes (jovens e famílias) e empresas • Definir e implementar medidas ativas de acolhimento de população externa (migrantes nacionais e internacionais) • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da coesão social e territorial • Definir e implementar medidas ativas de promoção da igualdade, nomeadamente ao nível da compatibilização entre trabalho e família e diminuição das desigualdades salariais entre sexos – elaborar, implementar e monitorizar planos para a igualdade em entidades públicas e privadas da Beira Baixa • Reforçar políticas e programas de apoio à população mais desfavorecida/grupos mais vulneráveis, nomeadamente no acesso a serviços de saúde, ensino e cultura, com características adaptadas a este território de baixa densidade, nomeadamente à sua estrutura e tipo de ocupação urbana • Reforçar programas de promoção do sucesso escolar e reforço de competências • Criar programas de apoio específicos ou, sendo programas existentes, com especificações adequadas para áreas de baixa densidade e com problemas demográficos, nomeadamente ao nível da habitação e mercado de trabalho/emprego • Reforçar apoios a iniciativas de empreendedorismo social especificamente focadas no combate às desigualdades • Reforçar programas de informação, sensibilização e capacitação para o empreendedorismo, adequando as condições de elegibilidade do empreendedor/iniciativa empreendedora ao perfil populacional existente • Implementar e reforçar programas de inclusão ativa através da formação e capacitação para a vida ativa, reconversão profissional, voluntariado, cultura e português para todos, valorização das pessoas com deficiência e/ou incapacidade
Entidades corresponsáveis	
	<ul style="list-style-type: none"> • Administração central (através de políticas fiscais e de desenvolvimento focadas na discriminação positiva do interior, com descentralização de serviços para este território e apoio direto à população local – residentes, serviços e empresas) • Entidades com intervenção direta ou indireta nas áreas chave de intervenção, nomeadamente IEFP, Segurança Social, instituições de ensino superior (IPCB) e ensino obrigatório, IPSS e ONG, associações setoriais e locais e entidades associativas e culturais • Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios
Possíveis fontes de financiamento	
	<ul style="list-style-type: none"> • POISE (dimensão imaterial – atividades culturais, integração social, emprego, serviços de apoio à qualidade de vida, etc.)/Portugal Inovação Social • POCH (programas de formação e promoção do sucesso escolar) • Programas internacionais: <i>EeaGrants</i>, <i>ERASMUS +</i>, <i>Europe for Citizens</i>, <i>H2020 (societal challenges)</i>

Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da taxa de risco de pobreza • Diminuição da taxa de risco de pobreza no trabalho • Diminuição do número de crianças em risco de pobreza ou de exclusão social • Diminuição da taxa de privação material grave • Diminuição da taxa de privação habitacional grave • Aumento dos anos de vida saudável (aos 65 anos) • Diminuição da proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho baixa • Aumento de número de projetos de inovação social 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 2.1. Modernização administrativa e promoção da sociedade do conhecimento

Objetivo estratégico

Modernizar modelos de gestão de informação e de serviços públicos e apostar na produção e valorização do conhecimento científico como veículos essenciais para a coesão e competitividade sub-regional

Áreas chave de intervenção

(1) simplificação e modernização administrativa; (2) desmaterialização de serviços e aproximação ao cidadão; (3) participação pública e acesso à informação; (4) transferência de conhecimento do SCTN para o território/comunidade sub-regional; (5) descentralização de serviços e apoios financeiros à capacidade de produção de conhecimento - infraestruturas, recursos humanos, investigação e experimentação

Descrição de ações estruturantes

- Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas nas empresas e entidades de ensino superior/atividades de ID
- Implementar processos de simplificação e modernização administrativa nos serviços públicos, nomeadamente com a integração de modelos de maior proximidade com o cidadão
- Desenvolver e implementar sistema de gestão inteligente de informação da sub-região, com a integração de dados de vários organismos públicos e privados, nomeadamente de projetos em curso, possibilidades de parceria, etc.
- Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território
- Reforçar formação superior e técnica/profissional em domínios chave para as áreas de especialização da Beira Baixa (ver Eixo 5)
- Reforçar os apoios estruturais ao sistema científico e tecnológico, nomeadamente ao IPCB, no sentido de fortalecer a capacidade de investigação e produção de conhecimento, mas também de atrair e reter alunos, sendo para tal essencial o investimento em estruturas residenciais de qualidade para a população estudantil, investigadores e professores
- Adequar e incrementar apoios e incentivos à transferência de conhecimento do SCT para o tecido empresarial da Beira Baixa, simplificando modelos de cooperação e apostando em processos que permitam uma valorização dos produtos e processos das empresas da sub-região
- Consolidar e manter a aposta na investigação e produção de conhecimento em áreas que permitam a inovação e diferenciação nas áreas de especialização consolidadas/em consolidação, mas também nas áreas emergentes, estas últimas com um carácter de grande transversalidade
- Apoiar a criação de redes locais de inovação com carácter sub-regional entre agentes do SCT, agentes territoriais e empresariais
- Reforçar a cobertura de redes de telecomunicações na Beira Baixa
- Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização ao contexto das alterações climáticas em território do interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas

Entidades corresponsáveis

- Administração central
- Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios
- SCTN, nomeadamente o IPCB
- Empresas
- Associações empresariais

Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • POCI • PDR • FCT • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; COSME; H2020 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de serviços públicos, destinados ao cidadão e/ou empresas, alvo de desmaterialização e simplificação • Aumento da despesa em ID/intensidade de ID • Aumento do PIB per capita • Aumento dos pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes • Aumento da produtividade do trabalho por pessoa • Aumento do número de projetos de cooperação e parcerias entre o SCT e empresas • Aumento do número de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas áreas de especialização da Beira Baixa 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 2.2. Inovação empresarial e qualificação das instituições

Objetivo estratégico
Reforçar incentivos e políticas territorializadas de suporte à inovação e à qualificação nas empresas e instituições da Beira Baixa, sustentadas nas especificidades e desafios sub-regionais
Áreas chave de intervenção
(1) simplificação e modernização administrativa; (2) descentralização de serviços e apoios financeiros à capacidade de produção de conhecimento - infraestruturas, recursos humanos, investigação e experimentação; (3) política fiscal e discriminação positiva da Beira Baixa; (4) captação de investimento [nacional e estrangeiro] e criação de ecossistema de facilitação da instalação [espaços, recursos humanos, qualificação, infraestruturas]; (5) Apoio às empresas e a novas ideias de negócio; (6) cadeias de valor, redes empresariais e capacitação digital; (7) especialização inteligente [turismo, floresta e agroalimentar/TICE e indústrias criativas]
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none">• Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas nas empresas, Investimento direto estrangeiro (IDE) e entidades de ensino superior/atividades de ID• Implementar processos de simplificação e modernização administrativa nos serviços públicos, nomeadamente com a integração de modelos de maior proximidade com o cidadão e agilização de processos por via da digitalização dos mesmos• Desenvolver e implementar um Programa de atração de investimento da Beira Baixa• Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território• Desenvolver e implementar sistema de gestão inteligente de informação da sub-região, com a integração de dados de vários organismos públicos e privados, nomeadamente de projetos em curso, possibilidades de parceria, etc.• Desenvolver sistemas de incentivo adequados às características das empresas da Beira Baixa – setores de especialização, dimensão das empresas, necessidades específicas decorrentes do contexto, especificamente vocacionados para este território• Criar via verde para o IDE no interior, com a agregação de esforços de entidades da administração pública e privadas que tutelem áreas que poderão condicionar um contexto competitivo e favorável (AICEP, CCDR, DRAP, EDP, etc.)• Aumentar a capacidade da sub-região para acolhimento de empresas – apostar no aumento e diversificação da rede de espaços de acolhimento empresarial com a integração de diferentes tipologias de áreas que respondam a distintas necessidades de espaço (empresas nascentes/incubação, espaços agrícolas, edifícios, escritórios, etc.)• Apoiar a criação de redes locais de inovação com carácter sub-regional entre agentes do SCT, agentes territoriais e empresariais• Reforçar a cobertura de redes de telecomunicações na Beira Baixa• Apostar na qualificação, capacitação do tecido empresarial e na sua modernização, através de incentivos diretos à formação especialização, incorporação de RH qualificados/qualificação dos existentes, digitalização e incorporação das TICE, cooperação interempresarial e cooperação externa• Reforçar o posicionamento das empresas e promover a sua adaptação ao contexto das alterações climáticas em território do interior: adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas e ainda o apoio a atividades económicas que possam ser geradas por estas novas oportunidades• Adequar e incrementar apoios e incentivos à transferência de conhecimento do SCT para o tecido empresarial da Beira Baixa, simplificando modelos de cooperação e apostando em processos que permitam uma valorização dos produtos e processos das empresas da sub-região – por exemplo: vales de inovação, vales digitalização para as empresas

<ul style="list-style-type: none"> • Criar ecossistema de inovação aberta para desenvolvimento de soluções, produtos e serviços que respondam diretamente aos desafios da Beira Baixa – sistema de incentivos à inovação e desenvolvimento tecnológico com foco nas especificidades da Beira Baixa 												
Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Municípios e Comunidade Intermunicipal – CIMBB • SCTN, nomeadamente o IPCB • Empresas • Associações empresariais 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • POCI • PDR • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; COSME; H2020 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de empresas • Aumento do volume de negócios por empresa • Aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e dirigentes empresariais • Aumento da taxa de sobrevivência das empresas • Aumento da taxa de natalidade das empresas • Aumento do investimento direto estrangeiro • Aumento da despesa em ID/intensidade de ID • Aumento da produtividade do trabalho por pessoa • Aumento do PIB per capita • Aumento do número de projetos de cooperação e parcerias entre o SCT e empresas • Aumento do número de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas áreas de especialização da Beira Baixa • Aumento da intensidade exportadora • Aumento da proporção de exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações • Aumento do grau de abertura ao comércio internacional 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 2.3. Atração e qualificação dos recursos humanos

Objetivo estratégico
Criar um contexto empresarial, socioeconómico, científico e territorial facilitador da atração de recursos humanos, promovendo um ajuste na disponibilização de qualificações adequadas às necessidades específicas da Beira Baixa
Áreas chave de intervenção
(1) qualificação e formação profissional; (2) rede integrada de entidades de formação e qualificação profissional; (3) educação/promoção do sucesso escolar - sistema de ensino; (4) adequação oferta/procura nas várias modalidades de ensino e formação; (5) captação de investimento [nacional e estrangeiro]; (5) Apoio às empresas e a novas ideias de negócio; (6) cadeias de valor e capacitação digital
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas em residentes (jovens e famílias) e empresas • Reforçar as políticas de apoio ao sucesso escolar e qualificação ao longo da vida • Criar e/ou reforçar oferta formativa e de ensino adaptada às necessidades do território da Beira Baixa e das suas empresas • Reforçar apoios e incentivos à qualificação dos trabalhadores e reforçar os apoios ao emprego e inserção profissional dos jovens no tecido económico da Beira Baixa com uma discriminação positiva para as empresas que apostem nestes novos ativos qualificados • Criar apoios e incentivos à formação e qualificação em domínios da especialização inteligente da Beira Baixa, consolidados e emergentes, nomeadamente nas tecnologias facilitadores do desenvolvimento integrado da economia sub-regional e competências conexas – apoio para as entidades formadoras/de ensino e para formandos/alunos • Assegurar a transversalidade dos apoios, indexando apoios complementares como os de acesso à habitação aos referentes à formação e especialização para os residentes na Beira Baixa • Criar programas de apoio à atração de RH, associados a processos de reconversão profissional para dar resposta às necessidades do tecido empresarial da Beira Baixa • Criar mecanismos céleres para a validação e equivalência de competências de população migrante • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território
Entidades corresponsáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Municípios e Comunidade Intermunicipal – CIMBB • SCTN, nomeadamente o IPCB • IEFP e outras entidades formadoras certificadas, nomeadamente do sistema educativo regional • Associações empresariais
Possíveis fontes de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> • POCI • POCH • IEFP
Resultados a alcançar
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da população residente com formação superior • Aumento do número de famílias residentes • Aumento da taxa de progressão dos estudos • Aumento do volume de negócios por empresa • Aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e dirigentes empresariais

<ul style="list-style-type: none">• Aumento da produtividade do trabalho por pessoa• Aumento do PIB per capita• Aumento do número de projetos de cooperação e parcerias entre o SCT e empresas• Aumento do número de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas áreas de especialização da Beira Baixa												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 3.1. Sustentabilidade da rede urbana de baixa densidade

Objetivo estratégico
Reforçar e qualificar o papel da rede urbana de baixa densidade enquanto âncora estratégica da competitividade e coesão territorial
Áreas chave de intervenção
(1) reabilitação e regeneração urbanas acessíveis à rede polinucleada de aglomerações da sub-região; (2) rede de serviços e equipamentos de suporte à qualidade de vida e à competitividade [infraestruturas]; (3) cultura e lazer; (4) habitação; (5) mobilidade e transportes; (6) gestão de informação e agenda urbana de baixa densidade; (7) despovoamento e riscos associados; (8) descentralização de competências; (9) políticas fiscais e políticas multidisciplinares
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas em residentes (jovens e famílias) e empresas • Definir e implementar políticas fiscais de incentivo à reabilitação e revitalização urbana, especialmente para habitação e serviços/atividades económicas de proximidade e de incentivo à ocupação e rentabilização de zonas adjacentes aos aglomerados com modelos de ocupação sustentáveis que minimizem riscos de incêndio e impactos de alterações climáticas • Reforçar apoios à regeneração e revitalização urbana para todos os aglomerados constituintes da rede urbana polinucleada sub-regional e não apenas das sedes de concelho • Desenvolver, testar e reforçar apoios ao acesso à habitação, adequados à realidade e contexto sub-regional • Implementar redes e modelos de serviços de proximidade, adequados ao contexto sociocultural local, garantindo a qualidade de vida dos que residem e apoiando dinâmicas de atração de novos residentes – rede de equipamentos de saúde, escolares, culturais, apoio social, lazer, administrativos • Implementar, de forma consequente, políticas de apoio à cultura para a ativação de um ecossistema cultural sub-regional dinâmico e impulsionador da atratividade e diferenciação da Beira Baixa • Apoiar modelos de mobilidade, nomeadamente de transportes públicos, adequados ao território de baixa densidade • Reforçar a cobertura de redes de telecomunicações na Beira Baixa • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade e coesão do território
Entidades corresponsáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Municípios e Comunidade Intermunicipal – CIMBB • IPCB, nomeadamente as escolas de artes • Associações e grupos culturais • Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico • ADXTUR
Possíveis fontes de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> • POSEUR • POISE/Portugal Inovação Social • PDR • IFRRU • Fundação Calouste Gulbenkian • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; URBACT, Europa Criativa

Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none">• Aumento da população residente• Aumento do nível de satisfação da população com o seu local de residência• Aumento da área urbana alvo de intervenção• Diminuição do número de imóveis devolutos e/ou em mau estado de conservação• Aumento do número de atividades culturais• Aumento do número de visitantes a espaços de arte e cultura												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 3.2. Inserção e cooperação territorial - valorização de dinâmicas transfronteiriças												
Objetivo estratégico												
Promover a internacionalização e a competitividade da Beira Baixa potenciando a sua posição transfronteiriça para a criação de valor												
Áreas chave de intervenção												
(1) redes transfronteiriças; (2) promoção externa; (3) cadeias de valor e competitividade económica; (4) eficiência coletiva; (5) valorização e preservação de ecossistemas e património; (6) mobilidade e transportes; (7) turismo												
Descrição de ações estruturantes												
<ul style="list-style-type: none"> • Criar um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) • Reforçar domínios de cooperação com Espanha, nomeadamente ao nível da gestão e promoção territorial e dos recursos naturais e endógenos • Investir na melhoria das ligações rodo e ferroviárias entre Portugal, via Beira Baixa, e Espanha • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território 												
Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Municípios e Comunidade Intermunicipal - CIMBB 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Cooperação Territorial europeia, nomeadamente o POCTEP 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de projetos de cooperação transfronteiriça • Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 3.3. Competitividade e coesão do território de baixa densidade

Objetivo estratégico
Valorizar as especificidades e especialização da Beira Baixa, e a dicotomia urbano-rural, como motores de competitividade e coesão, promovendo políticas e instrumentos de apoio multidisciplinares e multissetoriais
Áreas chave de intervenção
(1) rede de espaços e serviços de apoio às empresas; (2) desenvolvimento rural; (3) rede de serviços e equipamentos de suporte à qualidade de vida e à competitividade; (4) cultura e lazer; (5) habitação; (6) mobilidade e transportes; (7) despovoamento e riscos associados; (8) descentralização de competências; (9) políticas fiscais e políticas multidisciplinares; (10) cadeias de valor, redes empresariais e capacitação digital; (11) especialização inteligente [turismo, floresta e agroalimentar]
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior focadas em residentes (jovens e famílias) e empresas • Definir e implementar medidas ativas de acolhimento de população externa (migrantes nacionais e internacionais) • Reforçar o investimento e apoio à consolidação de uma rede regional de áreas de acolhimento empresarial – apostar no aumento e diversificação da rede de espaços de acolhimento empresarial com a integração de diferentes tipologias de áreas que respondam a distintas necessidades de espaço (empresas nascentes/incubação, espaços agrícolas, edifícios, escritórios, etc.) • Apoiar a criação de redes locais de inovação com carácter sub-regional entre agentes do SCT, agentes territoriais e empresariais para responder a problemas sociais e de gestão do território, nomeadamente nos domínios de especialização da região e na gestão de riscos • Definir e implementar políticas fiscais de incentivo à reabilitação e revitalização urbana, especialmente para habitação e serviços/atividades económicas de proximidade e de incentivo à ocupação e rentabilização de zonas adjacentes aos aglomerados com modelos de ocupação sustentáveis que minimizem riscos de incêndio e impactos de alterações climáticas • Desenvolver, testar e reforçar apoios ao acesso à habitação, adequados à realidade e contexto sub-regional • Reforçar o investimento e apoio na conservação, proteção, promoção do património natural e cultural • Reforçar apoios às microempresas e entidades da economia social, âncoras essenciais da qualidade de vida e dinâmica sociocultural e económica da Beira Baixa • Reforçar o investimento e apoios diretos a projetos ligados às especificidades do território, quer no domínio do desenvolvimento urbano de baixa densidade como no domínio da especialização inteligente • Apoiar e promover modelos inteligentes adequados a territórios de baixa densidade, com sistemas de mobilidade sustentável e redes de serviços de proximidade adequados (transporte inteligente/a pedido, serviços móveis, uso de tecnologias e dados abertos para melhorar gestão do território) • Investir em projetos de valorização da identidade e cultura locais como impulsionadores de processos estruturados de promoção do território para novos residentes e atividades económicas e incrementar o sentimento de pertença dos que já aqui estão na Beira Baixa • Investir na melhoria da rede ferroviária, como meio de mobilidade estruturante de ligação externa • Criar mecanismos de financiamento multifundo e multidisciplinares para os territórios de baixa densidade, agregando diferentes objetivos e prioridades de investimento (à semelhança do modelo PEDU, mas com outras prioridades de investimento) garantindo que temáticas chave são trabalhadas de forma coerente e consequente (emprego, habitação, ensino e investigação,

serviços públicos, especialização inteligente, gestão do território/riscos e adaptação às alterações climáticas)												
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território 												
Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central – áreas multinível • Municípios e Comunidade Intermunicipal • SCTN, nomeadamente IPCB • Entidades associativas e da economia social • Empresas 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • POSEUR • POCI • POISE • PDR • FEE • Programas Internacionais, nomeadamente de Cooperação Territorial Europeia e Eeagrants 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da população residente • Aumento do número de famílias residentes • Aumento da cobertura de serviços públicos nas áreas da saúde, educação, cultura, lazer • Aumento da resiliência territorial e diminuição da vulnerabilidade às alterações climáticas e desertificação; • Aumento do número de visitantes e turistas • Aumento do número de empresas • Aumento do PIB per capita • Aumento do número de projetos de inovação social • Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2

P 4.1. Combate às alterações climáticas e gestão de riscos

Objetivo estratégico

Promover a adaptação do território às mudanças de contexto decorrentes das alterações climáticas, agindo proativamente para a minimização de fenómenos extremos, catástrofes e riscos naturais e tecnológicos

Áreas chave de intervenção

(1) prevenção de riscos naturais e tecnológicos [fogos florestais, ameaças NRBQ³⁵, desertificação dos solos; ondas de calor, etc.]; (2) gestão e valorização florestal; (3) gestão hídrica e desertificação dos solos (gestão transfronteiriça de recursos); (4) transição e eficiência energética; (5) valorização de recursos energéticos renováveis; (6) mobilidade sustentável [modelos adequados a territórios de baixa densidade]; (7) sustentabilidade na agricultura [agentes bioquímicos e impactos ambientais/saúde pública]; (8) políticas fiscais e políticas multidisciplinares; (9) especialização inteligente [turismo, floresta e agroalimentar]

Descrição de ações estruturantes

- Desenvolver e implementar um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas
- Desenvolver e implementar um Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos
- Desenvolver e implementar um Plano Intermunicipal de Emergência de Proteção Civil
- Desenvolver e implementar um Plano Intermunicipal para o sequestro de carbono
- Desenvolver e implementar um Plano Intermunicipal de valorização agroflorestal que agregue e promova uma atuação coerente dos proprietários agroflorestais, que promova práticas de exploração sustentáveis, a valorização energética dos sobrantes da exploração florestal e que fomente o desenvolvimento e valorização turística do território
- Definir e implementar um Plano Intermunicipal de mobilidade da Beira Baixa, adequado às especificidades deste território rural de baixa densidade
- Reforçar as iniciativas enquadradas no Plano de Ação para a Energia Sustentável da Beira Baixa, de modo a promover (i) uma eficaz monitorização com informação de poupanças geradas e metas atingidas; (ii) uma gestão integrada de consumos com um aumento da eficiência energética; (iii) uma produção e utilização mais limpa da energia e (iv) projetos-piloto de autossuficiência energética em contexto doméstico, empresarial e industrial
- Reforçar a cobertura de redes de vigilância para a prevenção de incêndios florestais e apoio à decisão operacional
- Promover uma Campanha visando a mudança comportamental da população e das empresas da região, através da aposta na educação para comportamentos sustentáveis, informando sobre boas práticas (incluindo boas práticas de eficiência energética e de integração de fontes de energia renovável)
- Reforçar os apoios estruturais ao sistema científico e tecnológico, nomeadamente ao IPCB, no sentido de fortalecer a capacidade de investigação e produção de conhecimento nas áreas da eficiência energética e gestão de riscos
- Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização ao contexto das alterações climáticas em território interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas
- Integrar redes internacionais para troca de experiências e conhecimento relativos a modelos de gestão do território inovadores que potenciem o aumento da resistência e adaptação às alterações climáticas e a mitigação da erosão e perda de solo em áreas afetadas por incêndios
- Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território

³⁵ NRBQ – nucleares, radiológicas, biológicas e químicas

Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios • SCTN, nomeadamente o IPCB • Associações empresariais • Associações de desenvolvimento • Produtores agroflorestais • Associação de produtores agrícolas, florestais, agroflorestais 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • POSEUR • Fundo Ambiental • Fundo Florestal Permanente • PDR • POCI • FEE • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; CIVITAS; LIFE; COSME 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência • Aumento da eficiência energética dos edifícios públicos • Aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis • Diminuição da emissão de gases com efeito de estufa • Melhoria da qualidade do ar • Diminuição da área florestal ardida • Diminuição do consumo da energia elétrica, água e gás 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.2	4.3	5.1	5.2

P 4.2. Gestão e valorização do património natural, da floresta e da agricultura

Objetivo estratégico

Valorizar o “ecossistema” natural da Beira Baixa no seu todo e na sua vertente produtiva, promovendo a gestão integrada e a valorização económica sustentada

Áreas chave de intervenção

(1) prevenção de riscos naturais e tecnológicos [fogos florestais, ameaças NRBQ³⁶, desertificação dos solos; ondas de calor, etc.]; (2) gestão e valorização florestal; (3) gestão hídrica e desertificação dos solos (gestão transfronteiriça de recursos); (4) transição e eficiência energética; (5) valorização de recursos energéticos renováveis; (6) mobilidade sustentável [modelos adequados a territórios de baixa densidade]; (7) sustentabilidade na agricultura [agentes bioquímicos e impactos ambientais/saúde pública]; (8) políticas fiscais e políticas multidisciplinares; (9) especialização inteligente [turismo, floresta e agroalimentar]

Descrição de ações estruturantes

- Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior, focadas nos produtores, empresas e entidades do sistema científico e tecnológico
- Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território
- Definir e implementar um Plano Intermunicipal de Gestão e Valorização Integrada dos Recursos Naturais nomeadamente dos recursos hídricos e do Tejo internacional, das Serras da Gardunha, Malcata, Marateca, Barragem e Vales do Ocesa, impulsionando a adoção de práticas sustentáveis de visita do território
- Definir e implementar um Plano Intermunicipal de valorização agroflorestal que agregue e promova uma atuação coerente dos proprietários agroflorestais, que promova práticas de exploração sustentáveis, a valorização energética dos sobrantes da exploração florestal e que fomenta o desenvolvimento e valorização turística do território
- Reforçar as iniciativas de promoção e divulgação do património natural e cultural classificado
- Reforçar a adoção de práticas de gestão sustentáveis dos recursos naturais através da criação de uma rede dedicada à partilha e transferência de conhecimento e inovação no domínio das espécies silvestres, gestão cinegética, caça e biodiversidade
- Integrar redes internacionais para troca de experiências e conhecimento nas áreas da gestão sustentável da floresta/proteção contra fogos florestais e da agricultura sustentável
- Reforçar os apoios estruturais ao sistema científico e tecnológico, nomeadamente ao IPCB e complementarmente em domínios mais relacionados com o setor agrícola e agroalimentar, ao CATAA e ao INOVCLUSTER no sentido de fortalecer a capacidade de investigação e produção de conhecimento, mas também de formação e atração de talento e de empreendedores para as áreas relacionadas com a valorização dos recursos naturais, da floresta e da agricultura
- Adequar e incrementar apoios e incentivos à transferência de conhecimento do SCT para o tecido empresarial e produtores agroflorestais da Beira Baixa, simplificando modelos de cooperação e apostando em processos que permitam uma valorização dos produtos e processos das empresas da sub-região, implementando uma rede de serviços especializados de apoio ao empreendedorismo e ao tecido empresarial/produtores e um programa de mobilidade e intercâmbio entre as empresas e o sistema científico e tecnológico nacional e transfronteiriço
- Consolidar e manter a aposta na investigação e produção de conhecimento em áreas que permitam a inovação (incluindo projetos de inovação aberta com o envolvimento da população)

³⁶ NRBQ – nucleares, radiológicas, biológicas e químicas

<ul style="list-style-type: none"> Promover uma Campanha visando a mudança comportamental da população e das empresas e produtores da região, através da aposta na educação para a adoção de comportamentos e práticas sustentáveis 												
Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> Administração central Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios SCTN, nomeadamente o IPCB, INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária Centro de Competências para o Estudo, Gestão e Sustentabilidade das Espécies Cinegéticas e Biodiversidade UNESCO European and Global Geopark Associações empresariais e setoriais Associações de desenvolvimento Produtores agroflorestais Associação de produtores agrícolas, florestais, agroflorestais 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> POSEUR Fundo Ambiental Fundo Florestal Permanente POCI PDR FEE Programas internacionais: LIFE; Programas de cooperação territorial europeia; CIVITAS 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência Aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis Aumento do número de empresas ligadas à valorização dos recursos naturais Aumento do número de trabalhadores com atividades ligadas à valorização dos recursos naturais Aumento do volume de negócios de empresas ligadas à valorização dos recursos naturais Aumento da mancha florestal de espécies autóctones Diminuição da emissão de gases com efeito de estufa Melhoria da qualidade do ar Diminuição da área florestal ardida 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.3	5.1	5.2

P 4.3. Infraestruturas e serviços de suporte à qualidade de vida e preservação de habitats naturais e humanizados

Objetivo estratégico
Assegurar a adequada cobertura do território sub-regional com as infraestruturas e serviços essenciais à manutenção da qualidade de vida, à preservação de ecossistemas/paisagens e à coesão e competitividade da Beira Baixa
Áreas chave de intervenção
(1) Infraestruturação básica (abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, telecomunicações, acessibilidades); (2) rede de serviços e equipamentos de suporte à qualidade de vida; (3) modelos de implementação de redes de serviços e infraestruturas adaptados à realidade da baixa densidade; (4) habitação; (5) transição e eficiência energética; (6) políticas fiscais e políticas multidisciplinares adaptadas ao contexto sub-regional; (7) especialização inteligente [turismo, floresta e agroalimentar]; (8) preservação da biodiversidade; (9) património natural e preservação de áreas classificadas
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none"> • Investir na conclusão de redes de abastecimento de água, saneamento e gestão e tratamento de RSU no território da Beira Baixa e na implementação de soluções inovadoras de gestão adequadas à baixa densidade do território • Reforçar os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com a especialização e desenvolvimento da competitividade do território • Reforçar apoios para a economia circular e gestão integrada de resíduos das atividades económicas da região (produção e utilização inteligente; aumento do ciclo de vida dos produtos; aplicações e reutilizações de materiais e sobrantes de produção, etc.), criando redes locais inovadoras nestes domínios • Definir e implementar um Plano Intermunicipal de operacionalização de infraestruturas urbanas e serviços básicos de suporte à qualidade de vida na Beira Baixa (incluindo energia e telecomunicações), adequado às especificidades deste território rural de baixa densidade, e que assegure a redução de perdas de água nos sistemas públicos de distribuição • Definir e implementar um Plano Intermunicipal de mobilidade da Beira Baixa, adequado às especificidades deste território rural de baixa densidade • Reforçar as iniciativas enquadradas no Plano de Ação para a Energia Sustentável da Beira Baixa, de modo a promover (i) uma eficaz monitorização com informação de poupanças geradas e metas atingidas; (ii) uma gestão integrada de consumos com um aumento da eficiência energética; (iii) uma produção e utilização mais limpa da energia e (iv) projetos-piloto de autossuficiência energética em contexto doméstico, empresarial e industrial • Reforçar os apoios e incentivos a mudanças comportamentais da população e das empresas para a gestão eficiente de recursos (água, energia, sobrantes de produção, resíduos, etc), através da aposta na educação para comportamentos sustentáveis, informando sobre boas práticas (incluindo boas práticas de eficiência energética e de integração de fontes de energia renovável) • Reforçar a cobertura de redes de telecomunicações na Beira Baixa
Entidades corresponsáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios • Associações empresariais • Associações de desenvolvimento
Possíveis fontes de financiamento
<ul style="list-style-type: none"> • POSEUR • Fundo Ambiental • POCI

<ul style="list-style-type: none"> • FEE • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; CIVITAS; LIFE; COSME 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da taxa de cobertura das infraestruturas de água e saneamento • Aumento da taxa de reciclagem • Diminuição de RSU • Diminuição de desperdício e sobrantes de produção das empresas regionais • Aumento da eficiência energética dos edifícios públicos • Diminuição de perdas de água no sistema de abastecimento • Aumento da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis • Diminuição da emissão de gases com efeito de estufa • Melhoria da qualidade do ar • Diminuição do consumo da energia elétrica, água e gás • Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	5.1	5.2

P 5.1. Áreas de especialização consolidadas/em consolidação: Turismo, Floresta e Agroalimentar

TURISMO

Objetivos estratégicos

- Criar e comunicar o produto turístico Beira Baixa sustentado na diversidade patrimonial e cultural existente e nas características inovadoras e distintivas da sub-região, consolidando um rumo estratégico e um modelo de atuação e promoção de escala regional em detrimento de esforços de promoção fragmentados

Áreas chave de intervenção

(1) Valorização do património natural; **(2)** valorização do património cultural; **(3)** promoção interna e externa; **(4)** dinamização e ativação cultural; **(5)** participação e mobilização da comunidade; **(6)** construção e produtos turísticos; **(7)** cooperação territorial [nacional, transfronteiriça e internacional]; **(8)** capacitação de agentes turísticos; **(9)** emprego e qualificação da oferta; **(10)** prospeção e proatividade na captação/gestão da procura; **(11)** IDE e apoios financeiros e técnicos aos investidores/empresários

Descrição de ações estruturantes

- Reforçar os apoios financeiros à valorização e dinamização do património cultural e natural (PI 6.3 do atual quadro de apoios comunitários), nomeadamente no que se refere a intervenções físicas necessárias à preservação e dinamização dos espaços, mas também a investimentos imateriais, com apoios expressivos em programação cultural e ativação de produtos turísticos integrados
- Reforçar e consolidar o papel da CIMBB e dos municípios no domínio do turismo: robustecer os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias relacionadas com o Turismo, nomeadamente ao nível da programação, promoção e gestão do património e espaços específicos ligados a práticas turísticas
- Consolidar e qualificar a oferta para aumentar a procura: desenvolver e executar um Programa Regional de Turismo – “Beira Baixa - Turismo de excelência” - assente numa rede regional de oferta que congregue e capacite as entidades públicas e privadas que operam no setor do turismo, defina produtos turísticos integrados e que identifique e ative canais inovadores de promoção e distribuição do destino Beira Baixa
- Criar sistemas de apoio e incentivo para reforço e reinvenção de atividades culturais com base nas especificidades e identidade regional – apoio direto à cultura
- Desenvolver/atualizar e implementar a estratégia de marketing, internacionalização e dinamização do território/destino Beira Baixa e da marca “Beira Baixa – Terras de Excelência”: vertentes investidores, operadores e turistas
- Implementar programas estruturados de formação empresarial para o setor do turismo
- Implementar, conjuntamente com o Turismo de Portugal, AICEP/Diplomacia Económica e Associações Empresariais e com a diáspora, ações de captação de IDE para o setor do turismo
- Reforçar os apoios estruturais ao sistema científico e tecnológico, nomeadamente ao IPCB (Escola Superior de Gestão, Escola Superior de Educação – segmento turismo sénior) para apostar em áreas de conhecimento e especialização com impacto direto no setor do turismo da Beira Baixa
- Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização ao contexto das alterações climáticas em território interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas
- Apostar num ecossistema colaborativo entre agentes dos diferentes setores de especialização (turismo, floresta, agroalimentar, TICE e Indústrias Criativas) como forma de aumentar o valor e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos no território
- Criar sistemas de apoio/incentivo integrados que permitam a apresentação de projetos multidisciplinares integrados, garantindo uma melhor articulação e aplicação de fundos estruturais

FLORESTA
Objetivos estratégicos
<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e ativa dos recursos florestais, garantindo a valorização e aumento da sua cadeia produtiva e o seu valor acrescentado para o contexto socioeconómico sub-regional
Áreas chave de intervenção
<p>(1) sustentabilidade económica da atividade [multiatividade, certificação]; (2) gestão hídrica, desertificação dos solos e acesso à água [regadios e gestão transfronteiriça de recursos]; (3) transição, eficiência energética [incluindo biomassa] e economia circular; (4) reflorestação, ocupação das terras e prevenção de riscos naturais e tecnológicos [fogos florestais, ameaças NRBQ, desertificação dos solos; ondas de calor, etc.]; (5) cadastro rural e regime de propriedade; (6) organização associativa; (7) canais de venda e distribuição e promoção integrada de produtos de qualidade Beira Baixa [marca]; (8) políticas fiscais e políticas multidisciplinares adaptadas ao contexto sub-regional; (9) emprego e qualificação de recursos humanos; (10) preservação da biodiversidade da fauna e flora; (11) investigação e desenvolvimento [redes de cooperação, investimento e apoios públicos adequados às especificidades da sub-região]; (12) IDE e apoios financeiros e técnicos aos investidores/empresários</p>
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none"> Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior, com especificidades para o contexto e realidade local, nomeadamente no setor florestal Reforçar os apoios financeiros à valorização e dinamização florestal, adaptando-os ao contexto da Beira Baixa e às especificidades do setor aqui existente – minifúndio e ainda sem estruturas organizadas – apoiar o caminho necessário à organização dos pequenos produtores, mas sem vedar a possibilidade de acesso a apoios até esse caminho estar concluído Desenvolver e implementar/apoiar medidas proativas de prevenção de riscos e catástrofes de forma estrutural e contínua: Criar o “Programa Valorizar Floresta” (por analogia ao Programa Valorizar do Turismo de Portugal) - reforçar investimento público para a florestação com espécies autóctones (criar banco de sementes da Beira Baixa, que permita o desenvolvimento de modelos de produção mais eficiente) e de forte resiliência, a gestão florestal (apoio a organização de produtores e certificação florestal) e a economia circular (gestão de sobrantes, biomassa, etc.) Implementar medidas propostas nas P 4.2 e 4.1. como alavancas do setor Reforçar e consolidar o papel da CIMBB e dos municípios no domínio da floresta: robustecer os meios financeiros e humanos da comunidade intermunicipal e municípios para operacionalização das competências descentralizadas em matérias prevenção, proteção civil, etc., garantindo que a intervenção e valorização da floresta é prioritária como política pública Implementar programas estruturados de formação empresarial para o setor florestal – certificação, organização de produção, diversificação de culturas e acréscimo de valor produtivo, adaptação às alterações climáticas, etc. Implementar, conjuntamente com organismos da administração central do Desenvolvimento Rural e das Florestas, AICEP/Diplomacia Económica e Associações Empresariais e com a diáspora, ações de captação de IDE para o setor florestal Reforçar os apoios estruturais ao sistema científico e tecnológico, nomeadamente ao IPCB (Escola Superior Agrária) para apostar em áreas de conhecimento e especialização com impacto direto no setor florestal da Beira Baixa Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização ao contexto das alterações climáticas em território interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas Apostar num ecossistema colaborativo entre agentes dos diferentes setores de especialização (turismo, floresta, agroalimentar, TICE e indústrias criativas) como forma de aumentar o valor e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos no território Criar sistemas de apoio/incentivo integrados que permitam a apresentação de projetos multidisciplinares integrados, garantindo uma melhor articulação e aplicação de fundos estruturais

AGROALIMENTAR
Objetivos estratégicos
<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a investigação e a transferência de saber no setor agroindustrial da região, melhorando produtos, processos e comercialização, e possibilitando a entrada em mercados externos
Áreas chave de intervenção
<p>(1) prospeção e proatividade na captação/gestão da procura; (2) sustentabilidade económica da atividade [multiatividade, certificação]; (3) gestão hídrica, desertificação dos solos e acesso à água [regadios e gestão transfronteiriça de recursos]; (4) transição, eficiência energética e economia circular; (5) organização associativa; (6) canais de venda e distribuição e promoção integrada de produtos de qualidade Beira Baixa [marca]; (7) políticas fiscais e políticas multidisciplinares adaptadas ao contexto sub-regional; (8) emprego e qualificação de recursos humanos; (9) preservação da biodiversidade da fauna e flora; (10) investigação e desenvolvimento [redes de cooperação, investimento e apoios públicos adequados às especificidades da sub-região]; (11) IDE e apoios financeiros e técnicos aos investidores/empresários</p>
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none">• Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior, com especificidades para o contexto e realidade local, nomeadamente no setor agroalimentar• Desenvolver/atualizar e implementar a estratégia de marketing, internacionalização e dinamização do território/destino Beira Baixa e da marca “Beira Baixa – Terras de Excelência” como símbolo de reconhecimento da qualidade dos produtos locais e que identifique e utilize canais inovadores de promoção e distribuição dos produtos agroalimentares com a marca “Beira Baixa – Terras de Excelência”• Reforçar e consolidar o papel da CIMBB e dos municípios, e consequente disponibilidade de recursos humanos e financeiros, no domínio da promoção dos produtos endógenos da região, quer com apoios diretos aos pequenos produtores, como é o caso do SI2E como com apoios diretos à valorização económica dos recursos endógenos como é o caso da EEC PROVERE• Implementar programas estruturados de formação empresarial para o setor agroalimentar – certificação, organização de produção, diversificação de culturas e acréscimo de valor produtivo, adaptação às alterações climáticas, etc.• Implementar, conjuntamente com organismos da administração central nos domínios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Florestas, AICEP/Diplomacia Económica e Associações Empresariais e com a diáspora, ações de captação de IDE para o setor agroalimentar• Reforçar os apoios estruturais à IDI, nomeadamente ao IPCB (Escola Superior Agrária), ao CATAA e ao INOVCLUSTER no sentido de fortalecer a capacidade de investigação e produção de conhecimento, mas também de formação e atração de talento e de empreendedores para as áreas de especialização do território• Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização ao contexto das alterações climáticas em território interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas• Apostar num ecossistema colaborativo entre agentes dos diferentes setores de especialização (turismo, floresta, agroalimentar, TICE e indústrias criativas) como forma de aumentar o valor e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos no território, a densificar o tecido económico e a intensificar as trocas nos mercados globais/exportação• Criar sistemas de apoio/incentivo integrados que permitam a apresentação de projetos multidisciplinares integrados, garantindo uma melhor articulação e aplicação de fundos estruturais• Promover plataformas de comercialização conjunta, apoiando a criação e implementação de uma rede de distribuição e comercialização nacional e internacional de produtos agroalimentares regionais

TRANSVERSAL – TURISMO; FLORESTA E AGROALIMENTAR												
Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios • SCTN, nomeadamente o IPCB • CATAA e INOVCLUSTER • ISQ- Instituto da Soldadura e da Qualidade • UNESCO European and Global Geopark • ADXTUR/Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico/Estâncias Termais da Região Centro • Empresas e empresários/produtores • Associações empresariais • Associações de desenvolvimento 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • PDR • POCI • POSEUR • Programas nacionais: Turismo de Portugal, Cultura, FFP • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; COSME; H2020 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de turistas e visitantes • Aumento do número de empreendimentos turísticos • Aumento do número de dormidas • Aumento do grau de satisfação dos turistas • Aumento do investimento direto estrangeiro • Melhoria da qualidade do ar • Aumento da energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis • Aumento do número de empresas ligadas à valorização dos recursos naturais • Aumento do número de trabalhadores com atividades ligadas à valorização dos recursos naturais • Aumento do volume de negócios de empresas ligadas à valorização dos recursos naturais • Aumento da mancha florestal de espécies autóctones • Aumento da despesa em ID/intensidade de ID nas áreas de especialização da Beira Baixa • Aumento do número de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas áreas de especialização da Beira Baixa • Aumento da intensidade exportadora nas áreas de especialização da Beira Baixa • Aumento da resiliência territorial e diminuição da vulnerabilidade às alterações climáticas e desertificação • Diminuição de desperdício e sobrantes de produção das empresas regionais 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.2

P 5.2. Áreas de especialização emergentes/em desenvolvimento: TICE e Indústrias criativas

TICE

Objetivos estratégicos

- Apostar e reforçar o tecido empresarial e a investigação no domínio das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE) como motor transversal de desenvolvimento e competitividade da Beira Baixa, nomeadamente das áreas de especialização consolidadas/em consolidação

Áreas chave de intervenção

(1) Valorização do património da Beira Baixa; (2) promoção interna e externa; (3) dinamização e ativação cultural; (4) participação e mobilização da comunidade; (5) construção de produtos turísticos; (6) cooperação territorial [nacional, transfronteiriça e internacional]; (7) transferência de conhecimento do SCTN para o território/comunidade sub-regional; (8) emprego e qualificação de recursos humanos e de oferta; (9) organização associativa; (10) canais de venda e distribuição e promoção integrada de produtos de qualidade Beira Baixa [marca]; (11) políticas fiscais e políticas multidisciplinares adaptadas ao contexto sub-regional; (12) investigação e desenvolvimento [redes de cooperação, investimento e apoios públicos adequados às especificidades da sub-região]; (13) IDE e apoios financeiros e técnicos aos investidores/empresários

Descrição de ações estruturantes

- Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior, focadas nas empresas tecnológicas
- Investir e garantir a disponibilidade de apoios estruturais para a criação de uma rede regional de áreas de acolhimento empresarial adequada a este setor económico e para a criação de condições de suporte à atração de empresas e de ativos qualificados – empreendedorismo tecnológico
- Apostar num ecossistema colaborativo entre sistema científico e tecnológico, empresas do setor das TICE e o restante tecido económico e social sub-regional, como forma de aumentar o valor e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos no território
- Adequar e incrementar apoios e incentivos à transferência de conhecimento do SCT (ICB – Escola Superior de Tecnologia) para o tecido empresarial da Beira Baixa: (i) simplificação de modelos de cooperação e aposta em processos que permitam uma valoração dos produtos e processos das empresas da sub-região; (ii) implementação de uma rede de serviços especializados de apoio ao empreendedorismo e ao tecido empresarial; (iii) criação de Vales Tecnológicos para pequenas e médias empresas; (iv) desenvolvimento e implementação de programa de mobilidade e intercâmbio de RH entre as empresas e o sistema científico e tecnológico nacional e internacional, nomeadamente transfronteiriço
- Consolidar e reforçar os apoios estruturais à formação de ativos e à investigação e produção de conhecimento no setor das TICE de forma a incrementar a inovação e diferenciação da sua aplicação nas áreas de especialização emergentes/em desenvolvimento (Turismo, Floresta, Agroalimentar e Indústrias Criativas), incluindo iniciativas de inovação aberta com as empresas e a população, reforço da presença em redes internacionais e estratégias de atração de talento
- Criar sistemas de apoio/incentivo integrados que permitam a apresentação de projetos multidisciplinares integrados, nomeadamente de incorporação multisetorial das TICE, garantindo uma melhor articulação e aplicação de fundos estruturais
- Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização emergentes ao contexto das alterações climáticas em território interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas
- Reforçar o apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico em TICE para criação de soluções específicas para serviços e áreas de especialização das áreas rurais e de baixa densidade (mobilidade, qualidade de vida, saúde, floresta e agroalimentar, gestão de riscos, economia circular; gestão de recursos; etc.)

INDÚSTRIAS CRIATIVAS
Objetivos estratégicos
<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar o capital de conhecimento e de qualificação em domínios alicerçantes para o desenvolvimento do setor cultural e criativo como âncora socioeconómica diferenciadora e motor de competitividade da Beira Baixa
Áreas chave de intervenção
<p>(1) Valorização do património cultural; (2) promoção interna e externa; (3) dinamização e ativação cultural; (4) participação e mobilização da comunidade; (5) construção de produtos turísticos; (6) cooperação territorial [nacional, transfronteiriça e internacional]; (7) transferência de conhecimento do SCTN para o território/comunidade sub-regional; (8) emprego e qualificação de recursos humanos e de oferta; (9) sustentabilidade económica da atividade [multiatividade, certificação]; (10) organização associativa; (11) canais de venda e distribuição e promoção integrada de produtos de qualidade Beira Baixa [marca]; (12) políticas fiscais e políticas multidisciplinares adaptadas ao contexto sub-regional; (13) investigação e desenvolvimento [redes de cooperação, investimento e apoios públicos adequados às especificidades da sub-região]; (14) IDE e apoios financeiros e técnicos aos investidores/empresários</p>
Descrição de ações estruturantes
<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar políticas fiscais de discriminação positiva do interior, focadas nas empresas do setor cultural e criativo e em artistas que pretendam residir permanente ou temporariamente para encetar processos criativos • Reforçar apoios comunitários à cultura como domínio estrutural de desenvolvimento das comunidades e das economias – apoios a investimentos materiais (espaços e meios para a concretização/instalação de indústrias criativas) e imateriais (processo criativo) - Investir e garantir a disponibilidade de apoios estruturais para a criação de uma rede regional de áreas de acolhimento empresarial adequada a este setor económico e para a criação de condições de suporte à atração de empresas e de ativos qualificados • Apoiar investimentos em territórios de baixa densidade, nomeadamente aldeias, para a reabilitação e refuncionalização de espaços para residências artísticas e acolhimento de laboratórios criativos e experimentais • Reforçar os apoios e incentivos à criação artística e a presença em redes e parcerias nacionais e internacionais no domínio da cultura e criatividade • Apostar num ecossistema colaborativo entre sistema científico e tecnológico, empresas do setor das TICE, comunidade e entidades públicas e o setor criativo, como forma de aumentar a atratividade e a diferenciação do território e da sua economia • Adequar e incrementar apoios e incentivos à transferência de conhecimento do SCT (IPCB – Escola Superior de Artes Aplicadas) para o tecido empresarial e social da Beira Baixa: (i) simplificação de modelos de cooperação e incorporação dos saberes científicos na sub-região (empresas e comunidade); (ii) implementação de uma rede de serviços especializados de apoio ao empreendedorismo no setor criativo e cultural; (iii) criação de Vales Tecnológicos para pequenas e médias empresas integrando serviços criativos; (iv) desenvolvimento e implementação de programa de mobilidade e intercâmbio de RH entre as empresas e o sistema científico e tecnológico nacional e internacional, nomeadamente transfronteiriço; criação de ciclos de eventos focados na criatividade e cultura (áreas de especialização da ESAA) de forma integrada/articulada com o tecido económico e associativo da Beira Baixa • Consolidar e reforçar os apoios estruturais à formação de ativos e à investigação e produção de conhecimento no setor das indústrias criativas de forma a incrementar a inovação e diferenciação da sua aplicação nas áreas de especialização emergentes/em desenvolvimento (Turismo, Floresta, Agroalimentar e TICE), incluindo iniciativas de inovação aberta com as empresas e a população, reforço da presença em redes internacionais e estratégias de atração de talento • Criar sistemas de apoio/incentivo integrados que permitam a apresentação de projetos sub-regionais multidisciplinares integrados, nomeadamente de incorporação multissetorial das indústrias criativas, garantindo uma melhor articulação e aplicação de fundos estruturais

<ul style="list-style-type: none"> • Investir no conhecimento científico e tecnológico em matéria de adaptação das atividades económicas/áreas de especialização emergentes ao contexto das alterações climáticas em território interior – adaptação de atividades económicas e minimização de impactos ambientais das mesmas • Reforçar o apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico para criação de soluções específicas para serviços e áreas de especialização das áreas rurais e de baixa densidade (qualidade de vida, cultura, bem-estar, turismo, gestão de recursos; etc.) 												
TRANSVERSAL: TICE e INDÚSTRIAS CRIATIVAS												
Entidades corresponsáveis												
<ul style="list-style-type: none"> • Administração central • Comunidade Intermunicipal – CIMBB e municípios • SCTN, nomeadamente o IPCB • Empresas • Associações empresariais • Associações de desenvolvimento • Artesãos 												
Possíveis fontes de financiamento												
<ul style="list-style-type: none"> • POCI • FCT • IEFP - Programa de Promoção das Artes e Ofícios • Programas internacionais: Programas de cooperação territorial europeia; COSME; H2020 												
Resultados a alcançar												
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da despesa em ID/intensidade de ID nas áreas de especialização da Beira Baixa • Aumento da intensidade exportadora nas áreas de especialização da Beira Baixa • Aumento da proporção de exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações • Aumento do grau de abertura ao comércio internacional • Aumento da taxa de sobrevivência das empresas • Aumento da taxa de natalidade das empresas • Aumento do número de empresas • Aumento do investimento direto estrangeiro • Aumento do número de atividades culturais • Aumento do número de visitantes a espaços de arte e cultura • Aumento do número de turistas e visitantes • Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência • Aumento da resiliência territorial e diminuição da vulnerabilidade às alterações climáticas e desertificação • Aumento dos pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes • Aumento do número de projetos de cooperação e parcerias entre o SCT e empresas • Aumento do número de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas áreas de especialização da Beira Baixa 												
Domínios de atuação com nível de correlação máximo												
1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3	5.1

A correlação entre os indicadores definidos/resultados a alcançar e as 15 prioridades/domínios de atuação é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 53. Correlação dos indicadores com as prioridades de atuação

Indicadores	Prioridades de atuação													
	P1.1.	P1.2.	P1.3.	P2.1.	P2.2.	P2.3.	P3.1.	P3.2.	P3.3.	P4.1.	P4.2.	P4.3.	P5.1.	P5.2.
Aumento da população residente														
Aumento da população jovem														
Aumento do número de famílias residentes														
Aumento da taxa de progressão dos estudos														
Aumento da população residente com formação superior														
Aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e dirigentes empresariais														
Aumento do grau de satisfação da população face ao seu território de residência														
Diminuição do número de crianças em risco de pobreza ou de exclusão social														
Diminuição da taxa de risco de pobreza														
Diminuição da taxa de risco de pobreza no trabalho														
Diminuição da taxa de privação material grave														
Diminuição da taxa de privação habitacional grave														
Aumento dos anos de vida saudável (aos 65 anos)														
Diminuição da proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho baixa														
Aumento de número de projetos de inovação social														
Aumento do número de serviços públicos, destinados ao cidadão e/ou empresas, alvo de desmaterialização e simplificação														
Aumento da despesa em ID/intensidade de ID														
Aumento da despesa em ID/intensidade de ID nas áreas de especialização da Beira Baixa														
Aumento dos pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes														
Aumento do número de projetos de cooperação e parcerias entre o SCT e empresas														
Aumento do número de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico nas áreas de especialização da Beira Baixa														
Aumento do PIB <i>per capita</i>														
Aumento do número de projetos de cooperação transfronteiriça														
Aumento do número de empresas														
Aumento do número de empresas ligadas à valorização dos recursos naturais														
Aumento do volume de negócios por empresa														
Aumento do volume de negócios de empresas ligadas à valorização dos recursos naturais														
Aumento da taxa de natalidade das empresas														
Aumento da taxa de sobrevivência das empresas														
Aumento da intensidade exportadora														
Aumento da intensidade exportadora nas áreas de especialização da Beira Baixa														

4.3 Alterações nas condições/acesso de projetos subregionais a programas de financiamento comunitário

Atendendo à realidade da Beira Baixa, deve garantir-se, a par do reforço de políticas fiscais, políticas públicas e recursos associados à valorização integrada do interior e do reforço de recursos humanos e financeiros para assegurar a adequada descentralização de competências, a existência das seguintes condições ao investimento e financiamento de projetos regionais pelos programas de financiamento comunitário (Portugal 2020 e programas europeus):

- : Implementação de abordagens territoriais integradas focadas nas especificidades sub-regionais e não construídas de acordo com um formato pré-definido, com prioridades pré-selecionadas centralmente - implementar sistemas de apoio/incentivo integrados que permitam a apresentação de projetos multidisciplinares integrados garantindo uma melhor articulação e aplicação de fundos estruturais;
- : Adequação de apoios ao desenvolvimento urbano sustentável às características do território de baixa densidade da Beira Baixa, valorizando o contributo do sistema urbano sub-regional, polinucleado como um modelo sustentável não só a nível ambiental como social e económico – reabilitação urbana (edificado e espaço público), refuncionalização e revitalização urbana (ativação de funções urbanas – comércio, serviços, etc.) com modelos e sistemas de apoio adequados;
- : Necessidade de investir num sistema de mobilidade integrado e coerente com as necessidades da Beira Baixa, nomeadamente através da concretização das ligações ferroviárias e rodoviárias de ligação interna e a Espanha – obras prioritárias para a afirmação da competitividade regional - ex. IC31 e ligação ferroviária à linha da Beira Alta;
- : Urgência em assumir a habitação como uma matéria chave para as políticas de coesão e competitividade territorial e de desenvolvimento urbano sustentável, incluindo a habitação promovida pela administração local como matéria elegível a financiamentos comunitários em territórios de baixa densidade em que é fundamental alavancar dinâmicas de retenção e atração populacional;
- : Reforço e alteração de abordagem de acesso aos apoios comunitários em matéria de gestão territorial e prevenção ativa de riscos com o reforço do papel das autarquias e entidades intermunicipais e adequação de sistemas de apoio e incentivos atuais;
- : Reforço de incentivos, com discriminação positiva para empresas dispostas a investir e/ou contratar recursos humanos na sub-região da Beira Baixa como forma de contrariar os efeitos de perdas e envelhecimento populacional – incentivos fiscais, apoios comunitários à inovação e desenvolvimento tecnológico, contratação de recursos humanos qualificados, acesso à banca, etc.;

- : Adequação de sistemas de incentivos direcionados para projetos empresariais nas áreas de especialização prioritárias da Beira Baixa – agroalimentar, floresta, turismo, TICE e indústrias criativas com destaque para:
 - Parcerias com a Região transfronteiriça da Extremadura Espanhola;
 - Internacionalização do setor agroalimentar;
 - Desenvolvimento de novos produtos e inovação no setor agroalimentar;
 - Prevenção e valorização do setor florestal;
 - Adaptação e construção do produto turístico;
 - Desenvolvimento do setor cultural e das indústrias criativas;
 - Reforço da cooperação entre o tecido empresarial e a investigação no domínio das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica;
- : Adequação de mecanismos de financiamento (investimento e crédito) às necessidades de aposta na investigação, desenvolvimento e inovação da Beira Baixa, nomeadamente no que concerne à dimensão e características do tecido empresarial/setores de atividade, áreas de especialização e características dos agentes de desenvolvimento públicos e privados;
- : Apoios à capitalização de marcas regionais e a estratégias de marketing cruzado;
- : Apoio ao empreendedorismo, nomeadamente em três segmentos: de base tecnológica, base local, economia social;
- : Simplificação e adequação de sistemas de apoio e incentivo ao setor agrícola e florestal: ajudas diretas aos produtores e aos agrupamentos de agricultores; simplificação dos critérios de elegibilidade; elegibilidade dos investimentos em formação de recursos humanos; prazos para execução adaptados aos condicionalismos atuais que a conjuntura económica impõe às empresas;
- : Reforço de processos de monitorização e responsabilização no alcance de resultados.

4.4 Modelo de governação

O exercício de revisitação, o qual integrou a auscultação de entidades estratégicas, permitiu aferir fragilidades ao nível da articulação e trabalho em rede por parte de entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, o que se repercutiu na eficiência do acompanhamento e monitorização das dinâmicas de desenvolvimento regional assumidas por diferentes entidades. Da reflexão conjunta realizada concluiu-se a premência de garantir a implementação integrada da EIDT Beira Baixa 2030, assegurando a complementaridade entre investimentos públicos e privados para o alcance das metas e objetivos definidos. Adicionalmente, assumindo que a implementação da Estratégia Beira Baixa 2030 é da responsabilidade de todos os agentes públicos e privados da Região, verifica-se ser fundamental a concretização de um quadro de cooperação e corresponsabilização (i) entre entidades da Beira Baixa para uma valorização coordenada dos apoios disponíveis e (ii) com organismos financiadores que devem assegurar a possibilidade/exequibilidade de projetos complementares e integrados.

Do ponto de vista da estruturação do modelo de governação, verifica-se apenas a necessidade de simplificação do modelo e dos órgãos que o compõem, de modo a assegurar uma maior articulação entre entidades, para que possam trabalhar em rede e maximizar a abrangência das ações concretizadas.

Face ao exposto, sugere-se a constituição e/ou reforço dos seguintes elementos de governação da EIDT da Beira Baixa:

- : Na vertente estratégica, sugere-se o reforço do papel do **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal**. Este órgão assegurará (i) a monitorização de nível estratégico da EIDT; (ii) a promoção da concertação interinstitucional e intermunicipal, no respeitante à criação de condições para a correta implementação e sucesso da EIDT; (iii) a reflexão estratégica sub-regional durante o período de programação 2020-2030 e no contexto da execução dos Programas Operacionais Regional e Temáticos.
- : Na vertente operacional, propõe-se a criação de **Grupos de Trabalho Especializados** para ativação e consolidação das áreas de especialização da Beira Baixa, a saber: Turismo, Floresta, Agroalimentar, TICE e Indústrias Criativas. Estes Grupos deverão, em cada uma das suas competências específicas, possam assumir, em cada uma das Beira Baixa, um papel ativo de acompanhamento técnico, cumprindo os critérios da eficiência e eficácia institucional, estes Grupos deverão

